O IMPARCIAL

XCVIII Nº 38638 SÃO LUÍS-MA, QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2025 CAPITAL E INTERIOR R$ 3,00 @OImparcialMA @imparcialonline @oimparcial 98 99144-5641

O barulho dos desertores da base aliada de Brandão

Nem tão católico, nem tão evangélico; nem tanto direita, tampouco esquerda. Carlos Brandão, 66, é um sertanejo de Colinas, região de chapada do médio Itapecuru, da qual nunca perdeu o vínculo político até os dias de hoje, como governador do Maranhão. Porém, sua longa carreira política tem se desenvolvida sempre pelo centro do poder estadual, desde quando o pai, médico Carlos Orleans Brandão foi secretário de Saúde do governo Nunes Freire. E ele cuidou de se formar em Medicina Veterinária, dentro da lógica de atender às demandas da família de pecuaristas. Agora, quando falta menos de um ano para se desincompatibilizar do governo, aos poucos, Brandão vai caindo na realidade que o envolve.

Brandão assina ordem de Serviço para a ampliação da Avenida Litorânea até a praia do Araçagi

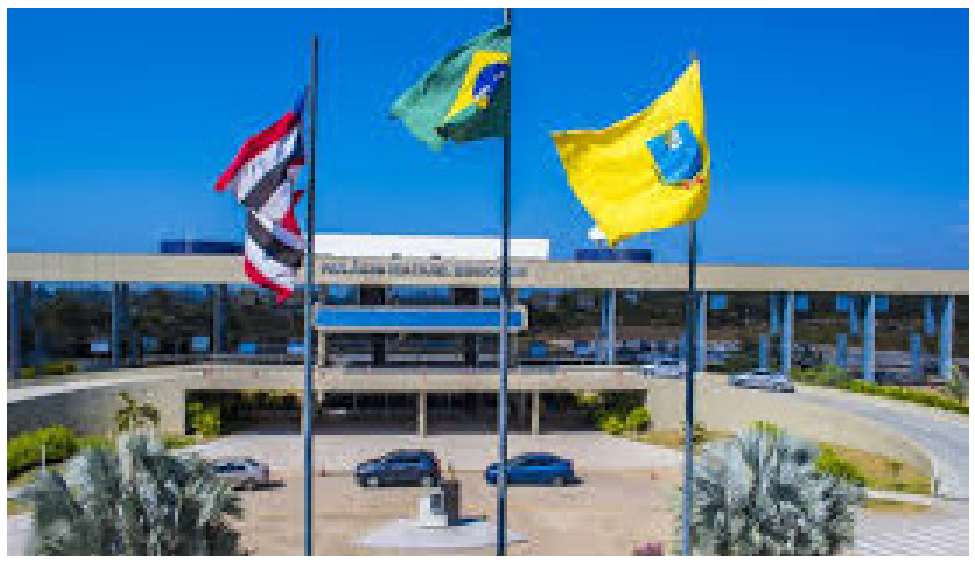
Uma nova etapa na transformação urbana da Grande Ilha será iniciada nesta quarta-feira (16), com a assinatura da Ordem de Serviço (OS) para a ampliação da Avenida Litorânea — uma das mais emblemáticas e estratégicas vias da capital maranhense. A obra, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, representa não apenas a continuidade de um projeto de infraestrutura viária, mas um marco simbólico de requalificação urbana, estímulo ao turismo e geração de desenvolvimento sustentável para os quatro municípios da região metropolitana: São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

Agência Nacional de Petróleo inclui a Margem Equatorial em leilão

AAgência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) incluiu cinco setores marítimos localizados na Margem Equatorial no leilão que será realizado no dia 17 de junho, quatro na Bacia da Foz do Amazonas e um na Bacia Potiguar, na outra extremidade da Margem. A lista de setores que estarão em oferta no 5º Ciclo da OPC (Oferta Permanente de Concessão) foi divulgada nesta segunda-feira (14). Ao todo, serão ofertados no leilão 16 setores, em cinco bacias sedimentares – quatro marítimas e uma terrestre (ver lista abaixo).

STF nega afastar Moraes, Dino e Zanin de julgamento de Bolsonaro

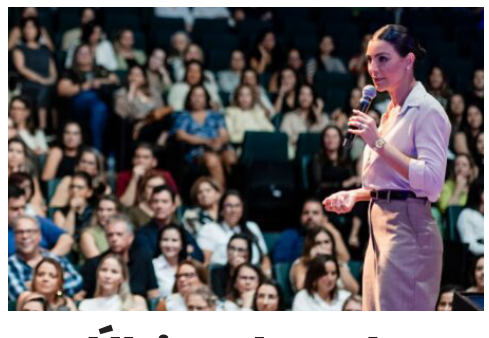
No mês passado, por unanimidade, o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete acusados viraram réus. Faltam mais três denúncias para serem julgadas.



Expectativa para que o STF decida ainda esta semana impasse da eleição da Presidência da Assembleia Legislativa

Julgamento virtual da ação movida pelo Solidariedade que contesta a recondução de Iracema Vale à presidência da Assembleia deve ocorrer entre os dias 18 e 19 deste mês

Após 2 anos, salão do Livro de Imperatriz (Salimp) volta a acontecer



Último lote de ingressos para evento com Cíntia Chagas na Grande São Luís

Poeta do rock

IRLAM ROCHA LIMA
Jornalista

Cazuza comemoraria neste mês 67 anos. Por conta da data, alguns eventos vêm ocorrendo para homenagear o pop star que partiu para outra dimensão em 7 de julho de 1990

Se vivo estivesse, Agenor de Miranda de Araújo Neto, o Cazuza, comemoraria neste mês 67 anos. Por conta da data, alguns eventos vêm ocorrendo para homenagear o pop star que partiu para outra dimensão em 7 de julho de 1990, deixando precioso legado, hoje armazenado na memória afetiva de incontáveis fãs.

Refiro-me ao posicionamento de Cazuza enquanto cidadão e à contribuição artística representados por shows memoráveis e uma série de belas canções, para as quais escreveu letras como as de Bete Balanço, Codinome Beija-Flor, Exagerado, Ideologia, Maior abandonado, O tempo não para, Por você, Preciso dizer que te amo e Pro dia nascer feliz. Todas se transformaram em hits.Outras duas podem ser apreciadas atualmente, de segunda-feira a sábado, à noite, por integrarem a trilha sonora do remake de Vale tudo: Faz parte do meu show e Brasil, interpretada por Gal Costa e ouvida na abertura da novela. Há ainda Poema, incorporada ao repertório de Ney Matogrosso, com quem Cazuza manteve uma relação homoafetiva.

Estava em meio as 200 mil pessoas que formaram um gigantesco coro ao ouvirem Cazuza soltar a voz em Pro dia nascer feliz, no show do Barão Vermelho, banda da qual era o vocalista, no histórico Rock in Rio de 1985, em pleno verão carioca. Nos juntamos a ele para celebrar a retomada da democracia, depois de 20 anos da nefasta e truculenta ditadura militar.

Seis meses depois, o Barão se apresentou em Brasília e lotou o Ginásio Nilson Nelson. Antes do show, entrevistei Cazuza. Durante a conversa, ele me adiantou que, após a turnê, deixaria a banda e daria início à carreira solo — o que ocorreu em janeiro de 1986, com show no Teatro Ipanema.

De volta ao presente: parte do acervo deixado pelo cantor está exposto na School of Rock, na Rua Farme de Amoedo, em Ipanema. A grande exposição, porém, denomina-se Cazuza exagerado, organizada pela mãe Lucinha Araújo e Ramon Nunes, responsável também pela curadoria.

A mostra, que aborda múltiplas facetas de Cazuza, poderá ser apreciada a partir de 12 de junho, no Shopping Leblon, localizado no bairro homônimo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, que era, para ele, uma espécie de quintal.

Anunciada como uma experiência imersiva, a exposição, que ocupará espaço de 1.200 metros quadrados, reunirá fotografias, manuscritos, figurinos, objetos pessoais, letras de músicas originais, cartas e registros raros em áudio e vídeo. Serão nove salas temáticas, com relatos de acontecimentos da época da infância, assim como dos períodos em que cantor integrava o Barão Vermelho e o da carreira solo.

Recentemente, Lucinha lançou Protegi seu nome por amor, um livro volumoso, de 620 páginas, ao qual tive acesso, que deve ser visto como uma fotobiografia, com prefácio de Gilberto Gil, sob o título Cazuza vive e ficará vivo.

Outra obra é Meu lance é poesia, um compêndio que reúne 238 poemas de Cazuza, sendo 27 inéditos, escritos entre 1975 e 1989. Entre eles, há os que incluem versos alternativos de canções famosas como Eu queria ter uma bomba. A edição também é supervisionada por Lucinha Araújo. Tem mais: a Globoplay está preparando um especial sobre o cantor.

O valor dos dados na nova corrida pelo futuro

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Vivemos cercados por dados — mesmo sem perceber. Cada vez que usamos o celular, fazemos uma compra on-line, acionamos o GPS ou acessamos redes sociais, geramos e consumimos dados. Em termos simples, dados são registros organizados de qualquer aspecto observável ou mensurável da realidade. O horário em que você costuma acordar, o trajeto que faz para o trabalho ou os produtos que procura em uma loja virtual — tudo isso são dados. Quando esses registros são analisados e interpretados com inteligência, transformam-se em conhecimento — e é aí que ganham valor

Os dados sempre existiram — nas tábuas de barro, mapas antigos e livros de contabilidade. A grande mudança aconteceu quando a tecnologia digital nos deu uma capacidade inédita de gerar, armazenar, acessar e cruzar dados em grande escala e velocidade. Sensores, satélites, computadores e redes passaram a registrar praticamente tudo: da umidade do ar e do comportamento das abelhas aos fluxos de tráfego urbano à evolução das lavouras em tempo real.

O que antes era raro e fragmentado hoje se acumula em volumes colossais, que crescem sem parar. Mas quantidade, por si só, não gera valor. O verdadeiro poder dos dados aparece quando conseguimos organizá-los, interpretá-los e transformá-los em conhecimento útil. É isso que permite identificar padrões, antecipar cenários e tomar decisões mais inteligentes. Dados sem interpretação são como peças soltas de um quebra-cabeça: muitas, mas incapazes de formar um todo com sentido.

É aí que entram as ferramentas analíticas, os algoritmos e a inteligência artificial, capazes de conectar essas peças, revelar padrões ocultos e gerar respostas para perguntas antes impensáveis. As mídias sociais foram pioneiras em mostrar como dados bem usados se transformam em poder. Com algoritmos que analisam padrões em tempo real, conseguem prever interesses e influenciar decisões.

Ao transformar dados em influência, plataformas digitais conquistaram um espaço enorme na economia e na vida social. Deixaram de ser apenas meios de comunicação para se tornarem elementos centrais nos mercados, no consumo e até na política. O domínio da informação passou a valer tanto quanto, ou mais, que o controle de terras ou recursos financeiros. Com isso, novas formas de poder emergem, mais silenciosas, porém altamente eficazes.

Nesse contexto, cresce também a corrida global por tecnologias capazes de explorar esse novo ativo com máximo rendimento, como algoritmos sofisticados e sistemas de inteligência artificial. Esses recursos são, sem dúvida, importantes e continuarão moldando o futuro. No entanto, países que dificilmente liderarão a produção dessas tecnologias talvez possuam algo ainda mais valioso — e ainda subestimado: a capacidade de gerar dados únicos e contextualizados sobre o meio físico, os ecossistemas e os recursos críticos para a sobrevivência e o bem-estar da humanidade.

A coleta criteriosa de dados sobre solos, clima, biodiversidade, fluxos de energia, água e carbono depende de uma combinação de conhecimento local, metodologia científica e discernimento humano — elementos que ainda são insubstituíveis na construção de bases confiáveis para qualquer sistema inteligente. Sem essa fundação sólida, mesmo os algoritmos mais avançados correm o risco de operar com informações imprecisas, enviesadas ou irrelevantes.

Em outras palavras, a IA depende, antes de tudo, da qualidade da inteligência humana que a alimenta. Valorizar a geração de dados qualificados sobre o mundo real — com base em método, ciência e ética — é condição essencial para garantir que as ferramentas digitais sirvam, de fato, a um futuro mais sustentável e equilibrado.

A pergunta crítica é: em que medida países, instituições e pessoas estão se dando conta dessa realidade e se preparando para aproveitar as vantagens competitivas que já possuem? Muitos ainda parecem fascinados apenas pelas promessas das tecnologias de ponta, sem perceber que o verdadeiro diferencial pode estar naquilo que já dominam — mas ainda não valorizam plenamente.

O Brasil, por exemplo, reúne uma das maiores concentrações de recursos naturais e conhecimento acumulado sobre ambientes tropicais. Conta com instituições científicas consolidadas, capazes de gerar dados de alta qualidade sobre solos, água, clima, cultivos, florestas, sistemas humanos e produtivos complexos. No entanto, a articulação entre esse patrimônio de conhecimento e os sistemas emergentes de inteligência ainda é incipiente.

Aproveitar plenamente esse potencial exige mais do que reconhecer suas virtudes — exige organização, direção e visão de futuro. É preciso construir uma estratégia nacional que reconheça o valor dos dados como um recurso essencial. Sem isso, corremos o risco de continuar exportando dados brutos — ou sequer usá-los — enquanto outros transformam essa matéria-prima em valor, influência e liderança. A oportunidade está posta. Resta saber se teremos ousadia para abraçá-la.

Supersalários e desigualdade no serviço público: caminho contrário à boa gestão de pessoas

JESSIKA MOREIRA
Diretora Executiva do Movimento Pessoas à Frente

O Brasil enfrenta um desafio estrutural no que se refere à gestão de pessoas no serviço público: a existência dos chamados supersalários — remunerações que ultrapassam o teto constitucional, comprometendo a efetividade do Estado e aprofundando desigualdades dentro do próprio setor. Esses vencimentos excessivos geram um impacto significativo na destinação de recursos públicos, chegando a um prejuízo de R$ 11,1 bilhões em 2023, considerando apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público, conforme dados de Nota Técnica produzida, a pedido do Movimento Pessoas à Frente, pelo pesquisador Bruno Carazza.

As recentes medidas administrativas adotadas pelo presidente do Senado Federal vão na contramão de boas práticas de gestão de pessoas. Ao invés de promover uma política remuneratória mais justa, essas decisões ampliam a desigualdade salarial dentro da própria casa, privilegiando altos cargos e contribuindo para um cenário de distorções inaceitáveis no serviço público. Além de onerar os cofres públicos, situações como essa desmotivam os servidores que exercem papéis fundamentais na prestação de serviços para o Estado, criando um ambiente de competitividade e insatisfação.

O Senado tem a oportunidade e a responsabilidade de liderar pelo exemplo, implementando reformas que tornem a gestão mais democrática e eficiente. No entanto, o que vemos é a perpetuação de uma lógica de benefícios que extrapolam o teto constitucional, sustentados por auxílios indevidamente classificados como indenizatórios. O uso indiscriminado dessas verbas, conhecidas como "penduricalhos", é um dos principais mecanismos utilizados para driblar a Constituição e ultrapassar o limite estabelecido por lei. Essas verbas indenizatórias frequentemente utilizadas como artifícios para burlar o teto precisam de uma classificação mais rigorosa e alinhada aos princípios da administração pública. Auxílios como moradia, alimentação e transporte são, muitas vezes, concedidos de forma indiscriminada, sem o caráter excepcional e transitório que justificaria sua natureza indenizatória. Para controlar essas despesas de forma efetiva, é preciso que os dados de remunerações sejam disponibilizados de forma ampla e transparente.

O estudo conduzido pelo Movimento Pessoas à Frente revela ainda que 93% dos magistrados e 91,5% dos membros do Ministério Público receberam acima do teto constitucional em 2023. Esses números evidenciam um desvirtuamento do princípio do teto salarial, que deveria garantir equilíbrio nas remunerações e responsabilidade no uso dos recursos públicos. A manutenção desses benefícios acentua uma desproporção dentro do funcionalismo. Essas distorções impactam diretamente a alocação de recursos e contribuem para a desigualdade dentro do serviço público, enquanto profissionais essenciais, como professores e agentes de saúde, recebem salários muito aquém: a mediana salarial do funcionalismo é de cerca de R$ 3.300, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2022. Apesar de receberem valores significativamente mais baixos do que a pequena parcela remunerada com supersalários, esses trabalhadores estão na linha de frente de políticas essenciais, o que acaba impactando nos serviços prestados à população e na atração e retenção de profissionais vocacionados e qualificados para as áreas críticas de desenvolvimento do país.

O Estado brasileiro precisa de um modelo de gestão de pessoas que seja eficiente e alinhado às melhores práticas. Precisamos construir uma política remuneratória justa, que reconheça o trabalho dos servidores públicos de acordo com seus cargos, funções e entregas para a sociedade. Isso significa estabelecer normas transparentes e mecanismos de controle para garantir que os recursos públicos sejam destinados de forma responsável.

A manutenção desses privilégios compromete investimentos essenciais em áreas como saúde, educação e infraestrutura, impactando negativamente a vida de milhões de pessoas. No momento em que o Brasil discute reformas para equilibrar suas contas públicas, é inadmissível que uma pequena parte do funcionalismo siga recebendo supersalários e comprometendo os cofres públicos. O fim dos supersalários é uma questão de justiça e de compromisso com o futuro do país.

O IMPARCIAL
EMPRESA PACOTILHA SA
Rua Assis Chateaubriand, 01 - Renascenca II
São Luís - Maranhão - CEP 65075-670

Pedro Freire
Diretor-Presidente
pedrobfreire@oimparcial.com.br

Celio Sergio
Diretor Executivo
celiosergiosf@gmail.com.br

Patrícia Freire
Gerente Financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges
Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

REDAÇÃO
(98) 99144-5641

COMERCIAL
(98) 99116-1624

ASSINATURAS
(98) 99144-5645

REDES SOCIAIS
Whatsapp: (98) 99144-5641
Twitter: @imparcialonline
Instragram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

ASSINATURAS
(98) 99144-5646

ELEIÇÃO NA ALEMA

STF vai decidir ainda em abril regra de desempate

Julgamento virtual da ação movida pelo Solidariedade que contesta a recondução de Iracema Vale à presidência da Assembleia deve ocorrer entre os dias 18 e 19 deste mês

RAIMUNDO BORGES
DIRETOR DE REDAÇÃO

Todas as atenções políticas do Maranhão se voltam, após os dias santos desta semana de Páscoa, prolongada com o feriado de Tiradentes, para o Supremo Tribunal Federal (STF) que deve concluir, ainda em abril, o julgamento da ação em que o partido Solidariedade (SD) questiona o critério de desempate que reelegeu a deputada Iracema Vale (PSB) presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão. A casa legislativa adotou o critério da maior idade no segundo desempate entre Iracema e o ex-presidente Othelino Neto (SD).

Depois de sucessivos avanços e retrocessos, pedidos de explicações e as devidas respostas da Alema, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) continuará a ser julgada no STF, já com o voto favorável à Iracema, da relatora Carmen Lucia. No entanto, um pedido de vista do ministro Dias Toffolli fez paralisar o caso desde o início de março. Com a devolução do processo, o julgamento virtual se estenderá no prazo entre os dias 18 e 29 deste mês. No voto em favor da lisura da reeleição de Iracema, Cármen Lucia afirmou que o critério adotado não fere a Constituição, seguindo a posição da Procuradoria Geral da República (PGR) e da Advocacia Geral da União (CGU).

Já o ministro Alexandre de Moraes chegou a votar contra, alegando inconstitucionalidade na suposta mudança do critério, mas retirou o voto do sistema do STF, após ser informado pela Procuradoria da Alema de que a regra do desempate por idade vigora há mais de duas décadas no Regimento Interno da Casa e não foi alterada no decorrer um processo, como ele se fez entender no voto que acabou anulando. Ele e Toffoli ainda devem apresentar seus posicionamentos.

A decisão do STF vai prevalecer para o Brasil, pois até no Congresso há divergência sobre critérios de desempate. Enquanto o Regimento do Senado adota o da maior idade, a Câmara dos Deputados prefere garantir o direito a quem tem maior número de mandatos naquela instituição. Portanto, o que o STF decidir vai servir para dirimir essa dúvida recorrente ao outras casas legislativas. Mas o desempate por maior idade é uma regra que prevalece até no senso comum, além de ser adotada, por exemplo, em relação a concurso público. Existe até uma máxima que os militares adotam nos quartéis: "Antiguidade é posto. Não se discute".

INFRAESTRUTURA

Ordem de Serviço da nova Litorânea será assinada hoje

SAMARTONY MARTINS

Uma nova etapa na transformação urbana da Grande Ilha será iniciada nesta quarta-feira (16), com a assinatura da Ordem de Serviço (OS) para a ampliação da Avenida Litorânea — uma das mais emblemáticas e estratégicas vias da capital maranhense. A obra, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, representa não apenas a continuidade de um projeto de infraestrutura viária, mas um marco simbólico de requalificação urbana, estímulo ao turismo e geração de desenvolvimento sustentável para os quatro municípios da região metropolitana: São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

A assinatura da OS será realizada às 9h, na Avenida Atlântica, na Praia do Araçagi, nas imediações do retorno da descida da praia. No mesmo horário, será concedida uma entrevista coletiva à imprensa, destacando a dimensão estratégica do projeto, que terá investimento superior a R$ 235,6 milhões.

A ampliação da Litorânea está entre as maiores obras de mobilidade urbana já anunciadas para o Maranhão. Serão cinco quilômetros adicionais que somarão à atual extensão de sete quilômetros, conectando o bairro Olho d'Água à Praia do Araçagi com uma via moderna, sustentável e integrada às demandas contemporâneas de trânsito e meio ambiente. A nova estrutura contará com três pistas em cada sentido — incluindo faixas exclusivas para transporte público — além de ciclovias, estacionamentos, canteiros arborizados, áreas de lazer, iluminação em LED, uma ponte e uma nova praça pública.

Essa transformação não é apenas viária: é urbana, econômica, ambiental e social. A proposta do projeto vai além da mobilidade e mira na requalificação dos espaços urbanos como vetores de inclusão, segurança e valorização da paisagem natural. A Litorânea deixará de ser apenas uma via turística e de lazer para se tornar uma espinha dorsal de integração metropolitana.

O governador Carlos Brandão ressaltou que a nova etapa da Litorânea beneficiará diretamente mais de 1 milhão de pessoas. "A obra trará mais fluidez e segurança ao trânsito da Grande Ilha, além de gerar empregos, atrair turistas e fomentar o desenvolvimento da região", afirmou.

Para Brandão, o projeto é resultado de uma articulação política eficiente, que envolveu diversas agendas entre o Governo do Maranhão e o Governo Federal. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve pessoalmente no ano passado no estado para oficializar o acordo que garante os recursos federais para a execução da obra.

Além do aspecto viário, a ampliação da Avenida Litorânea é estratégica para o turismo, setor com potencial ainda subaproveitado na capital. Com um litoral de belezas naturais singulares, São Luís poderá atrair mais visitantes, dinamizar o comércio local e consolidar a imagem da Litorânea como um cartão-postal não apenas contemplativo, mas funcional — com infraestrutura à altura dos grandes destinos turísticos nacionais.

A inclusão de ciclovias, áreas de convivência e equipamentos de lazer em uma obra de grande porte reflete uma nova visão de cidade: mais humana, acessível, conectada à natureza e projetada para as pessoas. Além disso, o uso de iluminação em LED e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis posicionam a nova Litorânea como modelo de urbanismo sustentável para outras cidades brasileiras.

Com a nova estrutura, espera-se também um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda, especialmente no setor da construção civil, hotelaria, alimentação, transporte e serviços. Desde o início das obras até sua conclusão, centenas de postos de trabalho devem ser criados, fortalecendo a economia local e promovendo inclusão social.

A obra da nova Avenida Litorânea, portanto, não é apenas uma intervenção em concreto e asfalto. Ela simboliza uma mudança de paradigma na forma como a cidade se conecta com seu território, com sua população e com seu futuro. Ao lado do mar, a capital do Maranhão começa a desenhar, com essa obra, um novo horizonte de desenvolvimento, mobilidade e qualidade de vida.

BASTIDORES
Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br

O barulho dos desertores da base aliada de Brandão

Nem tão católico, nem tão evangélico; nem tanto direita, tampouco esquerda. Carlos Brandão, 66, é um sertanejo de Colinas, região de chapada do médio Itapecuru, da qual nunca perdeu o vínculo político até os dias de hoje, como governador do Maranhão. Porém, sua longa carreira política tem se desenvolvido sempre pelo centro do poder estadual, desde quando o pai, médico Carlos Orleans Brandão foi secretário de Saúde do governo Nunes Freire. E ele cuidou de se formar em Medicina Veterinária, dentro da lógica de atender às demandas da família de pecuaristas. Agora, quando falta menos de um ano para se desincompatibilizar do governo, aos poucos, Brandão vai caindo na realidade que o envolve.

Ele conhece como poucos as entranhas do poder do Maranhão de antes, durante e depois de Flávio Dino, com quem ganhou três eleições seguidas no primeiro turno. Agora, como o líder político do Maranhão, vive com um olho no calendário eleitoral e outro no seu próprio futuro. Como a tendência que se impõe é ainda paradoxal sobre apoiar o vice Felipe Camarão para sucedê-lo, ou optar por traçar outro rumo, Brandão não quer estragar seu futuro político por impulso ou por imprecaução. Tudo indica que ele vai cumprir o compromisso firmado em 2022 com Flávio Dino, de disputar o Senado em 2026 e apoiar o vice Felipe Camarão, do PT, na corrida ao Palácio dos Leões.

Esta semana, ao participar de inaugurações de obras em parceria com o prefeito de Paço do Lumiar, Fred Campos, Brandão "atualizou" o tamanho da bancada de apoio na Assembleia Legislativa, sem demonstrar um pingo de preocupação. Pelas suas contas, já não tem mais a unanimidade dos 42 deputados – que é bom para a democracia. "Começaram a aparecer uns 'desertorezinhos'. Mas se conforma com a grande maioria que permanece na base, algo acima de 35 parlamentares. "Afinal, nem Jesus Cristo teve unanimidade", arrematou, em tom bem humorado. E é fácil até identificá-los: Othelino Neto (SD), Fernando Braide (PSD), Carlos Lula, Ricardo Rios, Francisco Nagib (PSB); Rodrigo Lago e Júlio Mendonça (PCdoB).

No entanto, essa oposição não é nenhuma fortaleza ideológica. Na hora de vaca não conhecer bezerro e de jacaré nadar de costas, o que vai ter de gente mudança de lado é bom nem estar por perto. No entanto, Othelino Neto, Braide, Lula e Lago já fazem uma enorme zoada que incomoda sim o Palácio dos Leões, não apenas pelos discursos inflamados, mas também pelas judicialização de vários temas relevantes, como as indicações para desembargador do TJMA e para o Tribunal de Contas do Estado. Realmente, a base diminuiu pouco no volume, mas está longe de ser considerado algo que desmanche o cenário de 2026.

Não sem motivo, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a ação do SD, que discute a regra de desempate na eleição da Assembleia Legislativa é um assunto esperado com muita expectativa no Parlamento estadual e no Poder Executivo. O julgamento ocorrerá na última semana deste mês pelo plenário virtual do STF – uma decisão que vai virar jurisprudência para balizar todas as assembleias, câmaras municipais, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Apesar do otimismo que domina o entorno de Iracema Vale e de Brandão, mas há um bordão antigo que ensina: "de cabeça de juiz, barriga de grávida e bunda de bebê, ninguém nunca sabe o que vai sair".

O governador Brandão está no meio de um quebra-cabeça: sua decisão de disputar o Senado e apoiar Felipe Camarão (PT) tem relação direta com a posição de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disputar um novo mandato. Essa decisão, por sua vez, tem muito a ver com o desfecho da PEC da Anistia que foi protocolada na Câmara pelo PL, esta semana, para livrar o ex-presidente Jair Bolsonaro de eventual prisão por coordenar o projeto do de estado em 08 de janeiro, que deu errado; e ainda como a economia brasileira estará no próximo ano, impactada pelo tarifaço de Donald Trump. Sem dúvida será uma eleição das mais complexas da história do Brasil, com consequências diretas, também, nas disputas nas disputas estaduais pelo país afora.

GÁS E PETRÓLEO

ANP inclui Margem Equatorial em leilão

Para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a inclusão dos setores demonstra o "interesse da indústria na continuidade do investimento exploratórias nessas bacias"

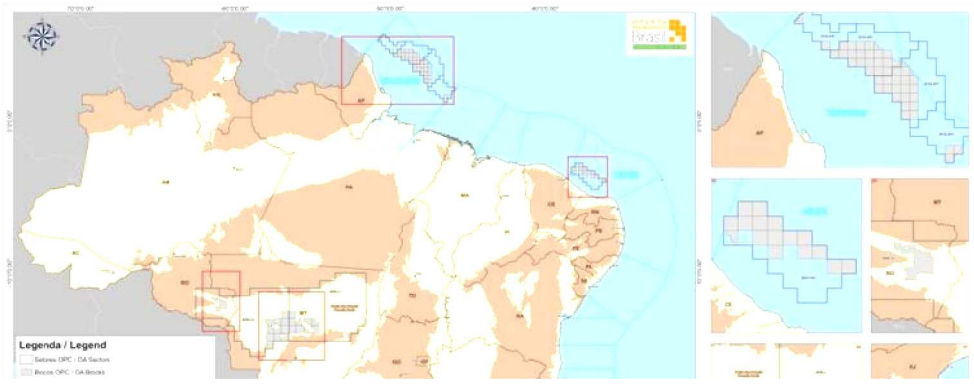
A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) incluiu cinco setores marítimos localizados na Margem Equatorial no leilão que será realizado no dia 17 de junho, quatro na Bacia da Foz do Amazonas e um na Bacia Potiguar, na outra extremidade da Margem.

A lista de setores que estarão em oferta no 5º Ciclo da OPC (Oferta Permanente de Concessão) foi divulgada nesta segunda-feira (14). Ao todo, serão ofertados no leilão 16 setores, em cinco bacias sedimentares – quatro marítimas e uma terrestre (ver lista abaixo).

Para a ANP, a inclusão dos setores demonstra o "interesse da indústria na continuidade do investimento exploratórias nessas bacias".

Segundo a agência, a inclusão dos setores foi aprovada na 76ª reunião da Comissão Especial de Licitação, realizada na última sexta-feira feira (11/4).

Ao todo, 31 empresas estão habilitadas para o leilão, dentre elas Petrobras, TotalEnergies, Shell, Equinor, BP Energy, Chevron, Exxonmobil e CNOOC, as duas últimas em operação na Guiana.



LISTA DE SETORES QUE ESTARÃO EM OFERTAFOI DIVULGADA NESTA SEGUNDA-FEIRA

Setores ofertados no leilão:

Foz do Amazonas – 4 setores marítimos (SFZA-AP1, SFZA-AP2, SFZA-AP3 e SFZA-AP4)

Bacia Potiguar – 1 setor marítimo (SPOT-AP1)

Bacia de Pelotas – 4 setores marítimos (SP-AP2, SP-AP3, SP-AUP3 e SP-AUP7)

Bacia de Santos – 5 setores marítimos (SS-AP1, SS-AP4, SS-AR3, SS-AUP4 e SS-AUP5)

Bacia dos Parecis – 2 setores terrestres (SPRC-L e SPRC-O)

ECONOMIA

Governo propõe salário mínimo de R$ 1.630 em 2026

WELLTON MÁXIMO
AGÊNCIA BRASIL

alário mínimo em 2026 deverá ser de R$ 1.630, com aumento nominal de 7,37%. O reajuste consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado nesta terça-feira (15) ao Congresso Nacional.

Atualmente, o salário mínimo está em R$ 1.518. O reajuste segue a projeção de 4,76% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o teto de crescimento de gastos de 2,5% acima da inflação, determinado pelo arcabouço fiscal. A estimativa para o INPC também consta do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R$ 1.724 para o salário mínimo em 2027, de R$ 1.823 para 2028 e de R$ 1.925 para 2029. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

Em 2023, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019. Por essa regra, o salário mínimo aumentaria 3,4% acima do INPC.

O pacote de corte de gastos no ano passado, no entanto, limitou o crescimento. Isso porque o salário mínimo entrou nos limites do arcabouço fiscal, que prevê crescimento real (acima da inflação) dos gastos entre 0,6% e 2,5%. Dessa forma, foi criada uma trava que reduziu o crescimento real de 3,4% para 2,5%.

Segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento, cada aumento de R$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R$ 400 milhões no Orçamento. Isso porque os benefícios da Previdência Social, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo.

TRAMA DO GOLPE

STF nega afastar Moraes, Dino e Zanin de julgamento

NO MÊS PASSADO, O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL F,EDERAL, MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO, NEGOU OS IMPEDIMENTOS

ANDRÉ RICHTER
AGÊNCIA BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta terça-feira (15) maioria de votos para negar o afastamento dos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin do julgamento das denúncias da trama golpista. O impedimento do procurador-geral da República, Paulo Gonet, também foi rejeitado.

Os votos foram proferidos durante julgamento virtual do recurso no qual a defesa do ex-assessor de Assuntos Internacionais de Jair Bolsonaro, Filipe Martins, pretende afastar os ministros e o procurador do julgamento. Os ministros fazem parte da Primeira Turma do Supremo, colegiado responsável pelo julgamento.

No mês passado, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, negou os impedimentos. Em seguida, os advogados de Filipe Martins recorreram da decisão. Até o momento, além de Barroso, manifestaram-se contra o afastamento os ministros Edson Fachin, Nunes Marques, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. A análise do caso foi encerrada às 23h59 desta terça-feira.

A única divergência foi apresentada por André Mendonça. Para o ministro, Moraes figura como uma das eventuais vítimas da tentativa de golpe e tem interesse na causa. "Em relação ao arguido ministro Alexandre de Moraes, renovando as vênias às posições em contrário, reconheço o impedimento objetivo de Sua Excelência", votou Mendonça.

Filipe Martins e outros acusados que fazem parte do núcleo 2 da denúncia da trama golpista serão julgados nos dias 22 e 23 de abril pela Primeira Turma da Corte.

De acordo com a procuradoria, eles são acusados de organizar ações para "sustentar a permanência ilegítima" de Bolsonaro no poder, em 2022. Fazem parte desse núcleo Filipe Martins (ex-assessor de Assuntos Internacionais de Bolsonaro); Marcelo Câmara (ex-assessor de Bolsonaro); Silvinei Vasques (ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal); Mário Fernandes (general de exército); Marília de Alencar (ex-subsecretária de Segurança do Distrito Federal) e Fernando de Sousa Oliveira (ex-secretário-adjunto da Secretaria de Segurança do Distrito Federal). Até o momento, somente a denúncia contra o núcleo 1 foi julgada.

No mês passado, por unanimidade, o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete acusados viraram réus. Faltam mais três denúncias para serem julgadas.

PREFEITURA DE ICATU CIDADE DE TODOS

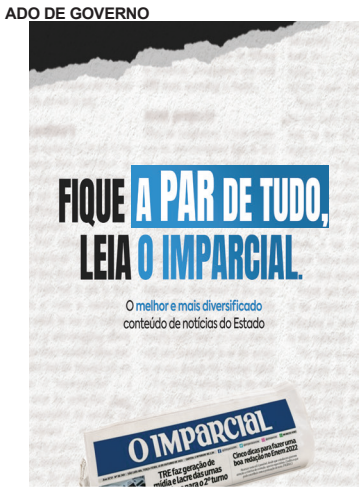
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2025. A Prefeitura Municipal de Icatu/MA, através da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Dispensa de Licitação na sua Forma Eletrônica, do tipo Menor Preço Global, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, visando a Contratação de pessoa (s) jurídica (s) especializada na prestação de serviço de publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação diária no Estado do Maranhão, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Icatu - MA. ABERTURA: 24 DE ABRIL DE 2025, ÀS 08H00MIN, através da plataforma: https://www.licitaicatu.com.br. Demais informações no e-mail cplicatulicitacao@gmail.com e Portal da Transparência. Icatu/MA, 14 de abril de 2025. **Nilton Mendes da Silva** - Agente de Contratação

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 06.272.793/0001-84
NIRE n.º 213.0000686-9 | Código CVM n.º 01660-8
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 26 de março de 2025, às 07:15h, na sede da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65071680. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Convocação realizada nos termos do artigo 12, caput, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, por videoconferência, em conformidade com o art. 12, § 1º, do Estatuto Social da Companhia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Augusto Miranda da Paz Júnior, Alinez Martins Rabelo Costa, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Frederico Pinto Eccard, José Silva Sobral Neto, Rodrigo Villela Ruiz, e João Alberto da Silva Neto. Presente também, em atendimento ao art. 163, § 3º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), o membro titular do Conselho Fiscal da Companhia, o Sr. Saulo de Tarso Alves de Lara. **3. MESA:** Presidente: Augusto Miranda da Paz Júnior; Secretária: Maiana Cristina Bastos de Oliveira. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) tomar conhecimento e analisar o reporte trimestral referente ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2024 e o relatório anual resumido das atividades do Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a ser apresentado pelo Coordenador do CAE; (ii) a apreciação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do CAE, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("DFs 2024"), bem como aprovar a sua submissão à Assembleia Geral Ordinária, a se realizar em primeira convocação conforme edital de convocação a ser publicado ("AGO"); (iii) a apreciação do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como aprovar a sua submissão à AGO; (iv) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como aprovar a sua submissão à AGO; (v) a proposta da administração para a instalação do Conselho Fiscal, bem como aprovar a sua submissão à AGO; (vi) a proposta da administração para fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como aprovar a sua submissão à AGO; (vii) a proposta da administração para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como aprovar a sua submissão à AGO; (viii) a proposta da administração para fixação da remuneração anual global da administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2025, bem como aprovar a sua submissão à AGO; (ix) a autorização da convocação da AGO para submissão ao exame, deliberação e votação nas propostas dos itens (ii) a (viii) acima; (x) ratificar a proposta de Orçamento Geral e de CAPEX da Companhia, apresentada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de dezembro de 2024 ("RCA de 09/12/2024"); (xi) a alteração dos canais de comunicação utilizados para as publicações legais da Companhia; (xii) as projeções da modelagem econômico-financeira da Companhia; (xiii) Consignar que o Conselho de Administração tomou ciência acerca do pedido de renovação do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica da Companhia ("Contrato de Concessão"), a ser endereçado pelo regulatório à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e (xiv) a autorização para os diretores e/ou procuradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento do quanto aprovado na presente reunião. **5. DELIBERAÇÕES:** Após o exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes à reunião deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: 5.1. Consignar que foram apresentados pelo Coordenador do CAE e analisados o reporte trimestral referente ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2024 e o relatório anual resumido das atividades do CAE referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia. 5.1.1. Consignar que o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Conselho de Administração e do CAE, absteve-se de avaliar o reporte trimestral e o relatório anual resumido das atividades do CAE apresentado. 5.2. Apreciar as DFs 2024, bem como aprovar a sua submissão à AGO, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia. 5.2.1. Consignar que a manifestação do Conselho de Administração considera o parecer do CAE, que recomendou a integral aprovação das DFs 2024. 5.3. Apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como aprovar a sua submissão à AGO, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia. 5.4. Aprovar a proposta, a ser submetida à AGO, para destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R$ 741.336.977,58 (setecentos e quarenta e um milhões trezentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme segue: (i) R$ 189.856.448,07 (cento e oitenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e sete centavos), para formação da reserva de incentivo fiscal, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A.; (ii) R$ 27.574.026,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e vinte e seis reais), para formação da reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei das S.A., equivalente a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivo fiscal; (iii) R$ 130.976.625,88 (cento e trinta milhões, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos obrigatórios, nos termos do art. 202 da Lei das S.A., equivalente a 25% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivo fiscal e pela reserva legal; (iv) R$ 318.887.257,79 (trezentos e dezoito milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e nove centavos), a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos adicionais; e (v) R$ 74.042.619,84 (setenta e quatro milhões, quarenta e dois mil, seiscentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos), para formação da reserva estatutária de reforço de capital de giro, nos termos do art. 26, §4º, do Estatuto Social da Companhia. 5.5. Aprovar a proposta da administração para a instalação do Conselho Fiscal, bem como a sua submissão à AGO, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.6. Aprovar a proposta da administração para a fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a sua submissão à AGO, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.7. Aprovar a proposta da administração para a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, bem como a sua submissão à AGO, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.8. Aprovar a proposta da administração para fixação da remuneração anual global da administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2025, bem como a sua submissão à AGO, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.9. Aprovar a convocação da AGO, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia, bem como a submissão da respectiva proposta da administração, referente às matérias indicadas nos itens 5.2 a 5.8, ao exame, discussão e votação da AGO. 5.9.1. Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, o edital de convocação, a proposta da administração e as demais informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO, serão oportuna e tempestivamente divulgados aos acionistas. 5.10. Ratificar a aprovação da proposta de Orçamento Geral e de CAPEX da Companhia para o exercício social de 2025, elaborada pela Diretoria e apresentada na RCA de 09/12/2024 aos Conselheiros de Administração da Companhia, conforme cópia arquivada na sede da Companhia. 5.11. Aprovar a alteração dos canais de comunicação utilizados para realizar as publicações legais da Companhia, que deixarão de ser realizadas no jornal "Folha de São Paulo", mantidas as publicações no jornal "O Imparcial", com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, nos termos da lei. 5.12. Aprovar as projeções da modelagem econômico-financeira da Companhia, que foram utilizadas, inclusive, durante a realização de testes de auditoria, considerando a projeção de dividendos da Companhia, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. 5.13. Consignar que o Conselho de Administração tomou ciência acerca do pedido de renovação do Contrato de Concessão, a ser endereçado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos do Despacho da ANEEL nº 517, de 25 de fevereiro de 2025, que aprovou o Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica. 5.14. Autorizar os diretores e/ou procuradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento do quanto aprovado na presente reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e, ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos. Certifico o registro em 01/04/2025, sob nº 20250348578. Carlos André de Moraes Pereira, Secretário-Geral – JUCEMA.

equatorial ENERGIA

ADO DE GOVERNO



DECISÃO JUDICIAL

Justiça condena consórcio e Município de São Luís a restabelecer linha de ônibus no João de Deus

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) conseguiu, na Justiça, uma sentença que assegura o retorno da linha de ônibus que atendia o bairro João de Deus, na capital maranhense. Além de terem que restabelecer o itinerário, o Consórcio Taguatur Ratrans – Consórcio Central e o Município de São Luís também foram condenados ao pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$ 50 mil ao Fundo

A sentença foi proferida pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, em atendimento à Ação Civil Pública proposta pelo Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon-DPE/MA). A ação contou com a atuação do defensor Público Rairom Laurindo dos Santos na fase de instrução e foi ajuizada pelo defensor público do Nudecon Diego Oliveira.

De acordo com a determinação, o consórcio e o Município deverão promover, em dois meses, o restabelecimento da linha de ônibus, de modo que atenda os interesses da comunidade do João de Deus, na rota: Aeroporto – São Cristóvão – João de Deus – Anil – Vila Palmeira – Alemanha – Monte Castelo – Centro – Terminal Praia Grande.

A sentença encerra o processo na primeira instância após uma série de decisões proferidas desde que a ação civil pública foi ajuizada. No final de 2018, a comunidade do João de Deus foi surpreendida com alterações unilaterais no sistema de transporte coletivo que atendia o bairro, de tal forma que o novo itinerário não mais atendia de forma direta e satisfatória as necessidades diárias do corpo social daquela região.

A comunidade buscou a DPE alegando que o antigo itinerário correspondia à seguinte rota: Aeroporto – São Cristóvão – João de Deus – Anil – Vila Palmeira – Alemanha – Monte Castelo – Centro – Terminal Praia Grande. Após a suspensão do percurso, os moradores passaram a enfrentar grandes dificuldades e prejuízos irreparáveis, principalmente, porque essa era a única linha que facilitava o deslocamento dos alunos para a Escola Pública Municipal UI Délio Jardim de Mattos.

A Defensoria chegou a buscar uma solução para a demanda pela via extrajudicial. Apesar dos vários esclarecimentos solicitados por meio de ofícios, da realização de uma audiência pública e de várias reuniões com a SMTT e o Consórcio Taguatur Ratrans, os serviços não foram restabelecidos.

Em fevereiro de 2023, foi proferida decisão determinando que o Município de São Luís restabelecesse a linha de ônibus T901. O consórcio e o Município de São Luís interpuseram agravo de instrumento, que teve o seu provimento negado.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 – EMAP

A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP torna público que realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico, do tipo menor preço,** no modo de disputa aberto, com **orçamento sigiloso,** no dia **16/05/2025, às 09:30h** – Horário de Brasília - DF, por meio do uso de recursos de tecnologia da informação, pelo sitio www.licitacoes-e.com.br, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, NA ÁREA DO PORTO DO ITAQUI E TERMINAIS DA PONTA DA ESPERA, CUJUPE E CAIS DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, de acordo com o constante no **Processo Administrativo Eletrônico n.º 02005/2024 - EMAP, de 26/06/2024** e especificações e condições do Edital e seus Anexos, e em conformidade disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados www.emap.ma.gov.br, no link Transparência/Compras, podendo ainda ser adquirido gratuitamente, mediante solicitação pelo e-mail: csl@emap.ma.gov.br, durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Esclarecimentos e informações adicionais serão prestados aos interessados no sítio www.emap.ma.gov.br. Telefones: (98)3216-6532, 6028 e 3216-6533.

São Luís-MA, 15 de abril de 2025.
Ciane Sozinho de Souza
Gerente de Compras e Contratos da EMAP

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA-EMAP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 – EMAP

A EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP torna público que realizará licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico, do tipo menor preço**, no modo de disputa aberto, com **orçamento sigiloso**, no dia **06/05/2025/2025, às 09:30h** – Horário de Brasília - DF, por meio do uso de recursos de tecnologia da informação, pelo sitio www.licitacoes-e.com.br, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES ADMINISTRATIVOS PARA USO DOS EMPREGADOS, ESTAGIÁRIOS E JOVEM APRENDIZ, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA – EMAP, conforme quantitativos e especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, de acordo com o constante no **Processo Administrativo Eletrônico n.º 2893/2024- EMAP, de 12/09/2024** e especificações e condições do Edital e seus Anexos, e em conformidade disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados www.emap.ma.gov.br, no link Transparência/Compras, podendo ainda ser adquirido gratuitamente, mediante solicitação pelo e-mail: csl@emap.ma.gov.br, durante os dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Esclarecimentos e informações adicionais serão prestados aos interessados no sítio www.emap.ma.gov.br. Telefones: (98)3216-3216-6028, 6532 e 3216-6533.

São Luís-MA, 14 de abril de 2025.
Ciane Sozinho de Souza
Gerente de Compras e Contratos da EMAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO - MA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 010/2025. O Município de São Benedito do Rio Preto - MA, através de sua Pregoeira, esclarece que em virtude do Ponto Facultativo dia 17/04/2025 (Quinta-feira Santa) Decreto Municipal N° 013, de 20 de março de 2025, adiamos a presente concorrência e publicamos nova data do certame visando total transparência. Concorrência nº 010/2025, com abertura marcada para o dia 17/04/2025, às 11:30h00min, fica ADIADA para o dia 22/04/2025 às 14:30 horas. Objeto: Conclusão de quadra escolar coberta com vestiário no Bairro José Mesquita no município de São Benedito do **Rio** Preto/MA. O Edital poderá ser consultado pelo sítio da Prefeitura de São Benedito do Rio Preto/MA: https://www.saobeneditodoriopreto.ma.gov.br/transparencia/licitacoes, ou www.-comprassbrp.com.br e informações complementares pelo e-mail: cplpmsbrp@gmail.com. São Benedito do Rio Preto/MA, 14 de abril de 2025; **Cristiane Nascimento Vieira Dos Santos** - Pregoeira.

COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO ARAME - CNPJ N.º 08.982.878/0001-81. Ficam convocados os acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGO, a realizar-se no dia 25/04/2025 às 8h na sede social da companhia localizada na Fazenda Bonanza, s/n – CEP 65945-000 – Zona Rural – Arame/MA. Para deliberação da seguinte ordem do dia: a) Aprovação dos atos da diretoria e das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos; c) Deliberar sobre a eleição de diretoria; d) Outros assuntos de interesse da sociedade. Arame/MA, 15/04/2025. **René Feijó de Pontes Neto** – Diretor Presidente.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 19 de fevereiro de 2024, às 14h30min *; 2º LEILÃO: 21 de fevereiro de 2024, às 14h30min *; (*Horário de Brasília)
Marta Zuckerwar, Leiloeira Oficial, Jucesp nº 976, matriculada na Jucema sob nº 139, CNPJ nº 08.[illegible], com endereço à Rua Dr. [illegible], Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Efeitos de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 0101133362, firmada em 09/12/2020, com a Fiduciante **ELIZA MARIA PEREIRA BELO**, brasileira, solteira, maior, gerente, portadora do RG nº 0917710220143-SESP/MA, inscrita no CPF sob nº 617.721.983-15, residente e domiciliada em São José de Ribamar/MA, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 598.571,71 (quinhentos e cinquenta e oito mil quinhentos e setenta e um reais e setenta e um centavos - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pelo **Apartamento nº 801**, localizado no 8º pavimento do Edifício Lumia, situado na Rua dos Juncos, nº 15, Renascença, São Luís/MA, com direito ao uso de duas vagas de garagem. Área privativa: 92,57m² e Área total: 131,79m², melhor descrito na matrícula 74.139 do 1º Oficial de Registro de São Luís/MA. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 378.829,30 (trezentos e setenta e oito mil oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE:** www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel: 3003-0677 (Bessie 21273)

Município de Meio Ambiente – SEMMAM a Licença Única 01, validade 24/01/2025, para a atividade

PESQUISA

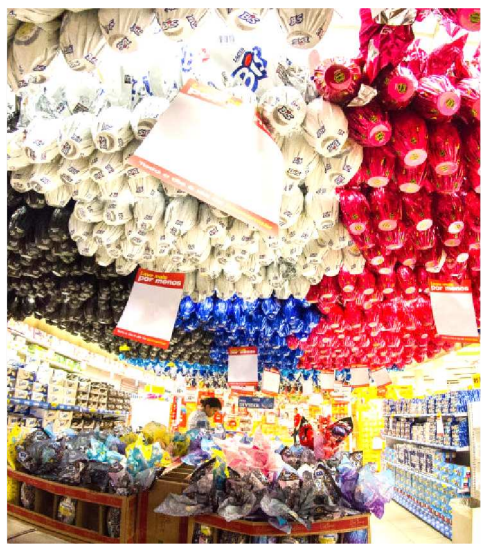
Variação de 229% entre produtos da Páscoa

A fim de orientar os consumidores durante as compras para a Páscoa, o Procon/MA, realizou uma pesquisa de preço, entre os dias 1 e 10 de Abril, em seis estabelecimentos

Feriados e datas comemorativas são sempre uma oportunidade para impulsionar o comércio e atrair consumidores, mas é importante ter cautela na hora de ir às compras a fim de evitar gastos acima dos padrões. A fim de orientar os consumidores durante as compras para a Páscoa, o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (Procon/MA), realizou uma pesquisa de preço, entre os dias 1 e 10 de Abril, em seis estabelecimentos da capital.

Foram pesquisados 160 itens entre pescados, chocolates e mercearia em geral. A diferença de preços chegou a 229,33% entre um estabelecimento e outro para o mesmo produto. O produto em questão se trata de uma cartela de ovos com duas dúzias da marca Avine Branco.

Nos supermercados do Grupo Mateus (Shoppings da Ilha, Rio Anil e Pátio Norte) custa R$ 9,99, enquanto no supermercado Assaí Atacadista (Av. Guajajaras) custa R$ 32,90.



De acordo com a presidente do Procon/MA, Karen Barros, a pesquisa tem papel essencial na proteção do consumidor e no combate a práticas abusivas. “Sabemos que, nesse período, há um aumento significativo na procura por pescados e chocolates. Essa pesquisa tem o objetivo de oferecer ao consumidor uma ferramenta essencial para a garantia de seus direitos: a possibilidade de comparar preços entre os estabelecimentos, buscar as melhores ofertas e, ao mesmo tempo, permitir que acompanhemos o mercado de perto, prevenindo práticas abusivas, como o aumento injustificado dos preços”, explicou.

Chocolate

Para quem não abre mão do bom e velho chocolate, após análise de preços, foi encontrada uma variação de até 101,01%. Os CHOCOLATES BB LACTA SONHO DE VALSA e OURO BRANCO estão custando R$ 0,99 nos supermercados do Grupo Mateus (Shoppings da Ilha, Rio Anil e Pátio Norte) e R$ 1,99 no Cantinho Doce (Av. Daniel de La Touche).

Pescados

O quilo do peixe Palombeta pode ser encontrado com 100,11% de diferença, custando R$ 8,99 na rede Mateus (Shoppings da Ilha, Rio Anil e Pátio Norte) e no R$ 17,99 no Atacadão.

FUNDAÇÃO JOSUÉ MONTELLO

CONVOCAÇÃO

O Presidente da Fundação Josué Montello, com base no artigo 32 do seu Estatuto, convoca o Conselho Fiscal para a 29ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 22 de abril às 10:00 horas, com a finalidade de analisar e deliberar sobre os Demonstrativos Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referente ao exercício de 2024.

São Luís, 15 de abril de 2025

Prof. Doutor Alcimar Nunes Pinheiro
Presidente

Serra Branca Imobiliaria E Agropecuaria Ltda torna público, que REQUEREU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais, em 24/03/2025, Autorização para Uso de Água Subterrânea situado na Data Serra Branca Gerais De Balsas, s/n, Zona Rural, 65800000, município de Balsas, Estado do Maranhão, para fins de Consumo Humano, conforme dados constantes no processo n° 25030036260/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2025 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2025. AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 008/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos no Município de Presidente Dutra - MA. Abertura: 07/05/2025 às 09:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município http://presidentedutra.ma.gov.br. Presidente Dutra/MA, 14 de abril de 2025. Miqueias Vanderley Fernandes Silva, Assessor Executivo e Ordenador de Despesas. Presidente Dutra – MA, 14 de abril de 2025. - **Miqueias Vanderley Fernandes Silva** - Assessor Executivo e Ordenador de Despesas

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

AVISO DEREPUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.012/2025/CPL/PMSL

A Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís, localizada na Rua dos Ouriços, Lote 11, Qd. 09, Calhau, São Luís – MA, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.012/2025/CPL/PMSL**, no **dia 06/05/2025**, às **08h30min**, horário de Brasília, através do Processo Administrativo SEI n° 15901.001805/2024, objetivando o **Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de ventilação pulmonar mecânica e aspirador portátil, para atender as unidades vinculadas à Rede de Saúde Municipal de São Luís.** O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico www.saoluis.ma.gov.br ou no site do Compras.gov: www.gov.br/compras/pt-br.

São Luís - MA, 15 de abril de 2025.

ROSITA GRASIELA DIAS OLIVEIRA
Membro Relator
CPL/PMSL

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES (MEMBROS/APL)

Aviso de Republicação nº 1251094/2025 - CPL — São Luís - MA, 15 de abril de 2025

AVISO LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.021/2025/CPL/PMSL

A Central Permanente de Licitação da Prefeitura de São Luís, localizada na Rua dos Ouriços, Lote 11, Qd. 09, Calhau, São Luís – MA, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.021/2025/CPL/PMSL**, no **dia 06/05/2025**, às **14h30min**, horário de Brasília, através do Processo Administrativo SEI n° **15901.004494/2024, objetivando o Registro de preço para aquisição de curativos para terapia por pressão negativa, correlatos e bombas de pressão negativa. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente por meio digital nesta Central, bem como pela internet, através do nosso endereço eletrônico www.saoluis.-ma.gov.br ou no site do Compras.gov: www.gov.br/compras/pt-br.**

São Luís - MA, 15 de abril de 2025.

ROSITA GRASIELA DIAS OLIVEIRA
Pregoeira - CPL/PMSL

Documento assinado eletronicamente com login e senha por **Rosita Graciela Dias Oliveira, Pregoeira,** em 15/04/2025, às 10:26, conforme Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.saoluis.ma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1251094** e o código CRC **F8CA98B8**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 008/2025 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 00182002.2025.0205 -SEMED. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 05 de maio de 2025, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é Registro de preços de fardamento escolar, para futuras aquisições pela prefeitura municipal de São José de Ribamar, visando atender às necessidades de fornecer anualmente o fardamento escolar de uso diário aos alunos matriculados na rede municipal de ensino, atendendo as demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, na forma da Lei Municipal nº 1.408, de 12 de dezembro de 2023; lei complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela lei complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e pela lei complementar 155, de 27 de outubro de 2016, regulamentada pela lei complementar municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; e subsidiariamente, no que couber, a lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitasaojosederibamarma.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC, situada na Praça da Matriz, nº 142, Centro, nesta Cidade, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitasaojosederibamarma.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 55, inc. IV, § 1º da Lei 14.133/21 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitasaojosederibamarma.com.br. São José de Ribamar (MA), 14 de abril de 2025. **Jérllida de Freitas Nunes.** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 532/2024-SEMAS. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 08 de maio de 2025, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é Contratação de empresa especializada no fornecimento de itens para enxovais de bebê visando atender as beneficiárias em situação de extrema pobreza, cadastradas nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, na forma da Lei Municipal nº 1.408, de 12 de dezembro de 2023; lei complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela lei complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e pela lei complementar 155, de 27 de outubro de 2016, regulamentada pela lei complementar municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; e subsidiariamente, no que couber, a lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitasaojosederibamarma.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC, situada na Praça da Matriz, nº 142, Centro, nesta Cidade, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitasaojosederibamarma.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 55, inc. IV, § 1º da Lei 14.133/21 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitasaojosederibamarma.com.br. São José de Ribamar (MA), 14 de abril de 2025. **Jérllida de Freitas Nunes.** Pregoeira.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS
RUA 12 DE OUTUBRO, 635 – CENTRO.
CNPJ Nº: 06.101.117/0001-48

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO No 012/2025-SRP

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA, POR SUA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, LOCALIZADA NA RUA 12 DE OUTUBRO, 635 - CENTRO, GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025, ÀS 14H00MIN, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO, TENDO POR OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA, NOS TERMOS DA Lei 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES. EDITAL E SEUS ANEXO S ESTÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO SUPRA DE 2a A 6a FEIRA NO HORÁRIO DE 07:30 ÀS 13:30 HORAS, NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP SITE www.portaldecomprasgeb.com.br, E ATRAVÉS DO E-MAIL: licitacaogeb@gmail.com.

Governador Eugênio Barros - MA, 15 de abril de 2025.

Márcio Irla de Sousa Cortez
Agente de Contratação

Ambev S.A. – Filial Maranhão, CNPJ 07.526.557/0056-83, torna público queREQUEREU junto à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, em 15/04/2025, a Licença de Operação para as adequações licenciadas no âmbito da LI N° 1086553/2024, conforme Proc. Nº 25040030112/2025, para sua unidade situada à rodovia BR-135, km 16,5, bairro Pedrinhas, no município de São Luís/MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 00070603.2025.0205-SEMED. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 10h:00min (horário de Brasília) do dia 07 de maio de 2025, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de sanitização, desinsetização, desratização, descupinização e higienização de áreas internas e externas visando o combate e prevenção de roedores, pombos e morcegos, mosquito da Aedes aegypti e da COVID-19 nas Escolas da Rede Municipal de São José de Ribamar, na forma da Lei Municipal nº 1.408, de 12 de dezembro de 2023; lei complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela lei complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e pela lei complementar 155, de 27 de outubro de 2016, regulamentada pela lei complementar municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; e subsidiariamente, no que couber, a lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitasaojosederibamarma.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC, situada na Praça da Matriz, nº 142, Centro, nesta Cidade, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitasaojosederibamarma.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 55, inc. IV, § 1º da Lei 14.133/21 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitasaojosederibamarma.com.br. São José de Ribamar (MA), 14 de abril de 2025. **Jérllida de Freitas Nunes**. Pregoeira.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS
RUA 12 DE OUTUBRO, 635 – CENTRO.
CNPJ Nº: 06.101.117/0001-48

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO No 013/2025RE-SRP

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA, POR SUA SECRETARIA DE SAÚDE, LOCALIZADA NA AV 11 DE MARÇO, S/N - CENTRO, GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025, ÀS 10H00MIN, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO, TENDO POR OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA, NOS TERMOS DA Lei 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES. EDITAL E SEUS ANEXOS ESTÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO SUPRA DE 2ª A 6ª FEIRA NO HORÁRIO DE 07:30 ÀS 13:30 HORAS, NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP SITE www.portaldecomprasgeb.com.br, E ATRAVÉS DO E-MAIL: licitacaogeb@gmail.com.

Governador Eugênio Barros - MA, 15 de abril de 2025.

Márcio Irla de Sousa Cortez
Agente de Contratação

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS
RUA 12 DE OUTUBRO, 635 – CENTRO.
CNPJ Nº: 06.101.117/0001-48

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO No 011/2025RE-SRP

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MA, POR SUA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS, LOCALIZADA NA RUA 12 DE OUTUBRO, 635 - CENTRO, GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS QUE NO DIA 30 DE ABRIL DE 2025, ÀS 08H00MIN, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO, TENDO POR OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS – MA, NOS TERMOS DA Lei 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES. EDITAL E SEUS ANEXO S ESTÃO À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO ENDEREÇO SUPRA DE 2ª A 6a FEIRA NO HORÁRIO DE 07:30 ÀS 13:30 HORAS, NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP SITE www.portaldecomprasgeb.com.br, E ATRAVÉS DO E-MAIL: licitacaogeb@gmail.com. Governador Eugênio Barros - MA, 15 de abril de 2025.

Márcio Irla de Sousa Cortez
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO - MA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 009/2025. O Município de São Benedito do Rio Preto - MA, através de sua Pregoeira, esclarece que em virtude do Ponto Facultativo dia 17/04/2025 (Quinta-feira Santa) Decreto Municipal N° 013, de 20 de março de 2025, adiamos a presente concorrência e publicamos nova data do certame visando total transparência. Concorrência nº 009/2025, com abertura marcada para o dia 17/04/2025, às 08:30h00min, fica ADIADA para o dia 22/04/2025 às 11:30 horas. Objeto: Conclusão de quadra escolar coberta com vestiário no Bairro São José dos Costas no município de São Benedito do Rio Preto/MA. O Edital poderá ser consultado pelo sítio da Prefeitura de São Benedito do Rio Preto/MA: https://www.saobeneditodoriopreto.ma.gov.br/transparencia/licitacoes, ou www.comprassbrp.com.br e informações complementares pelo e-mail: cplpmsbrp@gmail.com. São Benedito do Rio Preto/MA, 14 de abril de 2025; **Cristiane Nascimento Vieira Dos Santos -** Pregoeira.

MARANHENSE 2025

Campeonato tem jogos marcados para o dia 23

Federação divulga a última rodada da fase classificatória do Estadual, que é disputado em Turno Único. Os jogos deverão ser disputados no mesmo dia e horário

NERES PINTO

A última rodada da fase classificatória do Campeonato Maranhense já tem data marcada para acontecer. Finalmente, após os adiamentos provocados por ajustes na tabela, em virtude das competições nacionais disputadas por clubes maranhenses, e das chuvas, a Federação programou para o dia 23 (quarta-feira), ou seja, daqui a uma semana, os três jogos que vão definir os destinos das equipes rumo à semifinal.

Os jogos programados, todos no horário das 19h, são: Sampaio Corrêa x Maranhão Atlético Clube, no Estádio Castelão; Imperatriz e Moto Club, no Frei Epifânio; IAPE e Pinheiro, no Nhozinho Santos; Tuntum x Viana, no Estádio Rafael Seabra. Nesta rodada, também será conhecido o segundo clube a ser rebaixado. O primeiro foi o Viana, que soma apenas três pontos conquistados por ocasião da vitória sobre o Cavalo de Aço.

A luta para não cair promete ser ferrenha, entre Tuntum (13 pontos) e Pinheiro 16). O Leão dos Cocais precisa vencer o Viana e torcer para uma derrota do PAC. Neste caso, o desempate acontecerá no saldo de gols. A luta mais acirrada pela classificação será entre MAC e Moto Club, que precisam vencer seus jogos. O empate pode favorecer aos motenses, em Imperatriz, caso o Maranhão não passe pelo Sampaio.

Brasileiro

Na Série D do Campeonato Brasileiro, as três equipes maranhenses que vão disputar a competição, agora estão voltadas para o jogo de estreia. O Maranhão, agora comandado por Marcinho Guerreiro, receberá o Altos-PI, no Castelão, às 16h do próximo sábado. Os atleticanos não anunciaram nenhum reforço até ontem. Enquanto isso, o Sampaio Corrêa vai até à cidade de Iguatu-CE, enfrentar a equipe que tem o nome da cidade, às 17h, no Estádio Morenão, e o Imperatriz estará em Parnaíba-PI, onde vai jogar contra o time loca, às 16h, no Pedro Alelaf. Todos estes clubes fazem parte do Grupo A2, com jogos de "ida e volta", que classifica quatro equipes para a fase seguinte.

4ª RODADA

Flamengo tenta manter liderança no Brasileirão

O Flamengo entra em campo novamente nesta quarta-feira (16), para enfrentar o Juventude, pelo Brasileirão.

O embate entre rubro-negros e alviverdes terá transmissão da Globo (TV aberta), do Premiere (pay-per-view) e também do Coluna do Fla TV, ao vivo, no YouTube. A bola rola a partir das 21h30 (horário de Brasília) desta quarta-feira (16), pela quarta rodada do Campeonato Brasileiro.

Dois treinos

Depois de superar o Grêmio, em Porto Alegre, no último domingo (13), o Flamengo não teve descanso. Isso porque, na última segunda-feira (14), Filipe Luís já comandou o primeiro treino, no CT Ninho do Urubu, visando o jogo contra o Juventude. Desse modo, nessa terça (15), em última atividade antes do duelo, o treinador definiu os titulares.

Manter a liderança

No momento, o Flamengo ocupa a primeira colocação do Brasileirão, somando sete pontos. Ao todo, o Rubro-Negro tem duas vitórias e um empate no torneio.

Ou seja, uma vitória, nesta quarta-feira (16), significa não somente a manutenção da liderança, mas também continuação da invencibilidade no torneio nacional.

Escalações

- ***Provável escalação do Flamengo:*** Rossi, Wesley, Ortiz (Danilo), Léo Pereira e Alex Sandro (Ayrton Lucas); Pulgar, De la Cruz, Arrascaeta e Gerson; Plata (Juninho) e Bruno Henrique. Técnico: Filipe Luís.
- ***Provável escalação do Juventude:*** Gustavo; Ewerthon, Adriano Martins, Abner e Alan Ruschel; Giraldo, Jadson e Mandaca; Petterson (Giovanny), Batalla e Gabriel Taliari. Técnico: Fábio Matias.

4ª rodada

- 18h30 – Botafogo x São Paulo
- 19h30 – Corinthians x Fluminense
- 19h00 – Sport x Red Bull Bragantino
- 19h00 – Mirassol x Grêmio
- 21h30 -Flamengo x Juventude
- 21h30 -Santos x Atlético-MG
- 19h30 – Internacional x Palmeiras
- 21h30 – Vitória x Fortaleza

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAPIÓ – MA

AVISO

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 642/2025. O MUNICÍPIO DE CAJAPIO, através da Prefeitura Municipal de Cajapio-MA, por meio de sua Pregoeira, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, visando a Contratação de empresa para manutenção de veículos, com reposição de peças, de interesse da Prefeitura Municipal de Cajapio-MA, publicada no DOE dia 02/04/2025. TERÁ NOVA DATA: DATA DE ABERTURA PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: 30/04/2025, ATÉ ÀS 08H00MIN. O Edital Retificado e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço da CPL, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 13:00 horas, ou através do e-mail: cpl.cajapio.ma2017@gmail.com, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente, bem como consultados através do SINC CONTRATA e portal da transparência deste órgão(www.cajapio.ma.gov.br). Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço e pelo telefone (98) 98840 1138.Cajapió–MA, 09 de abril de 2025. **Stephany Brenda Soares Furtado.** Pregoeira

A ilha plastic comércio atacadista de embalagens ltda, inscrita no cnpj 21.873.207/0001-40, torna público que REQUEREU a secretaria do meio ambiente SEMMAM na data 15 de abril de 2025 a licença de operação (LO) para atividade de comércio atacadista de embalagens localizada na rua projetada s /n miritiua em São José de Ribamar-MA conforme processo SEMMAM 247/25 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNARAMA
CNPJ. 06.115.117/0001-05
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2025 – PMP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025 - SRP

O MUNICÍPIO DE PARNARAMA, Estado do Maranhão, com Centro Administrativo situado na Rua Pedreiras, nº 093, Centro, em Parnarama/MA, por meio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 010/2025 – GAB/PMP, de 02 de janeiro de 2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 164/2024 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições do instrumento convocatório, promoverá a REMARCAÇÃO do processo licitatório adiante especificado:

- **OBJETO:** Registro de preços para eventual contratação parcelada de empresa especializada para a execução dos serviços de engenharia de pavimentação em bloquetes e paralelepípedo, drenagem urbana e passeio público, em atendimento as necessidades da Prefeitura Municipal de Parnarama/MA, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência anexo ao edital
- **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico
- **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço
- **ADJUDICAÇÃO:** Global
- **MODO DE DISPUTA:** Aberto
- **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 01 de abril de 2025, às 09 h e 00 min
- **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 05 de maio de 2025, às 09 h e 00 min
- **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 05 de maio de 2025, às 09 h e 10 min
- **PLATAFORMA:** BBMNET Licitações – Bolsa Brasileira de Mercadorias
- **ACESSO AO EDITAL: transparencia.parnarama.ma.gov.br/acessoInformacao/licitacao/tce, www.tcema.tc.br e www.novobbmnet.com.br**

Demais informações poderão ser solicitadas por meio do endereço eletrônico: cplpmp25@gmail.com ou na sala do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos da Prefeitura Municipal de Parnarama/MA, situada nesta cidade na Rua Pedreiras, nº 093, Centro, de segunda à sexta-feira (dias úteis), de 08 h e 00 min às 14 h e 00 min.

Parnarama/MA, 15 de abril de 2025.

Carla Larissa da Silva Guimarães
Agente da Contratação da CPL/PMP

Empresa Maranhense de Mineração S/A

CNPJ/ME 06.268.973/0001-92 - NIRE nº 21 3 0000484 0

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da Empresa Maranhense de Mineração S/A, convocados para se reunirem no dia 24 de abril de 2025, às 09:00 horas, em chamada única e de modo digital, através da plataforma de videochamadas "Zoom", cujo link será encaminhado após a confirmação de presença através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, devendo no mesmo ato informar o nome completo, RG, CPF e e-mail do solicitante, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 01.** Tomar conhecimento, discutir e aprovar o balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Luis, 15 de abril de 2025

Eneida Melo Cruz - Diretora Presidente.

A **Rede Nacional de Pesquisa (RNP), CNPJ nº 03.508.097/0001-36** torna público que recebeu a Licença Ambiental Única (LAU) nº 1021607/2025 (**Processo nº 24100058170/2024**) da **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) do estado do Maranhão**, para a Implantação do Sistema de Cabo Submarino do projeto **Conexão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)**, empreendimento que tem como objetivo geral construir uma infraestrutura de conectividade de alta capacidade em fibra óptica para atendimento ao CLA e as instituições usuárias da RNP nas áreas de Educação, Pesquisa, Ciência, Saúde e Defesa. Andrei Elias Amaral – Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE-MA

AVISO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025. O Município de Cachoeira Grande/MA, torna público aos interessados a Chamada Pública nº 001/2025, para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atender quadro de alunos matriculado na Rede de Ensino Municipal de Cachoeira Grande-MA através do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 12 de Maio de 2025, às 10:00 horas, na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Licitações, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua do Comercio, nº 03, no Centro de Cachoeira Grande/ MA. O edital e seus anexos encontram-se **disponíveis** para consulta e download gratuito no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e https://www.-cachoeiragrande.ma.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail cplcgma@hotmail.com ou no prédio onde funciona a Comissão Central de Licitação, no horário de 08:00 às 12:00. Cachoeira Grande, 16 de Abril de 2025. Secretário Municipal de Educação, **Sr. HUGO BISPO DE JESUS NETO.**

Cachoeira Grande/MA, 16 de ABRIL de 2025.

HUGO BISPO DE JESUS NETO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

Processo Administrativo SEI nº 2025.110222.00957
Processo SIGA: SES/0003/2025
Pregão Eletrônico nº 08/2025-SES

Objeto: " Registro de Preços para aquisição de equipamentos de uso hospitalar, com serviços acessórios de instalação ou montagem, (quando cabíveis), para suprir as unidades da Rede Estadual de Saúde, e eventuais doações aos municipios do Estado do Maranhão, conforme as condições, especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital. A Pregoeira Oficial da Secretaria de Estado da Saúde, comunica que a sessão marcada para o dia: **10/04/2025** às 09h00min (horário de Brasília); não será realizada, estando **SUSPENSA** até ulterior deliberação. Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/) e www.csl.saude.ma.gov.br, **Informações**: Comissão Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís/MA. CEP: 65.076-820; **E-mail:** licitases@saude.ma.gov.br e **Fones:** (98) 3198-5558 e 3198-5559, edital disponível no site: www.saude.ma.gov.br/csl.

São Luís - MA, 10 de abril de 2025
Chrisane Oliveira Barros
Presidente da CPC/SES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025. AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 007/2025. OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para Obras de Construção do Espaço Esportivo Comunitário, no Município de Presidente Dutra/MA. Abertura: 06/05/2025 às 15:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e **no** Site do Município http://presidentedutra.ma.gov.br. Presidente Dutra/MA, 14 de abril de 2025. Miqueias Vanderley Fernandes Silva, Assessor Executivo e Ordenador de Despesas. Presidente Dutra – MA, 14 de abril de 2025. **Miqueias Vanderley Fernandes Silva** - Assessor Executivo e Ordenador de Despesas

LEITURA

Salão do Livro de Imperatriz volta em 2025

O Salão do Livro de Imperatriz (Salimp) volta neste ano com apoio do Governo do Estado e da iniciativa privada

CARLOS LEEN
Exclusivo para O Imparcial

AS TRATATIVAS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO JÁ ESTÃO BEM ADIANTADAS

Após dois anos sem ser realizado, o tradicional Salão do Livro de Imperatriz (Salimp) está de volta ao calendário cultural do Maranhão. A confirmação foi dada pelo secretário de Governo, Clayton Noleto. Segundo ele, as tratativas para a realização do evento já estão bem adiantadas.

Noleto afirma que a iniciativa parte de um desejo direto do prefeito Rildo Amaral, que tem dialogado com representantes da Academia Imperatrizense de Letras, como o presidente da instituição, Raimundo Trajano. "Logo que começamos a conversar, procurei o governador Carlos Brandão, que se mostrou disposto a apoiar financeiramente o projeto", contou o secretário.

O orçamento previsto para o evento gira entre R$ 800 mil e R$ 1 milhão. O governador Carlos Brandão sinalizou a possibilidade de arcar com uma parte significativa do montante, enquanto a prefeitura de Imperatriz assumirá uma contrapartida. A iniciativa privada, com destaque para a Suzano Papel e Celulose, também deve contribuir para viabilizar o Salimp.

O evento literário, um dos maiores do Norte-Nordeste, movimenta a economia e a cena cultural da região, reunindo editoras, livreiros, escritores e artistas de várias partes do país. O Salimp já recebeu nomes como Ariano Suassuna, Caco Barcellos e Lobão, e a expectativa é que este ano volte a atrair grandes personalidades do mundo literário e artístico — um nome de peso, ainda mantido sob sigilo, está em negociação.

A nova edição contará com venda de livros, lançamentos de obras, palestras, oficinas, apresentações musicais e uma praça de alimentação, mantendo a proposta plural que sempre caracterizou o Salimp.

Último lote de ingressos para evento com Cíntia Chagas na Grande São Luís começa a ser vendido

Neste sábado (12), foi iniciada a venda do segundo lote de ingressos da palestra "Oratória da Elegância", ministrada pela primeira vez no Maranhão pela famosa professora Cíntia Chagas, especialista em comunicação que alcançou grande projeção no país devido à maneira singular com a qual compartilha dicas de português e de elegância. A Região Metropolitana de São Luís vai receber o evento na noite do próximo dia 6 de maio.

A agenda vai focar a construção de uma boa imagem pessoal para imprimir maior autoridade. Isso envolve não somente a habilidade de expressar-se com elegância — o que inclui a fala e o comportamento —, como também uma aparência alinhada ao que se pretende transmitir. Por isso, foi adicionada à programação a palestra "Elegância em Movimento", apresentada por Caroline Tortorella, consultora de imagem e estilo.

Com patrocínio da Avatim São Luís, Selfit Academias e Ademicon Consórcio e Investimento, apoio do jornal O Imparcial e produção local da Impulsione, o evento vai ocorrer no Palazzo Eventos, casa de eventos localizada no bairro Araçagy (Av. São Paulo, nº 01, quadra 15 – Araçagy, São José de Ribamar/MA).

As inscrições estão sendo realizadas por meio do site eventodinastia.com.br/saoluis, com vagas limitadas. Até o momento, já foram vendidos mais de 1.400 ingressos. A estimativa é que o evento receba um público total de 1.800 pessoas.

Histórico — A palestra "Oratória da Elegância" já foi realizada pelo Evento Dinastia, produtora de eventos do estado da Paraíba, em outras partes do Nordeste, como a Região Metropolitana do Recife (PE), com público de 2 mil pessoas, e João Pessoa (PB), com 2,5 mil participantes. No Maranhão, as inscrições foram abertas no dia 31 de janeiro.

GR LEILÕES — Leilão do Conselho Regional de Contabilidade/MA
Dia 07/05/2025 às 11 horas — CRCMA

Item	Descrição	Lance mínimo (Avaliação)
01	Prédio comercial na Rua Leblon, Lote 10, Quadra C, Loteamento Parque do Calhau, Calhau, São Luís/MA. Área Construída: 1.215,05 m², Área do Terreno: 800,00 m² (20 m X 40 m). Certidão de Inteiro Teor nº 24.938. Os condicionadores de ar do imóvel ficarão no imóvel.	R$5.263.550,00
02	Prédio na Avenida Gomes de Sousa, n° 536, Centro, São Luís/MA. O prédio possui área do Terreno de 234,92 m² e **área construída de 444,32 m².** Transcrição de matrícula nº 3.602.	R$ 671.000,00
03	Terreno na Rua Treze de Maio (mesma Rua São João), s/n°, lotes 26, 28 e 30, Centro, São Luís/MA. O terreno possui **área de 237,66 m²** (10,20 m X 23,30 m). Certidão de inteiro teor nº 62.430.	R$ 179.000,00
04	Sala comercial na Rua Luís Domingues, Edif. Centro Comercio Empresarial, Sala 1.006, Centro, Imperatriz/MA. Sala com banheiro e **28,42 m² de área privativa**. Certidão de Inteiro Teor nº 6.394.	R$ 193.000,00

Gustavo Martins Rocha
Leiloeiro Público do Estado do Maranhão
Matrícula n° 017/06
Telefone: (98) 4141-2441
Lances on-line e fotos:
www.grleiloes.com

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60
Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 A Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA) torna público para conhecimento dos interessados, a realização de procedimento de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025, do tipo MENOR PREÇOS POR ITEM, que tem como objeto: Registro de preço para eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar do município de Montes Altos, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. ABERTURA DA SESSÃO: 09h00min (nove horas) do dia 30 de abril de 2025. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitamontesaltosma.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.montesaltos.ma.gov.br, www.gov.br/pncp ou www.licitamontesaltos-ma.com.br. E sede da Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA), onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o pagamento no valor de R$ 20,00 (vinte reais) através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM, em dias úteis, no horário das 08h às 12h. MONTES ALTOS - Maranhão 15 de abril de 2025. **Raimunda Marilene Cruz da Silva** - Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Humano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2025. AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 009/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada para à Execução dos Serviços de Urbanização das Praças e Lago do Tarumã, na Zona Urbana do Município de Presidente Dutra - MA. Abertura: 07/05/2025 às 15:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município http://presidentedutra.ma.gov.br. Presidente Dutra/MA, 14 de abril de 2025. Miqueias Vanderley Fernandes Silva, Assessor Executivo e Ordenador de Despesas. Presidente Dutra – MA, 14 de abril de 2025. **Miqueias Vanderley Fernandes Silva** - Assessor Executivo e Ordenador de Despesas

MUNICÍPIO DE ARARI-ESTADO DO MARANHÃO
PODER EXECUTIVO
Av. Dr. João da Silva Lima, s/n°, Centro, Cep 65.480-000,
Telefone: (98) 3453-1140

RETIFICAÇÃO NO JORNAL O IMPARCIAL. SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2025. PÁGINA 5. ONDE SE LÊ: RESENHA DO CONTRATO Nº 072/2025. RESULTANTE DA PREGÃO ELETRÔNICO EM SRP Nº 001/2025. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 02.02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; 02.02.09.10 – SAÚDE; 02.02.09.10.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL; 02.02.09.10.122.0069 – GESTÃO DA SAÚDE; 02.02.09.10.122.0069.2061.0000 – MANUT. E FUNC.DA SEC. DE SAÚDE; Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO; 02.05.01.10.302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL; 02.05.01.10.302.0020 - ATEND. AMBUL. EMERGENCIAL/HOSPITALAR; 02.05.01.10.302.0020.2048.0000 – FUNC. E MANUT.MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC; Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO. LEIA-SE: RESENHA DO CONTRATO Nº 072/2025. RESULTANTE DA PREGÃO ELETRÔNICO EM SRP Nº 001/2025. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 02.02.09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; 02.02.09.10 – SAÚDE; 02.02.09.10.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL; 02.02.09.10.122.0069 – GESTÃO DA SAÚDE; 02.02.09.10.122.0069.2061.0000 – MANUT. E FUNC.DA SEC. DE SAÚDE; Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO. Arari/MA, 15 de abril de 2025 - **Thiago Martins Santos** /Secretário Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025. AVISO DE LICITAÇÃO: A Prefeitura Municipal de Presidente Dutra/MA, torna público que realizará Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 006/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada para à Execução dos Serviços de urbanização da orla do balneário do piscinão, na Zona Urbana do Município de Presidente Dutra - MA. Abertura: 06/05/2025 às 09:00 horas. DIPLOMA LEGAL: Lei nº 14.133/21 e suas alterações. OBSERVAÇÕES: O Edital estará disponível na íntegra, no endereço eletrônico: www.compraspresidentedutra.com.br e no Site do Município http://presidentedutra.ma.gov.br. Presidente Dutra/MA, 14 de abril de 2025. Miqueias Vanderley Fernandes Silva, Assessor Executivo e Ordenador de Despesas. Presidente Dutra – MA, 14 de abril de 2025. - **Miqueias Vanderley Fernandes Silva** - Assessor Executivo e Ordenador de Despesas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 009/2025 – CELICC/PMSJR. PROC. Nº 3202/2023-SEMED. A Prefeitura Municipal de São José de Ribamar – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que realizará às 14h:00min (horário de Brasília) do dia 06 de maio de 2025, Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, cujo objeto é Registro de Preços para Aquisição de utensílios de cozinha escolar para atender demandas das Escolas da Rede de ensino do Município de São José de Ribamar/MA, na forma da Lei Municipal nº 1.408, de 12 de dezembro de 2023; lei complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela lei complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e pela lei complementar 155, de 27 de outubro de 2016, **regulamentada** pela lei complementar municipal nº 046, de 11 de maio de 2017; e subsidiariamente, no que couber, a lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que preencherem os requisitos do Edital. A sessão pública acontecerá pelo site: www.licitasaojosederibamar-ma.com.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC, situada na Praça da Matriz, nº 142, Centro, nesta Cidade, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00h às 13:30h e no site www.saojosederibamar.ma.gov.br, onde poderão ser consultados e obtidos gratuitamente. O Edital também pode ser adquirido no site www.licitasaojosederibamarma.com.br. Qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 55, inc. IV, § 1º da Lei 14.133/21 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CELICC. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados através do site: www.licitasaojosederibamarma.com.br. São José de Ribamar (MA), 14 de abril de 2025. **Jérllida de Freitas Nunes.** Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO - MA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA Nº 001/2025. O Município de São Benedito do Rio Preto - MA, através de sua agente de contratação e equipe de apoio, torna público para ciência dos interessados que, o processo administrativo de nº 016/2025, Concorrência Eletrônica Nº 001/2025 – SBRP, com abertura marcada para o dia 15/04/2025 às 08:30 horas, fica ADIADA para o dia 22/04/2025 às 08:30 horas. Objeto: Construção De Unidade Básica De Saúde Porte II - Ministério Da Saúde do município de São Benedito do Rio Preto/MA. A Licitação será regida pela Lei nº. 14.133/21, e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. O novo Edital poderá ser consultado pelo sítio da Prefeitura de São Benedito do Rio Preto/MA: https://www.saobeneditodoriopreto.ma.gov.br/transparencia/licitacoes, ou www.comprassbrp.com.br e informações complementares pelo e-mail: cplpmsbrp@gmail.com. São Benedito do Rio Preto/MA, 14 de abril de 2025; **Cristiane Nascimento Vieira Dos Santos** - Pregoeira.

MUNICÍPIO DE ARARI-ESTADO DO MARANHÃO
PODER EXECUTIVO
Av. Dr. João da Silva Lima, s/n°, Centro, Cep 65.480-000,
Telefone: (98) 3453-1140

RETIFICAÇÃO NO JORNAL O IMPARCIAL. SÃO LUÍS, SEXTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2025. PÁGINA 6. ONDE SE LÊ: RESENHA DO CONTRATO Nº 064/2025. RESULTANTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025. PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no C.N.P.J. Nº 06.242.846/0001-14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 02; 02.02; 02.02.04; 02.02.04.12; 02.02.04.12.361; 02.02.04.12.361.0005; 02.02.04.12.361.0005.2006.0000 - 3.3.90.32.00; 02.02.04.12.365; 02.02.04.12.365.0006; 02.02.04.12.365.0006.2066.0000 - 3.3.90.32.00. LEIA-SE: RESENHA DO CONTRATO Nº 064/2025. RESULTANTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2025. PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrita no C.N.P.J. Nº 30.939.625/0001-84. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 02; 02.02; 02.02.04; 02.02.04.12; 02.02.04.12.361; 02.02.04.12.361.0005; 02.02.04.12.361.0005.2066.0000 - 3.3.90.32.00; 02.02.04.12.365; 02.02.04.12.365.0006; 02.02.04.12.365.0006.2066.0000 - 3.3.90.32.00; 02.06; 02.06.00; 02.06.00.12; 02.06.00.12.361; 02.06.00.12.361.0005; 02.06.00.12.361.0005.1007.0000 - 3.3.90.32.00. Arari/MA, 15 de abril de 2025 - **Alexandre da Costa Alves** /Secretário Municipal de Educação.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 06.272.793/0001-84

www.equatorialenergia.com.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • https://oimparcial.com.br/ e • https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/; • https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/equatorial-maranhao/; • https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=16608 ; e • https://www.b3.com.br/pt_br/. O referido relatório do auditor independente, sobre as demonstrações contábeis completas, foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	2024	2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**130.195**	314.583
Aplicações financeiras	**1.455.123**	653.501
Contas a receber de clientes	**1.204.264**	1.161.741
Impostos e contribuições a recuperar	**128.533**	66.794
Outros ativos circulantes	**482.748**	370.726
Total do ativo circulante	**3.400.863**	2.567.345
Não circulante		
Aplicações financeiras	**1.234**	1.143
Contas a receber de clientes	**66.770**	62.030
Impostos e contribuições a recuperar	**134.943**	106.531
Ativo financeiro da concessão	**4.887.009**	4.020.878
Intangível	**1.622.683**	1.568.871
Ativos de contrato	**809.748**	740.007
Outros ativos não circulantes	**326.760**	283.608
Total do ativo não circulante	**7.849.147**	6.783.068
Total do ativo	**11.250.010**	9.350.413

Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	**564.119**	552.143
Fornecedores - Risco sacado	**43.580**	57.232
Empréstimos e financiamentos	**906.039**	357.899
Debêntures	**18.820**	4.628
Impostos e contribuições a recolher	**162.156**	132.076
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	**222.306**	193.941
Provisões para riscos judiciais	**29.282**	27.789
Dividendos a pagar	**132.608**	142.884
Outras contas a pagar	**427.405**	321.182
Total do passivo circulante	**2.506.315**	1.789.774
Não circulante		
Fornecedores	**15.485**	20.774
Empréstimos e financiamentos	**1.993.488**	2.194.867
Debêntures	**1.642.609**	590.896
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	**125.232**	196.978
Provisões para riscos judiciais	**126.465**	117.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**645.479**	563.065
Outras contas a pagar	**106.716**	120.574
Total do passivo não circulante	**4.655.474**	3.804.173
Patrimônio líquido		
Capital social	**1.863.606**	1.651.592
Ajuste de avaliação patrimonial	**(43.617)**	(10.640)
Reserva de capital	**52.353**	48.568
Reservas de lucros	**2.215.879**	2.066.946
Total do patrimônio líquido	**4.088.221**	3.756.466
Total do passivo e patrimônio líquido	**11.250.010**	9.350.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receita operacional líquida	**6.212.072**	5.669.353
Custos de energia elétrica, construção e operação	**(4.475.732)**	(3.957.680)
Lucro bruto	**1.736.340**	1.711.673
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	**(201.463)**	(190.425)
Despesas gerais e administrativas	**(246.380)**	(244.722)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	**(117.942)**	(144.906)
Outras despesas operacionais, líquidas	**(135.505)**	(175.362)
Total de despesas operacionais	**(701.290)**	(755.415)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro	**1.035.050**	956.258
Resultado financeiro, líquido	**(219.306)**	(137.252)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social	**815.744**	819.006
Impostos sobre o lucro	**(74.407)**	(41.615)
Lucro líquido do exercício	**741.337**	777.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**741.337**	777.391
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado abrangentes (*hedge* e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	**(32.977)**	13.740
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**(32.977)**	13.740
Total resultados abrangentes	**708.360**	791.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**921.306**	632.988
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(1.810.857)**	(598.146)
Fluxo de caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	**705.163**	176.380
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(184.388)**	211.222
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**314.583**	103.361
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**130.195**	314.583
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(184.388)**	211.222

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receitas	**8.433.637**	**7.404.779**
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)	**(4.558.261)**	**(4.150.152)**
Valor adicionado bruto	**3.875.376**	**3.254.627**
Amortização	(306.964)	(251.917)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**3.568.412**	**3.002.710**
Valor adicionado recebido em transferência	**542.388**	**435.898**
Valor adicionado total a distribuir	**4.110.800**	**3.438.608**
Pessoal	164.065	159.271
Impostos, taxas e contribuições	2.448.306	1.935.803
Remuneração de capitais de terceiros	757.092	566.143
Remuneração de capitais próprios	741.337	777.391
Valor adicionado	**4.110.800**	**3.438.608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.651.592	(24.380)	48.268	1.774.771	-	3.450.251
Resultado abrangente do exercício						
Resultado abrangentes (*hedge* e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	-	13.740	-	-	-	13.740
Valor justo das opções de compra - *Vesting period*	-	-	300	-	-	300
Destinação do resultado						-
Reserva legal	-	-	-	29.757	(29.757)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	182.256	(182.256)	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	174.620	(174.620)	
Dividendos						
Dividendos adicionais distribuídos 2022	-	-	-	(343.871)	-	(343.871)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	249.413	(249.413)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(141.345)	(141.345)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	777.391	777.391
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.651.592	(10.640)	48.568	2.066.946	-	3.756.466
Resultado abrangente do exercício						
Aumento de capital	**212.014**	**-**	**-**	**(212.014)**	**-**	**-**
Resultado de (*hedge accounting* de fluxo de caixa)	**-**	**(49.477)**	**-**	**-**	**-**	**(49.477)**
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos	**-**	**16.822**	**-**	**-**	**-**	**16.822**
Resultado de (benefícios pós-emprego)	**-**	**(488)**	**-**	**-**	**-**	**(488)**
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego	**-**	**166**	**-**	**-**	**-**	**166**
Valor justo das opções de compra - *Vesting period*	**-**	**-**	**2.877**	**-**	**-**	**2.877**
Valor justo das opções de compra - *Matching shares -Vesting period*	**-**	**-**	**908**	**-**	**-**	**908**
Dividendos adicionais distribuídos 2023	**-**	**-**	**-**	**(249.413)**	**-**	**(249.413)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**741.337**	**741.337**
Destinação do resultado						
Reserva legal	**-**	**-**	**-**	**27.574**	**(27.574)**	**-**
Reserva de incentivo fiscal	**-**	**-**	**-**	**189.856**	**(189.856)**	**-**
Reserva de reforço de capital de giro	**-**	**-**	**-**	**74.043**	**(74.043)**	**-**
Dividendos						
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**(130.977)**	**(130.977)**
Dividendos adicionais propostos	**-**	**-**	**-**	**318.887**	**(318.887)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.863.606**	**(43.617)**	**52.353**	**2.215.879**	**-**	**4.088.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Maranhão") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937(*) km^2, atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 2.805.962(*) consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3). Conforme o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000 (Contrato de Concessão), assinado em 11 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 10 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica. A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração. (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. **2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 2.4.1 Julgamentos e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações. **3.1 Receita operacional: 3.1.1 Reconhecimento de receita operacional:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Receita de distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: (i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e (ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis:** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável). **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente – outorgante) e a Companhia (concessionária – operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de Valor Novo de Reposição (VNR), Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a revisão e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e, não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4 Ativos intangíveis: 3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2 Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.4.3 Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato:** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.7 Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício, objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **(a) Benefícios fiscais:** Em 20 de abril de 2023, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 37/2023, que outorga à Equatorial Maranhão o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2023 até o ano de 2032. **(b) Benefícios para reinvestimentos:** São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou recondicionados. **3.8 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.9 Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com a norma ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, que determina que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.10 Instrumentos financeiros: 3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) -Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.10.2 Classificação e mensuração subsequentes: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.10.3 Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.10.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.10.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) *Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*. **3.11 Redução ao valor recuperável (*Impairment*): 3.11.1 Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.11.1.1 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa e perdas efetivas:** A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.11.2 Ativos não financeiros:** A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **4. Assuntos regulatórios:** A Companhia destaca os seguintes temas regulatórios: • Bandeiras tarifárias: são um sistema de cores que indica o custo de geração de energia elétrica, e que está presente nas faturas de energia. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2023.

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

• Sobrecontração de energia: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 102,96% em 31 de dezembro de 2024 (99,07% em 31 de dezembro de 2023) dentro do limite de repasse para as tarifas. • Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024: No ano de 2024, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.376, de 20 de agosto de 2024, foram reajustadas, em média, (1,22)% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. • Encargos regulatórios: a receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita a impostos, taxas e contribuições, por alíquotas básicas de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE), Conta de desenvolvimento energético (CDE), Encargo de serviços do sistema (ESS) e Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). • Marco legal – Geração Distribuída: a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. **5. Dividendos a pagar:** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. (i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**741.337**	777.391
(-) Reserva de incentivo fiscal	**(189.856)**	(182.256)
(-) Reserva legal	**(27.574)**	(29.757)
Lucro líquido ajustado	**523.907**	565.378
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	**130.977**	141.345
Dividendos adicionais propostos	**318.887**	249.413
Total de dividendos mínimos e adicionais	**449.864**	390.758
Reserva de reforço de capital de giro	**74.043**	174.620
Total lucro líquido ajustado	**523.907**	565.378

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	116.055
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	343.871
Dividendos mínimos distribuídos de 2023	141.345
Pagamento de dividendos	(458.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	142.884
Dividendos adicionais distribuídos de 2023 (a)	**249.413**
Dividendos mínimos propostos de 2023 – Vide item (i)	**130.977**
Pagamento de dividendos (b)	**(390.666)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**132.608**

Em 29 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 249.413, o qual é composto pelo dos dividendos adicionais com base no lucro em 31 de dezembro de 2023; e (b) O valor de R$ 390.666 refere-se às distribuições aprovadas em: 29 de abril de 2024, referentes aos dividendos adicionais mantidos no patrimônio líquido, no valor de R$ 249.413, conforme nota (a) acima, e saldo remanescente de dividendos mínimos mantidos no passivo, no valor de R$ 141.253. **6. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 318.887 decorrentes do resultado do exercício. **Captação de empréstimo junto ao Scotiabank:** Em 30 de janeiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais no valor de USD 18.000 ao custo de USD + 5,2780% % a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R$ 106.920. Em 19 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização bullet e juros semestrais, no valor de USD 32.683 ao custo de USD + 5,2710% a.a., com swap de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R$ 186.223. **Resgate Antecipado da 9ª emissão de debêntures:** Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R$ 311.579. **Requerimento de Prorrogação da Concessão:** Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, nos Contratos de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Maranhão, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 60/2000, com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

Conselho de Administração
Augusto Miranda da Paz Júnior - (Presidente)
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima -(Vice-Presidente)
Alinez Martins Rabelo Costa
José Silva Sobral Neto
Frederico Pinto Eccard
Rodrigo Villela Ruiz
João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal
Titulares
Tiago Pereira Malheiro
André Luiz Amaral dos Santos
Saulo de Tarso Alves de Lara
Paulo Roberto Franceschi
Vanderlei Dominguez da Rosa
Suplentes
Moacir Gibur
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário
João Alberto da Silva Neto
Jorge Roberto Manoel
Tiago de Almeida Noel
(Coordenador)

Diretoria Executiva
Sérvio Túlio dos Santos -(Diretor Presidente)
Humberto Luis Queiroz Nogueira - (Diretor)
José Jorge Leite Soares - (Diretor)
André Luiz Barata Pessoa - (Diretor)
Agnelo Coelho Neto - (Diretor)
Tatiana Queiroga Vasques - (Diretora de Relação com Investidores)
Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira - (Diretor)
Cristiano de Lima Logrado - (Diretor)
Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por meio de videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., sem ressalvas, de 26 de março de 2025, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

São Luís/MA, 21 e 26 de março de 2025.
Saulo de Tarso Alves de Lara
Vanderlei Dominguez da Rosa
Paulo Roberto Franceschi

equatorial

Equatorial Energia Distribuição S.A.

CNPJ: 32.695.147/0001-30

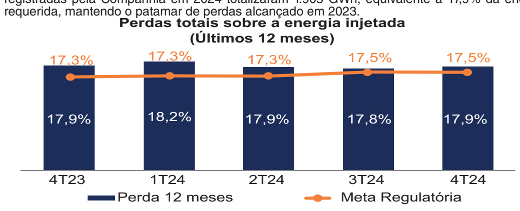
www.equatorialenergia.com.br

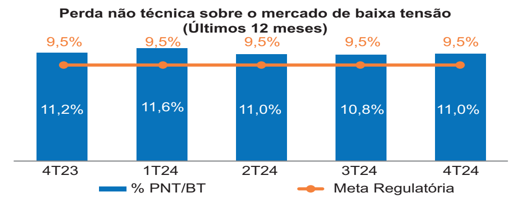
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Administração da Equatorial Distribuição S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes. **01. Perfil da companhia. Visão geral:** A Equatorial Distribuição S.A é uma holding com atuação no setor elétrico, no segmento de Distribuição de energia, a Equatorial Distribuição controla as concessionarias dos Estados do Maranhão, Pará e Piauí. **02. Destaques de 2024**: √ Em 2024, o **EBITD**A somou **R$5.148 bilhões**, crescimento de 3% em relação ao valor apresentado em 2023. √ Em **2024 os Investimentos consolidados da Equatorial Distribuição** totalizaram R$ 4.476 bilhões, crescimento de 3% comparada a 2023. √ **Qualidade da Operação** - **Redução do DEC** nas empresas **Maranhão** reduziu - 0,7h e Piauí -3h e aumento no Pará 2,5h. √ **Qualidade da Operação – Redução no FEC** nas três empresas com redução no Maranhão de 0,2h, Pará 0,4h e Piauí 1,9h. **03. Mensagem do Presidente:** O exercício de 2024 foi mais um ano de consolidação e crescimento com geração de valor para a Equatorial Distribuição. Tivemos iniciativas importantes para o processo de desalavancagem da Companhia. Na equatorial Maranhão tivemos a celebração de seus 20 anos, um marco na história da companhia, na Equatorial Pará temos o destaque da venda de energia na área de concessão que cresceu 5,9% apesar do cenário macroeconômico adverso da região, a Equatorial Piauí deu continuidade ao Programa Mais Energia Piauí (MEPI), aplicamos mais de R$ 726 milhões em obras estruturantes, distribuídas por todo o território piauiense. Seguimos com foco em crescimento com geração de valor, excelência na performance operacional e gestão financeira, e contamos com time dedicado e qualificado para perpetuar a história de sucesso da Equatorial. Mantemos o nosso compromisso de melhorar a cada dia a qualidade do serviço prestado de forma que as nossas concessionárias de serviço público sejam alavancas do desenvolvimento das regiões em que atuamos.

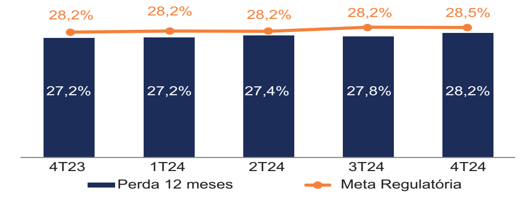
Augusto Miranda da Paz Junior - Diretor-Presidente

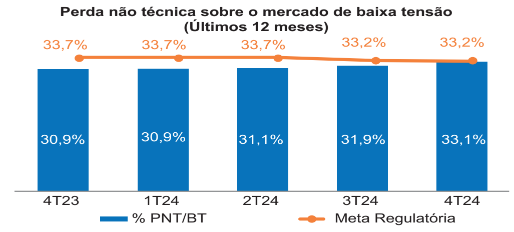
04. Gestão dos negócios. 4.1 Combate às perdas: Maranhão: Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 10.668 GWh, um aumento de 8,0% em relação à 2023, e o faturamento atingiu 8.762 GWh, o que representou incremento de 8,0% também em relação à 2023. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2024 totalizaram 1.905 GWh, equivalente a 17,9% da energia requerida, mantendo o patamar de perdas alcançado em 2023.



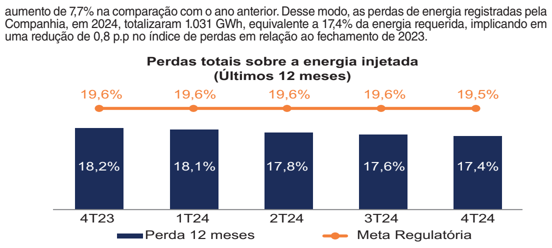


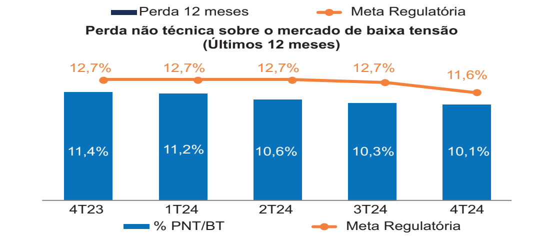
O ano de 2024 foi ano marcado por grandes desafios e a Equatorial Maranhão buscou melhorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores dos anos anteriores. Entretanto, efeitos climáticos atípicos, temperatura, impactaram dois períodos específicos da concessão. O fenômeno "El Niño" se estendeu até o final do 1T24, contribuindo para o aumento das perdas nesse período. No entanto, até o 3T24, as temperaturas máximas retornaram aos níveis históricos, permitindo que as ações de combate a perdas tivessem efeito mais relevantes. Já no último trimestre, ocorreu um novo aumento atípico da temperatura, atingindo até 0,5°C acima da média histórica, o que dificultou a redução das perdas, mantendo os patamares atingido em 2023. Por outro lado, observou-se desempenhos relevantes no combate a perdas não técncias ao longo dos dois últimos anos, onde fechamos o ano de 2024 no menor patamar percentual desde 2014, resultado importante para a consolidação da metodologia de combate a perdas do grupo Equatorial Energia. A seguir apresentamos o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas neste ano: • Regularização de 6,0 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,2 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 15,6 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 29 municípios; • Inspeção de 205,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 13,8 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 4,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 48,7 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 766 medições fiscais em transformadores de distribuição, voltado apenas para crescimento vegetativo do parque já existente. Hoje a Equatorial Maranhão possui 13,0 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 51% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **Pará:** Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Energia Pará alcançou o patamar de 16.174 GWh, aumento de 8,0% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 11.609 GWh, o que representou aumento de 6,8% em comparação com 2023. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 4.564 GWh, equivalente a 28,2% da energia requerida, implicando em aumento de 1,0 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.



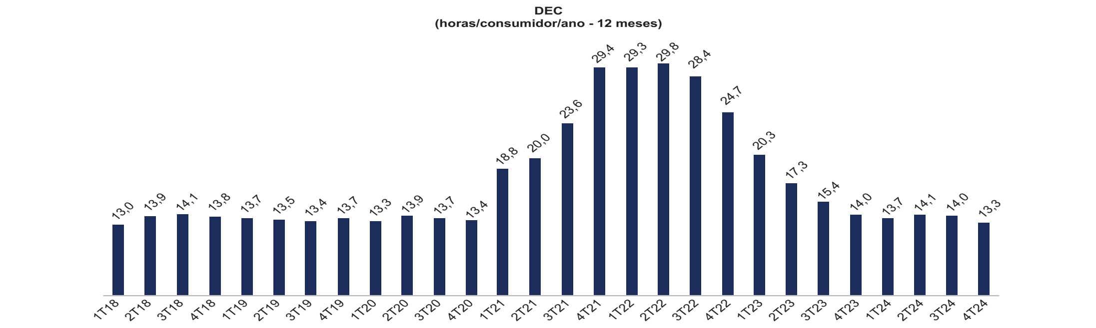


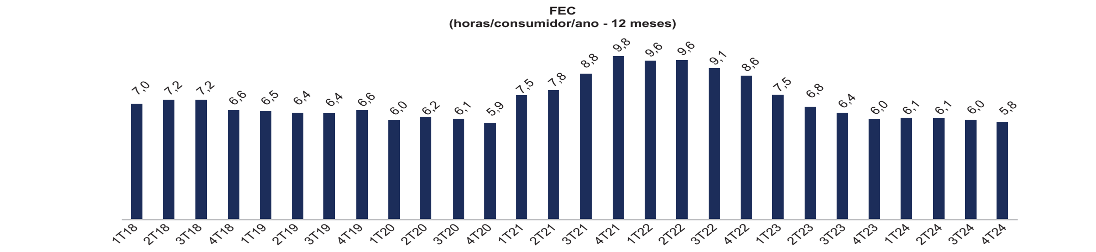
O ano de 2024 para a Equatorial Pará foi desafiador, mas segue marcado pelo compromisso contínuo com a melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica. A distribuidora manteve esforços para identificar com precisão os pontos da rede com maiores índices de perda e atuar prontamente para solucioná-los. No entanto, desafios operacionais relacionados à mobilização de parceiros impactaram a operação, somados a efeitos climáticos severos e migração de mercado industrial relevante para a rede básica, ou seja, saída de energia "limpa" da base de cálculo, resultando em um crescimento do indicador de perdas em comparação a 2023. Apesar desse cenário, a empresa continua implementando medidas estratégicas para mitigar esses impactos, reforçando seu compromisso com a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Ainda assim, no que tange todos os efeitos citados, a Equatorial Energia Pará permanece abaixo do limite regulatório determinado pelo órgão regulador (Aneel), patamar que foi alcançado no ano de 2023. A seguir, apresentamos o resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024: • Regularização de 9,3 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 3,9 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 30,8 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 30 municípios; • Inspeção de 271,3 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 16,0 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 7,5 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 101,6 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 0,5 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético. Hoje a Equatorial Pará possui 23 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 58% do mercado de baixa tensão **Piauí:** Em 2024, a quantidade de energia elétrica injetada no sistema da Equatorial Piauí alcançou o patamar de 5.919 GWh, crescimento de 7,1% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 4.887 GWh, o que representou aumento de 7,7% na comparação com o ano anterior. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 1.031 GWh, equivalente a 17,4% da energia requerida, implicando em uma redução de 0,8 p.p no índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.



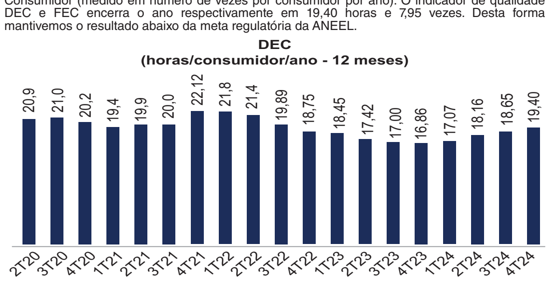


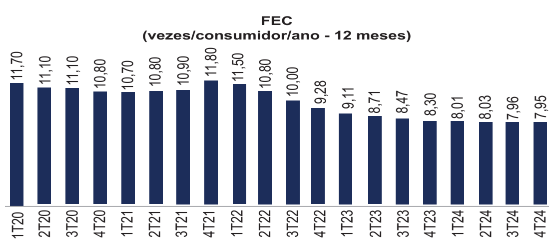
O ano de 2024 para a Equatorial Piauí apresentou aperfeiçoamentos no processo de combate às perdas e melhorias na rede elétrica, já observado nos anos anteriores, isto tem sido fundamental para a ratificação da redução das perdas globais dentro da concessão dos anos anteriores. Com o uso de tecnologias avançadas, é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Além disso, a modernização da rede elétrica, com a substituição de equipamentos antigos por outros mais eficientes e modernos, tem permitido a redução das perdas técnicas. Com essas medidas, a distribuidora conseguiu reduzir as perdas, mantendo-se abaixo do limite regulatório, melhorando a qualidade do serviço prestado aos consumidores. A seguir, apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2024: • Regularização de 1,7 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 1,1 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 31 municípios; • Inspeção de 113,7 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 2,8 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 479 clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 11,5 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 126 novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético. Atualmente a Equatorial Piauí possui 6,1 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 48% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **4.2 Qualidade DEC/FEC. Maranhão:** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Em 2024, concentramos esforços para consolidar e garantir a estabilidade dos resultados alcançados em 2023, evidenciando a maturidade e a robustez de nossa operação. Para 2025, nosso compromisso é dar continuidade à trajetória de melhoria contínua, adotando uma abordagem estratégica e crítica em relação aos custos operacionais. Com ênfase na otimização do OPEX, buscaremos aprimorar a eficiência e a eficácia na gestão de recursos, garantindo, assim, um crescimento sustentável e rentável no longo prazo.



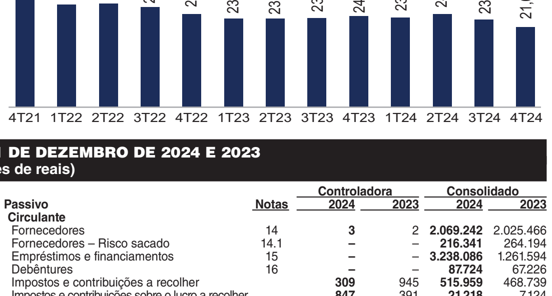


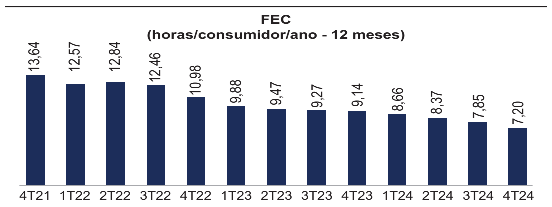
Pará: A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 19,40 horas e 7,95 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.





Piauí: A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 12,5 % e de 21%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.





05. Assuntos Regulatórios. Equatorial Maranhão: A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") através da Resolução Homologatória nº 3.376/2024 homologou o Reajuste Tarifário Anual da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão") com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2024 a 27 de agosto de 2025, com um reajuste de -1,22% (menos uma vírgula vinte e dois por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. **Equatorial Pará:** Em 06 de agosto de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.371/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará") sendo, em média, reajustadas em -3,23% (três vírgula cinquenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 07 de agosto de 2024 a 6 de agosto de 2025. **Equatorial Piauí:** A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião Pública Ordinária da Diretoria, aprovou o resultado definitivo do Reajuste Tarifário Anual ("RTA") da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Piauí"), considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de -4,28%, sendo a nova tarifa aplicada para o período de 02 de dezembro de 2024 a 01 de dezembro de 2025. **06. ESG. Equatorial Maranhão:** O Jornada de Segurança, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho. Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se: • 20.675 inspeções estáticas (nas bases); • 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo); • Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes; • 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras; • Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas. Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do Instituto Equatorial, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia. Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais: • **Mobiliza**: Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. • **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. • **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local. Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua. Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva. Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025. **Plataforma E+:** A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Reciclagem:** O programa E+ Reciclagem recebeu mais de cinco mil toneladas de resíduos em 2024. A distribuidora mantém postos distribuídos em quatro municípios, a maioria deles na capital, São Luís. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 26 mil MWh economizados por meio da troca de 25.784 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED. **E+ Educação:** Uma das principais estratégias de atuação social, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. ao longo do ano foram realizadas 468 palestras em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **Equatorial Pará:** O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho. Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se: • 20.675 inspeções estáticas (nas bases); • 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo); • Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes; • 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras; • Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas. Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do Instituto Equatorial, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia. Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais: • **Mobiliza**: Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. • **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. • **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local. Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua. Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva. Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025. **Plataforma E+:** A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade:** O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de projetos como o Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), um dos principais programas sociais do país. Em 2024, a Equatorial Pará aumentou o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 17.585 novas famílias no ano. **E+ Educação:** Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 468 palestras, em 63 municípios, sensibilizando 10.371 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **Equatorial Piauí:** O Jornada de Segurança, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho. Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se: • 20.675 inspeções estáticas (nas bases); • 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo); • Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes; • 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras; • Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas. Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia. Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais: • **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. • **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. • **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para pequenos negócios, muitas vezes com aporte de capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local. Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua. Em relação à estratégia climática, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção de uma **nota B** no questionário do **CDP** Clima, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva. Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de 7600% no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025. **Plataforma E+:** A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Educação:** Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 754 palestras, em 40 municípios, sensibilizando 33.338 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **E+ Reciclagem:** O programa E+ Reciclagem recebeu mais de duas mil toneladas de resíduos em 2024. Os resíduos deixados no E+ Reciclagem geraram mais de 10 mil MWh economizados por meio da troca de 29.368 lâmpadas fluorescentes e incandescentes por lâmpadas de LED. **07. Desempenho Econômico-Financeiro. 7.1.1 Receita Líquida:** Em relação a Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$ 20,729 bilhões, 9% acima da obtida no ano anterior. **7.1.2 Custos e Despesas Operacionais:** No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R$ 11,115 bilhões, crescimento de 13% na comparação com 2023. **7.1.3 EBITDA:** Em 2024, o EBITDA atingiu R$ 5,148 bilhões, 3% a menor que o valor registrado no ano anterior que foi de R$ 5,312 bilhões. **7.1.4 Resultado Financeiro:** Em 2024, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R$ 863 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R$ 770 milhões, registrado no ano de 2023. **7.1.5 Lucro Líquido:** Em 2024, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R$ 3,075 bilhões, redução de 5% em relação ao ano anterior.

08. Investimentos

Investimentos Distribuidoras	12M24		
Ativos elétricos	1.023	1.159	579
Obrigações especiais	38	1.306	87
Ativos não elétricos	85	140	60

Investimentos Distribuidoras	12M23		
Ativos elétricos	891	1.479	640
Obrigações especiais	37	874	130
Ativos não elétricos	117	116	55

Os investimentos somaram **R$ 4,4 bilhões** no exercício 2024, o que representou um crescimento de 3% em relação ao exercício de 2023. **Equatorial Maranhão:** Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R$ 1,106 bilhão em 2024, crescimento de 9% em relação a 2023. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado. **Equatorial Pará:** Os investimentos da EQTL PA totalizaram R$ 2,6 bilhões em 2024, aumento de 5% em relação a 2023. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede, Interligação de Usinas e o Programa Luz Para Todos. **Equatorial Piauí:** Em 2024, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R$ 639 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R$ 87 milhões.

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor Presidente
José Silva Sobral - Diretor
Humberto Luis Queiroz Nogueira - Diretor
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor
Cristiano de Lima Lograd o - Diretor
Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor

Relacionamento com auditores externos: Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia, Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Marcos Antônio Souza de Almeida, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; Cristiano De Lima Lograd o, Diretor, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	144	241	1.668.099	832.479
Aplicações financeiras	6	6.358	6.665	4.592.742	2.209.995
Contas a receber de clientes	7	–	–	4.033.641	4.066.816
Subvenção CCC		–	–	60.200	54.402
Serviços pedidos		–	–	378.069	383.207
Depósitos vinculados	19	–	–	4.730	4.442
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	–	20.234
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	–	–	205.125	–
Almoxarifado		–	–	42.680	30.017
Impostos e contribuições a recuperar		–	–	430.217	245.340
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		3.058	2.647	369.220	306.643
Dividendos a receber	9	512.156	568.379	11.938	19.978
Outras contas a receber		–	1	730.936	634.489
Total do ativo circulante		521.716	577.933	12.527.597	8.808.042
Não circulante					
Aplicações financeiras	6	–	–	21.863	19.904
Contas a receber de clientes	7	–	–	444.374	457.895
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	2.325	–
Depósitos vinculados	19	–	–	373.904	274.098
Serviços pedidos		–	–	52.683	50.478
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	137.815	–
Impostos e contribuições a recuperar		–	–	555.223	453.189
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		–	–	190.153	231.273
Imposto de renda e contribuições social diferidos	17	–	–	455.195	439.007
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		–	–	349.930	20.444
Benefício pós–emprego	27	–	–	15.872	12.708
Outras contas a receber		–	–	27.331	24.314
Investimentos	10	10.317.869	9.685.995	465.233	462.775
Ativo financeiro da concessão	11	–	–	12.879.525	10.779.527
Intangível	12	–	–	7.436.475	7.343.160
Ativo de contrato	13	–	–	1.814.575	2.112.394
Direito de uso		–	–	17.999	21.940
Total do ativo não circulante		10.317.869	9.685.995	25.240.475	22.703.106
Total do Ativo		10.839.585	10.263.928	37.768.072	31.511.148

Passivo	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores	14	3	2	2.069.242	2.025.466
Fornecedores – Risco sacado	14.1	–	–	216.341	264.194
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	3.238.086	1.261.594
Debêntures	16	–	–	87.724	67.226
Impostos e contribuições a recolher		309	945	515.959	468.739
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		847	391	21.218	7.124
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		–	–	59.567	55.477
Dividendos a pagar	9	487.148	242.859	552.351	312.435
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	442.427	227.003
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	–	–	112.764	74.869
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	–	–	51	40.792
Participação nos lucros		–	–	107.024	102.179
Encargos setoriais		–	–	268.703	303.511
Benefício pós-emprego	27	–	–	1.546	1.336
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	–	–	9.654	58.950
Passivo de arrendamento		–	–	5.699	5.658
Provisão para riscos judiciais	19	–	–	83.722	95.748
Outras contas a pagar		–	–	976.053	651.088
Total do passivo circulante		488.307	244.197	8.768.131	6.023.389
Não circulante					
Fornecedores	14	–	–	15.485	20.774
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	7.019.220	7.809.892
Debêntures	16	–	–	6.105.187	2.337.411
Impostos e contribuições a recolher		–	–	134.138	109.084
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	–	–	1.330.359	1.122.682
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	–	–	311.791	322.492
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	–	–	1.023.836	1.005.699
Provisão para riscos judiciais	19	–	–	575.394	549.426
Benefício pós-emprego	27	–	–	84.458	95.689
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	–	–	24.154	249.881
Encargos setoriais		–	–	96.391	75.325
Passivo de arrendamento		–	–	14.831	18.594
Outras contas a pagar		–	–	209.045	177.894
Total do passivo não circulante		–	–	16.944.289	13.894.843
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	5.493.218	5.493.218	5.493.218	5.493.218
Reservas de capital		1.993.753	1.987.710	1.993.753	1.987.710
Reservas de lucros	22.2	2.872.346	2.483.968	2.872.346	2.483.968
Ajuste de avaliação patrimonial		(8.039)	54.835	(8.039)	54.835
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		10.351.278	10.019.731	10.351.278	10.019.731
Participação dos acionistas não controladores		–	–	1.704.374	1.573.185
Total do patrimônio líquido		10.351.278	10.019.731	12.055.652	11.592.916
Total do passivo e patrimônio líquido		10.839.585	10.263.928	37.768.072	31.511.148

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	23	–	–	20.729.767	18.995.511
Energia elétrica comprada para revenda	25	–	–	(8.411.807)	(7.215.157)
Custo de construção		–	–	(4.475.991)	(4.240.076)
Custo da operação		–	–	(1.566.667)	(1.495.213)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	–	–	(14.454.465)	(12.950.446)
Lucro bruto		–	–	6.275.302	6.045.065
Despesas com vendas	24	–	–	(606.403)	(502.255)
Despesas gerais e administrativas	24	(175)	(462)	(658.088)	(380.385)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24	–	–	(407.502)	(328.317)
Resultado da equivalência patrimonial		2.724.155	2.945.260	59.633	9.897
Outras despesas operacionais, líquidas	24.1	–	–	(420.867)	(338.938)
Total de receitas (despesas) operacionais		2.723.980	2.944.798	(2.033.227)	(1.539.998)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		2.723.980	2.944.798	4.242.075	4.505.067
Receitas financeiras	26	8.323	8.143	1.800.920	1.441.349
Despesas financeiras	26	(71)	(10.071)	(2.664.418)	(2.212.185)
Resultado financeiro		8.252	(1.928)	(863.498)	(770.836)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		2.732.232	2.942.870	3.378.577	3.734.231
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17.4	(2.674)	(1.615)	(76.205)	(97.248)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.4	–	–	(226.562)	(330.535)
Impostos sobre o lucro		(2.674)	(1.615)	(302.767)	(427.783)
Lucro líquido do exercício		2.729.558	2.941.255	3.075.810	3.306.448
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		2.069.822	2.452.820	2.729.558	2.941.255
Acionistas não controladores		659.736	488.435	346.252	365.193
Lucro líquido do exercício		2.729.558	2.941.255	3.075.810	3.306.448

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	2.069.822	2.941.255	3.075.810	3.306.448
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultados abrangentes (hedge e benefício pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	(62.874)	76.330	(76.061)	84.899
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(62.874)	76.330	(76.061)	84.899
Total dos resultados abrangentes	2.006.948	3.017.585	2.999.749	3.391.347
Acionistas controladores	1.347.212	2.529.150	2.653.497	3.026.154
Acionistas não controladores	659.736	488.435	346.252	365.193
Total resultados abrangentes	2.006.948	3.017.585	2.999.749	3.391.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas				
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	–	–	23.465.140	20.717.561
Receita de construção	–	–	4.475.991	4.240.076
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	–	–	(407.502)	(328.317)
Outras receitas			5.988	21.905
	–	–	27.539.617	24.651.225
Insumos adquiridos de terceiros inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	–	–	(12.887.798)	(11.455.233)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(175)	(462)	(1.371.908)	(1.230.500)
Subvenção CCC	–	–	(58.327)	9.384
Despesas comerciais e outras	–	–	(462.324)	(244.141)
	(175)	(462)	(14.780.357)	(12.920.490)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(175)	(462)	12.759.260	11.730.735
Amortização e depreciação	–	–	(895.999)	(813.924)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(175)	(462)	11.863.261	10.916.811
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	8.729	8.540	1.843.540	1.480.400
Resultado de equivalência patrimonial	2.724.155	2.945.260	59.633	9.897
Amortização do direito de concessão	–	–	(69.842)	(60.811)
	2.732.884	2.953.800	1.833.331	1.429.486
Valor adicionado total a distribuir	2.732.709	2.953.338	13.696.592	12.346.297
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	–	–	259.761	279.913
Benefícios	–	–	91.570	83.204
FGTS	–	–	34.058	28.284
	–	–	385.389	391.401
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	3.080	2.012	3.411.741	3.177.700
Estaduais	–	–	4.138.343	3.240.316
Municipais	–	–	4.449	3.965
	3.080	2.012	7.554.533	6.421.981
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	–	8.218	2.188.721	1.775.477
Aluguéis	–	–	16.442	14.282
Encargos com partes relacionada	–	–	6.700	6.738
Outros despesas financeiras	71	1.853	468.997	429.970
	71	10.071	2.680.860	2.226.467
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	2.002.208	2.080.671	549.026	764.755
Lucro retidos	67.614	372.149	2.180.532	2.176.500
Participação dos não controladores no lucro retido	659.736	488.435	346.252	365.193
	2.729.558	2.941.255	3.075.810	3.306.448
Valor adicionado	2.732.709	2.953.338	13.696.592	12.346.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continua

→★ continuação

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

				Reservas de lucros								
	Notas	Capital social	Reservas de capital	Legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de remuneração de capital	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**3.791.718**	**190.013**	**241.261**	**–**	**740.609**	**142.446**	**(21.495)**	**–**	**5.084.552**	**1.277.689**	**6.362.241**
Dividendos adicionais 2022 distribuídos		–	–	–	–	–	(142.446)	–	–	(142.446)	(121.720)	(264.166)
Valor justo das opções de compra (*Vesting period*)		–	8.562	–	–	–	–	–	–	8.562	–	8.562
Dividendos intermediários		–	–	–	–	(740.609)	–	–	–	(740.609)	–	(740.609)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.990)	(2.990)
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores		1.701.500	1.701.500	–	–	–	–	–	–	3.403.000	–	3.403.000
Reorganização societária		–	87.635	–	–	–	–	–	–	87.635	112.651	200.286
Resultado abrangente do exercício					–							
Resultados abrangentes (hedge e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		–	–	–	–	–	–	76.330	–	76.330	8.569	84.899
Destinação do lucro												
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	2.941.255	2.941.255	365.193	3.306.448
Constituição da reserva legal		–	–	147.063	–	–	–	–	(147.063)	–	–	–
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios					–							
Dividendos intermediários		–	–	–	–	–	–	–	**(471.909)**	(471.909)	–	(471.909)
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	**(226.639)**	(226.639)	(66.207)	(292.846)
Constituição de dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	1.854.032	–	**(1.854.032)**	–	–	–
Constituição de reserva de remuneração de capital		–	–	–	–	241.612	–	–	**(241.612)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**5.493.218**	**1.987.710**	**388.324**	**–**	**241.612**	**1.854.032**	**54.835**	**–**	**10.019.731**	**1.573.185**	**11.592.916**
Dividendos adicionais 2023 distribuidos		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.854.032)**	**–**	**–**	**(1.854.032)**	**(137.106)**	**(1.991.138)**
Valor justo das opções de compra (*Vesting period*)		**–**	**3.462**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.462**	**–**	**3.462**
Valor justo de opção de compra Matching shares (*Vesting period*)		**–**	**2.581**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.581**	**–**	**2.581**
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.892)**	**(2.892)**
Resultado abrangente do exercício												
Resultados abrangentes (instrumentos finaceiros derivativos)		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(110.811)**	**–**	**(110.811)**	**(20.447)**	**(131.258)**
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos finaceiros derivativos		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**37.676**	**–**	**37.676**	**6.952**	**44.628**
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**15.547**	**–**	**15.547**	**466**	**16.013**
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de benefícios pós-emprego		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(5.286)**	**–**	**(5.286)**	**(158)**	**(5.444)**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.729.558**	**2.729.558**	**346.252**	**3.075.810**
Constituição da reserva legal		**–**	**–**	**136.478**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(136.478)**	**–**		**–**
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios												
Complemento de dividendos mínimos obrigatórios		**–**	**–**	**–**	**161.122**	**–**	**–**	**–**	**(648.270)**	**(487.148)**	**(61.878)**	**(549.026)**
Constituição de dividendos adicionais propostos		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.353.938**	**–**	**(1.353.938)**	**–**	**–**	**–**
Constituição de reserva de remuneração de capital		**–**	**–**	**–**	**–**	**590.872**	**–**	**–**	**(590.872)**	**–**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**5.493.218**	**1.993.753**	**524.802**	**161.122**	**832.484**	**1.353.938**	**(8.039)**	**–**	**10.351.278**	**1.704.374**	**12.055.652**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional: A Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Distribuição" ou "Controladora"), em conjunto com suas controladas, denominada "Grupo", é uma *holding* constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial S.A. (antiga Equatorial Energia S.A.) é controladora da Equatorial Distribuição.

1.1 Entidades controladas e coligadas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	N° de consumidores*	Nº contrato de concessão	Prazo de concessão	Término da concessão
Entidades controladas:							
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 65,11%	Maranhão	2.805.962	060/2000	30 anos	10/08/2030
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 96,50%	Pará	3.064.204	182/1998	30 anos	28/07/2028
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 94,94%	Piauí	1.546.949	001/2018	30 anos	17/10/2048
Entidade coligada:							
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 19,00%	Alagoas	1.394.549	02/2019	30 anos	18/03/2049

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não auditado.

As controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí serão mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "controladas", enquanto a Equatorial Alagoas será intitulada de "coligada". As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. **1.2 Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas. **1.3 Acordo de acionistas - Operações com Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas: 1.3.1 Equatorial Piauí:** Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a transferência da totalidade das ações da Equatorial Piauí, através de aumento de capital, representativas de 94,94% do capital social, de titularidade da Equatorial S.A., para a também controlada Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição S.A., através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição S.A. ("Acordo de Investimento") no montante de aproximadamente R$ 2.103.000. O aporte foi consumado naquele dia e, em 23 de março de 2023, o Acordo de Investimento foi firmado, no qual o investimento, pelo Itaú na Equatorial Distribuição, foi implementado ("Operação"). Com a conclusão da Operação, o Itaú passou a ser titular de 559.308.511 ações preferenciais classe B de emissão da Equatorial Distribuição, as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A de emissão da Equatorial Distribuição já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 20,83% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Equatorial S.A., por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.056 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 79,17% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa transação, a Equatorial Distribuição S.A. passou a ser controladora direta da Equatorial Piauí, com participação de 94,94% de seu capital social, enquanto a Equatorial S.A. se tornou controladora indireta da Equatorial Piauí e, consequentemente, a Equatorial Distribuição assumiu a qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais e de emissora das Debêntures (6ª emissão de debêntures da Equatorial S.A.), anteriormente assumida pela Equatorial S.A. **1.3.2 Equatorial Alagoas:** Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a transferência parcial das ações da Equatorial Alagoas, através de aumento de capital, representativas de 19% do capital social, de titularidade da Equatorial S.A., para a também controlada Equatorial Distribuição S.A. Na mesma data, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A., com a interveniência e anuência da Equatorial Energia Distribuição S.A., cujo objetivo é regular os termos e condições para a realização de investimento na Equatorial Distribuição, pelo Itaú, no valor de R$ 1.300.000, mediante a emissão de 70.921.986 ações preferenciais Classe B adicionais às existentes ("Novas Ações Preferenciais Classe B") e de 236.406.620 novas ações preferenciais classe C, de emissão da Equatorial Distribuição, sujeito à verificação de algumas condições precedentes e ao cumprimento de certas obrigações estabelecidas no Acordo de Investimento, bem como à correspondente implementação da Operação nos termos do Acordo de Investimento. Após a finalização, o Itaú passou a ser titular de 236.406.620 ações preferenciais classe C, de emissão da Companhia e 70.921.986 ações preferenciais classe B as quais, em conjunto com as 397.661.749 ações preferenciais classe A e 559.308.511 ações preferenciais classe B já anteriormente detidas pelo Itaú, representam 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição e a totalidade das ações preferenciais de sua emissão. A Equatorial S.A., por sua vez, obteve, com a conclusão da Operação, 1 ação ordinária adicional de emissão da Equatorial Distribuição, passando a ser titular de um total de 3.637.513.057 ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, representativas de 74,21% do capital social total da Equatorial Distribuição. Como consequência dessa contribuição, a Equatorial Distribuição passou a ser investidora da Equatorial Alagoas, com participação correspondente a 19% do capital social total da Equatorial Alagoas, porém permanecendo o controle com a Equatorial S.A. **1.3.3 Dividendos privilegiados:** Observado o disposto no estatuto social da Equatorial Distribuição, arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão, sob o nº 20240976886, em sessão de 26 de julho de 2024: 1) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais de emissão da Equatorial Distribuição terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo ("Dividendos Privilegiados PNA e PNB") sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% para as Ações Preferenciais Classe A e 80,40% para Ações Preferenciais Classe B, exceto em relação ao item (1.1.2) abaixo, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) abaixo. 1.1) 15% e 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023: (1.1.1) em relação às Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, 15% do lucro líquido apurado pela Equatorial Distribuição de acordo com a definição constante do artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções exigidas no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., pela Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. e pela Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. , (as "Subsidiárias"), no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objeto de discussão débitos de PIS/COFINS ("Ações Fiscais") e que, efetivamente, passem a compor o lucro líquido da Companhia (líquidos dos tributos porventura incidentes sobre os recebimentos referentes às Ações Fiscais e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) ("Lucro Líquido") auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023; e (1.1.2) Adicionalmente, exclusivamente, para as Ações Preferenciais Classe B, e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (1.1.1) acima, 27,10% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre de 2023. 1.2) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023; 1.3) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2024; 1.4) 15% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025; 1.5) 20% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; 1.6) 35% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; 1.7) 55% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029; e 1.8) 60% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante. 2) Na hipótese de as Ações Preferenciais Classe A ou as Ações Preferenciais Classe B deixarem de existir, cada um dos percentuais mencionados no item "1" acima será proporcionalmente reduzido em 19,60% (dezenove inteiros e sessenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe A deixem de ser emitidas, e em 80,40% (oitenta inteiros e quarenta centésimos por cento), caso as Ações Preferenciais Classe B deixem de ser emitidas, exceto com relação ao item (1.1.2) acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas. 3) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Equatorial Distribuição, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo ("Dividendos Privilegiados PNC" e, em conjunto com os Dividendos Privilegiados PNA e PNB, os "Dividendos Privilegiados"): 3.1) 3,50% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo período, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023, observado o disposto no item (ii.8) do Parágrafo Segundo do Artigo 5º do Estatuto Social da Equatorial Distribuição, ao exercício social de 2024 e ao exercício social 2025; 3.2) 21% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; e 3.3) 25% do Lucro Líquido auferido pela Equatorial Distribuição nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027 em diante. 4) Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A, Ações Preferenciais Classe B e Ações Preferenciais Classe C, os Dividendos Privilegiados pagos aos titulares das Ações Preferenciais nos termos do inciso (i) do Parágrafo Segundo do Artigo 5º do Estatuto Social serão alocados conforme as seguintes proporções, exceto em relação ao subitem 1.1.2 acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas: 4.1) proporção para as Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B = Dividendos Privilegiados PNA e PNB / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC); e 4.2) proporção para as Ações Preferenciais Classe C = Dividendos Privilegiados PNC / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC). 5) Após o recebimento do percentual do Lucro Líquido devido em cada período e exercício social, conforme discriminado nos itens acima, em nenhuma hipótese os titulares de Ações Preferenciais farão jus ao recebimento de qualquer dividendo remanescente, exceto pela hipótese de distribuição de dividendos com base na reserva de lucros prevista no item 9 abaixo. 6) Nos exercícios sociais em que o valor dos dividendos declarados for igual ou inferior ao montante dos Dividendos Privilegiados para o referido exercício, as Ações Preferenciais farão jus à integralidade dos dividendos declarados em referido exercício. 7) Nos exercícios sociais em que o valor dos dividendos declarados naquele exercício for superior ao montante dos Dividendos Privilegiados para aquele exercício, as Ações Preferenciais receberão os Dividendos Privilegiados e as ações ordinárias de emissão da Companhia receberão todo o saldo remanescente do valor declarado, observado o quanto previsto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Equatorial Distribuição e no Estatuto Social. 8) Os acionistas não estão obrigados a aprovar em assembleia geral a distribuição da totalidade dos Dividendos Privilegiados, em cada exercício social, nos termos dos itens acima, ficando apenas obrigados a aprovar em assembleia geral a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido a título de dividendos. Caso a assembleia geral delibere pela não distribuição de Lucro Líquido em montante equivalente aos Dividendos Privilegiados (i.e., caso o montante distribuído às Ações Preferenciais seja inferior aos respectivos percentuais do Lucro Líquido elencados acima, conforme o exercício), o montante do Lucro Líquido não distribuído deverá ser alocado para a reserva de lucros. 9) A distribuição de dividendos com base na reserva de lucros respeitará o percentual do Lucro Líquido do ano de sua efetiva distribuição, conforme elencado nos itens acima, exceto em relação ao subitem 1.1.2 acima, cuja distribuição de dividendos respeitará o percentual do Lucro Líquido do primeiro semestre de 2023. Não obstante a alocação de parte de montante do Lucro Líquido para a reserva de lucros, em qualquer exercício social a Companhia deverá distribuir aos acionistas, observado o quanto estabelecido em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido. A Companhia tem por política a declaração, distribuição e pagamento de dividendos anuais, desde que haja Lucro Líquido apurado e/ou reserva de lucros, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Equatorial Distribuição e na Lei das Sociedades por Ações. As Ações Preferenciais terão o direito a receber todo e quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições, bonificações, pagamentos ou proventos a que possam fazer jus as demais ações de emissão da Equatorial Distribuição, antes de qualquer outra ação, até que os percentuais do Lucro Líquido contidos nos itens acima sejam atingidos. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. **2.3 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 2.4.1 Julgamentos e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas	Descrição
Investimentos em Controladas e Coligadas	3.1.1 e 10	Determinação se a Companhia detém o controle ou influência significativa sobre uma investida.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.16.3, 7.2 e 28.5	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da PECLD.
Contas a receber de clientes	3.13.1 e 7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.5 e 8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Equivalência patrimonial em investidas	3.1.1 e 10	Determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida.
Ativo financeiro da concessão	3.4 e 11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	3.6 e 12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	3.7 e 13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.11 e 17	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias.
Provisão para riscos judiciais	3.18 e 19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda).
Receita operacional líquida	3.2 e 23	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração do ativo de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	3.10 e 27	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Geração Distribuída	4.5	Crédito a restituir ao consumidor referente ao saldo injetado e não consumido pelo preço médio de compra de energia.
Transações de pagamentos baseados em ações	22.3	Probabilidade de exercício de opções.
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	2.4.2 e 28.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não cotados em mercados ativos.
Instrumentos financeiros	3.13 e 28	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.2 Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em que ocorreram as mudanças. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 28.3 – Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros. **3 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.21 – Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1 Base de consolidação: 3.1.1 Investimentos em entidades controladas e coligadas: (I) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. **(ii) Coligadas:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, ou seja, tem poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. **3.1.2 Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **3.1.3 Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo. **3.2 Reconhecimento de receita:** As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfazem a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida em que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado. As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Receita de distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, as controladas e coligada da Companhia reconhecem a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: (i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e (ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Receita pela disponibilidade- uso da rede:** As controladas da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD definida pela ANEEL. **(iii) Receita de construção:** As controladas da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas da Companhia. **(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios:** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.4. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável). **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.4 Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável):** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas da Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. As controladas da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso as controladas da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.5 Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas Controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade de tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.6 Ativos intangíveis: 3.6.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** As controladas da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas da Companhia. **3.6.2 Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.6.3 Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das Controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.7 Ativo de contrato:** O ativo de contrato é um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição. **3.8 Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.9 Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando as controladas da Companhia receberem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.9.1 Benefícios fiscais:** A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da Sudene:

Companhia	Benefício fiscal	Emissão	Laudo constitutivo	Vigência
Equatorial Maranhão	SUDENE	20/04/2023	37/2023	2023 a 2032
Equatorial Pará	SUDAM	28/12/2018	180/2018	2018 a 2027
Equatorial Piauí	SUDENE	20/04/2023	38/2023	2023 a 2032

3.10 Benefícios a empregados: 3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso as controladas da Companhia tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.10.2 Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal relativas à benefícios a empregados, conforme as orientações do CPC 33 - Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro. **3.10.3 Planos de benefício definido:** As obrigações líquidas das controladas da Companhia para os planos de benefício definido são calculadas para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por serem participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pelas controladas da Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para as controladas da Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Mensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. As controladas da Companhia determinam os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo /ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. As controladas da Companhia reconhecem ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.10.4 Transações de pagamento baseado em ações:** A Equatorial S.A. (controladora da Equatorial Energia Distribuição S.A.) concedeu plano de pagamento baseado em ações a executivos e colaboradores da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas reconhecem os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia e suas controladas reconhecem o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidadas em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos executivos e colaboradores é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia e suas controladas como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.111.1 Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo considerando a melhor estimativa quanto ao valor esperado a recolher ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas compensam os ativos e passivos fiscais correntes, se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.11.2 Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido, na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, as reversões dessas diferenças serão limitadas aos lucros tributáveis futuros projetados conforme os planos de negócios da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes na data do balanço. **3.12 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação. **3.13 Instrumentos financeiros: 3.13.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) -Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.13.2 Classificação e mensuração subsequentes: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	**2.729.558**	2.941.255	**3.075.810**	3.306.448
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	**–**	–	**895.999**	813.924
Amortização do direito de concessão	**–**	–	**69.842**	60.811
Resultado de equivalência patrimonial	**(2.724.155)**	(2.945.260)	**(59.633)**	(9.897)
Baixa de intangível, financeiro e contratual	**–**	–	**47.976**	59.703
Atualização do ativo financeiro	**–**	–	**(476.220)**	(557.800)
Encargos de dividas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**–**	8.217	**1.931.642**	807.859
Perdas (ganho) com instrumentos derivativos	**–**	–	**(598.113)**	383.354
Ajuste a valor presente	**–**	–	**15.631**	(8.146)
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**–**	–	**407.502**	328.317
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**–**	–	**(9.031)**	(15.264)
Baixa de recebíveis incobráveis	**–**	–	**201.327**	84.261
Provisão e atualização de encargos setoriais	**–**	–	**154.164**	147.108
Provisão e atualização de riscos judiciais	**–**	–	**68.512**	(71.456)
Rendimentos de aplicações financeiras	**(8.589)**	(8.540)	**(425.229)**	(369.141)
Valores a pagar (receber) da parcela A e outros itens financeiros	**–**	–	**131.548**	(643.870)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	**–**	–	**226.562**	330.535
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	**2.674**	1.615	**76.205**	97.248
Valor justo das opções de compra	**–**	–	**1.777**	42.477
Provisão da participação nos lucros	**–**	–	**67.888**	30.292
Provisão de provisão para perda de estoque	**–**	–	**(2.328)**	(91.072)
Benefício pós emprego	**–**	–	**3.565**	–
Encargos de geração distribuída	**–**	–	**6.376**	–
PIS/COFINS a ser restituídos a consumidores	**–**	–	**–**	48.199
	(512)	(2.713)	**5.811.772**	4.773.890
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	**–**	–	**(524.754)**	(750.961)
Subvenção CCC	**–**	–	**(5.798)**	18.480
Serviços pedidos	**–**	–	**2.933**	65.774
Depósitos judiciais	**–**	–	**(100.094)**	(26.079)
Almoxarifado	**–**	–	**(12.663)**	126.528
Impostos e contribuições a recuperar	**–**	–	**(286.911)**	32.789
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(411)**	(1.693)	**(62.767)**	(164.676)
Outros créditos a receber	**1**	1	**(137.904)**	(1.555)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	**–**	–	**(92.666)**	64.676
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	**–**	–	**79.500**	(12.246)
Fornecedores	**1**	(15)	**(70.596)**	193.916
Fornecedores – Risco sacado	**–**	–	**(47.853)**	119.134
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**–**	–	**(190.540)**	(181.763)
Impostos e contribuições a recolher	**(636)**	799	**97.302**	164.189
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	**(2.218)**	(1.864)	**161.142**	(252.257)
Encargos setoriais	**–**	–	**(166.398)**	(112.859)
Participação nos lucros	**–**	–	**(63.043)**	(34.817)
Provisão de riscos judiciais	**–**	–	**(78.547)**	(91.119)
Outras contas a pagar	**512.151**	1.151	**354.006**	47.786
Benefício pós emprego	**–**	–	**–**	4.391
Devolução de capital social a liquidar	**–**	(347.000)	**–**	(347.000)
Reconhecimento de dividendos	**1.579.522**	663.477	**41.020**	857
	2.088.410	314.856	**(1.104.631)**	(1.136.812)
Rendimentos de aplicações financeiras	**8.589**	8.540	**425.229**	369.141
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(181.943)**	(173.933)
Juros pagos	**–**	(37.404)	**(965.694)**	(783.394)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.096.487**	283.279	**3.984.733**	3.048.892
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo contratual	**–**	–	**(2.268.895)**	(2.826.103)
Resgate (aplicações) financeiras	**307**	(5.804)	**(2.384.706)**	549.380
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**307**	**(5.804)**	**(4.653.601)**	**(2.276.723)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	**–**	(1.786.782)	**(1.260.749)**	(2.639.245)
Captação de empréstimos e financiamentos	**–**	–	**1.377.077**	1.200.456
Captação de debêntures	**–**	–	**3.731.300**	300.000
Amortização de debêntures	**–**	(1.578.983)	**(39.132)**	(2.231.380)
Amortização do passivo de arrendamento	**–**	–	**(5.915)**	(4.308)
Recebimento de intrumentos financeiros derivativos	**–**	–	**31.897**	(181.935)
Dividendos pagos	**(2.096.891)**	(664.196)	**(2.300.248)**	(838.159)
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	**–**	–	**(29.742)**	(27.360)
Caixa líquido adquirido na aquisição de investimento	**–**	–	**–**	405.325
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	**–**	3.403.000	**–**	3.403.000
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**(2.096.891)**	(626.961)	**1.504.488**	(613.606)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(97)**	(349.486)	**835.620**	158.563
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**241**	349.727	**832.479**	673.916
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**144**	241	**1.668.099**	832.479
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(97)**	(349.486)	**835.620**	158.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

continua →★

→★ continuação

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia e suas controladas não possuem ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.13.3 Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.13.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** As controladas diretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo: **(a) *Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos. **3.14 Capital Social: 3.14.1 Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa. **3.14.2 Ações preferenciais não resgatáveis:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.15 Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete *à Diretoria* deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio, "*ad referendum*" da Assembleia Geral, e compete *à* Assembleia Geral autorizar a distribuição de dividendos. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento do dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. Os dividendos, em linha com o estabelecido em anos anteriores, seguem a seguinte desproporcionalidade com relação à participação acionária: **(A)** Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais de emissão da Companhia terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo ("Dividendos Privilegiados PNA e PNB") sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% (dezenove inteiros e sessenta centésimos por cento) para as Ações Preferenciais Classe A e 80,40% (oitenta inteiros e quarenta centésimos por cento) para Ações Preferenciais Classe B, exceto em relação ao item (a.2) abaixo, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (a.1) abaixo: **(a) (a.1)** em relação às Ações Preferenciais Classe A e as Ações Preferenciais Classe B, 15% (quinze por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia de acordo com a definição constante do artigo 191 da Lei das Sociedades por Ações, feitas as deduções exigidas no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas (em conjunto, "Subsidiárias") no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objeto de discussão débitos de PIS/COFINS ("Ações Fiscais") e que efetivamente passem a compor o lucro líquido da Companhia (i.e. líquidos dos tributos porventura incidentes sobre os recebimentos referentes às Ações Fiscais e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis) ("Lucro Líquido") auferido pela Companhia no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre do exercício social de 2023 e, adicionalmente, **(a.2)** exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, e com prioridade em relação à distribuição prevista no item (a.1) acima, 27,10% (vinte e sete inteiros e dez centésimos por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo período, para as distribuições relativas ao primeiro semestre de 2023; **(b)** 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023; **(c)** 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2024; **(d)** 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025; **(e)** 20% (vinte por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; **(f)** 35% (trinta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; **(g)** 55% (cinquenta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029; e **(h)** 60% (sessenta por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante. **(B)** Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo ("Dividendos Privilegiados PNC" e, em conjunto com os Dividendos Privilegiados PNA e PNB, os "Dividendos Privilegiados"): **(a)** 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo período, para as distribuições relativas ao segundo semestre do exercício social de 2023, observado o disposto no item (ii.8) abaixo, ao exercício social de 2024 e ao exercício social 2025; **(b)** 21% (vinte e um por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026; e **(c)** 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027 em diante. **(C)** Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A, Ações Preferenciais Classe B e Ações Preferenciais Classe C, os Dividendos Privilegiados pagos aos titulares das Ações Preferenciais serão alocados conforme as seguintes proporções, exceto em relação ao item (A), subitem (a.2) acima, cuja distribuição será 100% (cem por cento) alocada exclusivamente para as Ações Preferenciais Classe B, os quais não serão distribuídos caso somente as Ações Preferenciais Classe A estejam emitidas: **(a)** proporção para as Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B = Dividendos Privilegiados PNA e PNB / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC); e **(b)** proporção para as Ações Preferenciais Classe C = Dividendos Privilegiados PNC / (Dividendos Privilegiados PNA e PNB + Dividendos Privilegiados PNC). A distribuição de dividendos da Companhia fica condicionada a existência de lucros e da decisão da Assembleia Geral, em propor dividendos acima do percentual de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. **3.16 Redução ao valor recuperável *(impairment)*: 3.16.1 Ativos financeiros não derivativos:** As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativo de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 28.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes. As controladas da Companhia consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e às suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **3.16.2 Ativos financeiros com problema de recuperação:** Em cada data de balanço, as controladas da Companhia avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.16.3 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas:** As controladas e coligada da Companhia adotam a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), avaliando o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações anuais. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 28.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia baixam do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.16.4 Ativos não financeiros:** As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativo de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia e suas investidas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.17 Ajuste a valor presente (AVP): 3.17.1 Parcelamentos de contas a receber:** As controladas da Companhia utilizam uma taxa média de 10,53% de desconto que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 – Ajuste a valor presente. **3.17.2 Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.18 Provisões para riscos judiciais:** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.19 Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.20 Questões climáticas:** A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no Grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia e suas controladas estão monitorando mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. O Grupo monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **3.21 Principais mudanças nas políticas contábeis:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **3.21.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1) / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (*Sale and Leaseback*) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2) / IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado.	A Resolução CVM nª 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis. **3.21.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão *(allowances)* e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS n° 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027
CPC 18 (R3) / IAS 28 e CPC 36 (R3) / IFRS 10: Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	Sem data definida
ICPC 09 (R3): Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	01/01/2025

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **4. Assuntos regulatórios: 4.1 Bandeiras tarifárias:** Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuado nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024.

	Cor da Bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2 Cobertura contratual: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas da Companhia participaram dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, Mecanismo de Venda de Excedente (MVE), conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura. Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo as distribuidoras declararem déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). Em 2024, as controladas da Companhia permaneceram dentro do limite de repasse para as tarifas e apresentaram os seguintes níveis de cobertura contratual:

Empresas	Nível de cobertura 2024	Nível de cobertura 2023
Controladas diretas		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	102,96%	99,07%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	103,53%	99,34%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	102,79%	101,62%
Coligada		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	106,56%	105,72%

4.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP) e Reajuste Tarifário Anual (RTA): Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas diretas e coligada da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feito atualização da Parcela B (custos gerenciáveis). Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado por estas e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas diretas e coligada. Foram definidas as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias e os valores da tarifa de aplicação de energia, do que trata o Submódulo 6.8, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET) onde podem observar na apresentação da NE 4.1.1 - Bandeiras Tarifárias. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas distribuidoras da Companhia em 2024:

Entidade	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
Controlada				
Equatorial Maranhão	RTA	28/08/2024	3.376/2024	(1,22%)
Equatorial Pará	RTA	13/08/2024	DSP 2.335/2024	(3,23%)
Equatorial Piauí	RTA	02/12/2024	3.414/2024	(4,28%)
Coligada				
Equatorial Alagoas	RTP	03/05/2024	3.326/2024	(3,49%)

4.4 Encargos regulatórios: A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes encargos regulatórios, pelas seguintes alíquotas básicas: • Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) – Os percentuais mínimos a aplicar (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
	P&D (% da ROL)			PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está líquida desses encargos na demonstração do resultado. Veja nota explicativa n° 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. **4.5 Geração Distribuída:** A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). As controladas da Companhia possuem em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor, calculado com base no saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia das controladas da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	**5**	92	**99.084**	108.107
Equivalentes de caixa (a)				
Investimentos				
Certificado de depósito bancário – CDB	**139**	149	**314.060**	194.407
Operações compromissadas (b)	**–**	–	**1.053.179**	360.592
Fundo de investimento				
Cotas de fundos de investimentos	**–**	–	**128.550**	–
Operações compromissadas	**–**	–	**59.939**	1.345
Certificado de depósito bancário – CDB	**–**	–	**–**	43.961
Fundo de investimento aberto	**–**	–	**13.287**	124.067
Subtotal de equivalentes de caixa	**139**	149	**1.569.015**	724.372
Total (c)	**144**	241	**1.668.099**	832.479

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa; (b) Saldo este destinado à liquidação de obrigações financeiras com vencimento em um prazo inferior a 30 dias; e (c) A variação ocorreu, principalmente, devido às captações de empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme notas explicativas nº 15 e 16, respectivamente. A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 equivale a 97,97% do CDI (89,83% do CDI em 31 de dezembro de 2023). **6. Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento (a)	**6.358**	6.665	**2.888.723**	1.283.539
Cotas de fundos de investimento FIDC (b)	**–**	–	**90.888**	111.844
Títulos públicos	**–**	–	**232.709**	25.173
Letra financeira	**–**	–	**68.449**	5.534
Fundo de investimento aberto	**–**	–	**1.192.639**	689.216
Recursos vinculados (c)	**–**	–	**119.334**	94.689
Total circulante	**6.358**	6.665	**4.592.742**	2.209.995
Não circulante				
Recursos vinculados (c)	**–**	–	**21.863**	19.904
Total não circulante	**–**	–	**21.863**	19.904
Total	**6.358**	6.665	**4.614.605**	2.229.899

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, de acordo com a norma de investimento da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas; (b) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores do Grupo Equatorial, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 – Fornecedores – Risco sacado; e (c) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso. A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do CDI e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,75% do CDI (102,42% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber de clientes (Consolidado): 7.1 Composição dos saldos:

	2024				2023			
		Vencidos				Vencidos		
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	480.145	641.925	1.428.335	2.550.405	525.649	559.973	1.810.535	2.896.157
Industrial	97.398	11.780	40.867	150.045	103.268	16.297	123.271	242.836
Comercial	217.471	62.499	148.935	428.905	239.885	64.525	272.357	576.767
Rural	61.088	68.019	259.217	388.324	62.581	53.721	248.781	365.083
Poder público	139.716	60.240	62.799	262.755	140.385	42.774	65.517	248.676
Iluminação pública	18.997	7.780	19.701	46.478	25.156	3.170	19.751	48.077
Serviço publico	61.002	39.122	49.839	149.963	55.884	25.227	44.852	125.963
Contas a receber de consumidores faturados	1.075.817	891.365	2.009.693	3.976.875	1.152.808	765.687	2.585.064	4.503.559
Residencial	499.897	48.903	673.405	1.222.205	588.180	53.747	817.437	1.459.364
Industrial	15.477	1.439	17.785	34.701	17.707	1.666	44.536	63.909
Comercial	40.130	4.997	72.167	117.294	50.526	5.137	116.436	172.099
Rural	34.610	4.101	43.059	81.770	32.828	3.845	53.776	90.449
Poder público	164.675	5.406	21.441	191.522	192.901	5.020	23.763	221.684
Iluminação pública	54.395	1.136	2.810	58.341	58.327	967	3.042	62.336
Serviço publico	155.249	2.363	8.710	166.322	88.111	3.215	6.627	97.953
Parcelamentos (a)	964.433	68.345	839.377	1.872.155	1.028.580	73.597	1.065.617	2.167.794
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	518.862	–	–	518.862	574.257	–	–	574.257
Baixa renda (c)	185.699	–	–	185.699	177.393	–	–	177.393
Outras	224.703	–	–	224.703	255.268	–	–	255.268
Subtotal bruto	2.969.514	959.710	2.849.070	6.778.294	3.188.306	839.284	3.650.681	7.678.271
(-) PECLD	(304.530)	(150.221)	(1.845.528)	(2.300.279)	(346.065)	(135.682)	(2.671.813)	(3.153.560)
Total contas a receber de clientes	2.664.984	809.489	1.003.542	4.478.015	2.842.241	703.602	978.868	4.524.711
Circulante				4.033.641				4.066.816
Não circulante				444.374				457.895

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R$ 127.993 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 155.610 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil; e (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. **7.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa:**

	2023	Provisões/ Reversões (c)	Baixas (a)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(1.866.611)	**(295.263)**	**875.894**	**(1.285.980)**
Parcelamentos	(1.150.155)	**(95.470)**	**327.405**	**(918.220)**
Contas a receber de consumidores não faturados	(23.084)	**2.512**	**–**	**(20.572)**
Outras (b)	(113.710)	**(9.522)**	**47.725**	**(75.507)**
Total	(3.153.560)	**(397.743)**	**1.251.024**	**(2.300.279)**

	2022	Reorganização Societária	Provisões/ Reversões	Baixas (a)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(1.328.738)	(351.962)	(229.624)	43.713	(1.866.611)
Parcelamentos	(879.081)	(154.272)	(136.895)	20.093	(1.150.155)
Contas a receber de consumidores não faturados	(21.717)	(612)	(755)	–	(23.084)
Outras (b)	(63.737)	(13.011)	(42.341)	5.379	(113.710)
Total	(2.293.273)	(519.857)	(409.615)	69.185	(3.153.560)

(a) Referente à baixa da PECLD sobre títulos considerados incobráveis, os quais foram efetivamente baixados do contas a receber; (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; e (c) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão, no montante de R$ 397.743 (uma provisão de R$ 340.430 em 31 de dezembro de 2023), com impacto no resultado operacional e financeiro de R$ 406.774 e R$ 9.031, respectivamente, conforme notas explicativas nº 24 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 26 – Resultado financeiro.

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituição com efeito caixa	Transferência/ Reclassificação	2024
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	36.637	**(96.953)**	**3.822**	**6.235**	**–**	**–**	**–**	**(50.259)**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(17.898)	**518**	**13.718**	**(1.383)**	**–**	**–**	**–**	**(5.045)**
Rede básica	157.888	**(47.013)**	**(38.511)**	**13.961**	**–**	**–**	**–**	**86.325**
Compra de energia CVA (b)	(260.710)	**156.001**	**2.663**	**(42.637)**	**–**	**–**	**–**	**(144.683)**
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	267.245	**(127.902)**	**50.841**	**18.943**	**–**	**–**	**–**	**209.127**
	183.162	**(115.349)**	**32.533**	**(4.881)**	**–**	**–**	**–**	**95.465**
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (d)	(4.827)	**65.519**	**(109.698)**	**(3.913)**	**–**	**–**	**–**	**(52.919)**
Neutralidade	(133.614)	**48.566**	**(40.159)**	**(7.249)**	**–**	**–**	**–**	**(132.456)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(205.667)	**(86.061)**	**44.577**	**(21.462)**	**–**	**–**	**–**	**(268.613)**
Risco hidrológico (e)	(356.895)	**230.664**	**(226.511)**	**(26.743)**	**–**	**–**	**–**	**(379.485)**
Compensação créditos PIS/COFINS - nota explicativa nº 20 (f)	34.257	**–**	**82.037**	**190**	**(49.296)**	**–**	**16.386**	**83.574**
Emp. Escassez Hídrica (g)	(35.537)	**–**	**35.537**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
CDE Modicidade Tarifária - Empréstimo (h)	(30.601)	**72.367**	**(16.651)**	**(6.153)**	**–**	**(72.367)**	**–**	**(53.405)**
Outros (i)	20.461	**21.760**	**(99.018)**	**(1.450)**	**–**	**(7.133)**	**21.326**	**(44.054)**
	(712.423)	**352.815**	**(329.886)**	**(66.780)**	**(49.296)**	**(79.500)**	**37.712**	**(847.358)**
Total	(529.261)	**237.466**	**(297.353)**	**(71.661)**	**(49.296)**	**(79.500)**	**37.712**	**(751.893)**
Circulante								
Valores a receber	20.234							**–**
Valores a devolver	(227.003)							**(442.427)**
Efeito líquido ativo (passivo)	(206.769)							**(442.427)**
Não circulante								
Valores a receber	–							**2.325**
Valores a devolver	(322.492)							**(311.791)**
Efeito líquido ativo (passivo)	(322.492)							**(309.466)**
Efeito líquido total	(529.261)							**(751.893)**

	2022	Reorganização societária (f)	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituição com efeito caixa	Transferências/ Reclassificação	2023
Parcela A									
CDE - Conta de desenvolvimento energético	84.073	47.425	(13.874)	(90.334)	9.347	–	–	–	36.637
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	29.324	16.753	(63)	(63.597)	(315)	–	–	–	(17.898)
Rede básica	102.272	59.187	(31.606)	11.116	16.919	–	–	–	157.888
Compra de energia CVA	(10.549)	(74.390)	(87.575)	(78.848)	(9.348)	–	–	–	(260.710)
ESS - Encargos do serviço do sistema	278.503	24.446	(48.416)	(22.369)	35.081	–	–	–	267.245
	483.623	73.421	(181.534)	(244.032)	51.684	–	–	–	183.162
Itens financeiros									
Sobrecontratação de energia	(7.053)	66.068	(142.003)	74.695	3.466	–	–	–	(4.827)
Neutralidade	(48.872)	25.930	(52.948)	(53.297)	(4.427)	–	–	–	(133.614)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(162.963)	(9.508)	(53.992)	46.360	(15.759)	–	–	(9.805)	(205.667)
Acordo bilateral	–	–	–	(152)	–	–	–	–	(152)
Risco hidrológico	(316.949)	(67.321)	(43.769)	88.481	(17.337)	–	–	–	(356.895)
Compensação créditos PIS/COFINS – Nota explicativa nº 20	–	–	–	961.361	–	(927.104)	–	–	34.257
Emp. Escassez Hídrica	(94.258)	(85.238)	56.000	91.111	(3.813)	–	–	–	(36.198)
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(141.421)	(42.754)	18.911	176.755	(8.113)	–	(33.979)	–	(30.601)
Outros	(21.440)	90.462	15.042	(117.353)	(1.467)	–	56.030	–	21.274
	(792.956)	(22.361)	(202.759)	1.267.961	(47.450)	(927.104)	22.051	(9.805)	(712.423)
Total	(309.333)	51.060	(384.293)	1.023.929	4.234	(927.104)	22.051	(9.805)	(529.261)
Circulante									
Valores a receber	–								20.234
Valores a devolver	(194.413)								(227.003)
Efeito líquido ativo (passivo)	(194.413)								(206.769)
Não circulante									
Valores a receber	61.921								–
Valores a devolver	(176.841)								(322.492)
Efeito líquido ativo (passivo)	(114.920)								(322.492)
Efeito líquido total	(309.333)								(529.261)

(a) O saldo da CVA CDE foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição negativa da CVA de R$ 96.953, devido a quitação do empréstimo CDE Covid e Escassez conforme o DSP n° 3.056/24, resultando em efeito passivo na CVA e, (ii) O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 3.822; (b) O saldo da CVA de compra de energia teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira, repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, gerando uma CVA ativa no exercício de R$ 381.653 e constituições negativas, referentes aos custos com os contratos de Energia Leilão, que realizaram menor em relação a cobertura tarifaria, gerando uma CVA passiva no exercício de R$ 225.652 totalizando um movimento de constituição ativa de R$ 156.001; e (ii) O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 2.663; (c) ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (preço de liquidação das diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. Em resumo, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL nos processos tarifários foi superior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R$ 127.902. O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para esse exercício foi de R$ 50.841; (d) A constituição do saldo positivo de R$ 65.519 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD médio inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora. O impacto da amortização negativa no exercício foi de R$ 109.698; (e) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 – demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 31 de dezembro de 2024 o impacto da amortização negativa do componente financeiro para esse exercício foi positivo de R$ 226.511; (f) Refere-se à compensação dos créditos de PIS/COFINS onde o impacto da amortização positiva do componente tarifário foi de R$ 82.037 no referido exercício; (g) Valor referente ao repasse de recursos da Conta Escassez Hídrica para as controladas, para cobertura dos itens previstos no art. 2º da Resolução normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, com os seguintes itens: 1) Estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; 2) Custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG; 3) Custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; 4) Diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; 5) Receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021, conforme decisão da ANEEL. O prazo para a realização desse recurso é com base no reconhecimento desses valores nos reajustes ou revisões tarifárias de cada controlada e obedece ao ciclo tarifário de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024 todo o valor foi amortizado; (h) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R$ 72.366 conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. A Companhia contabilizou um impacto negativo de R$ 16.651, no exercício findo em 31 dezembro de 2024, resultante da amortização do componente financeiro associado a esses repasses; e (i) O efeito da amortização para o período findo em 31 de dezembro de 2024, foi impactado pelos valores negativos dos Financeiros homologados no último processo tarifário que são :(i) Quitação do encargo CDE COVID e CDE Escassez ; (ii) Neutralidade COVID; (iii) Reversão de créditos associados a Res 376 e 414; (iv) Penalidade meta de universalização; (v) Custo de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD); (vi) Financeiro de Recálculo RTA 2021 – Parcela B; (vii) Financeiro de Transmissão; (viii) Encargos CDE COVID Migrante; (ix) Garantias, e impactados pelos valores positivos: (i) Spread COVID/Escassez, (ii) Reposicionamento tarifário; (iii) Ajuste de parcela B e TSEE ;(iv) Encargo de Conexão (v) Rescisão contratual; (vi) Conselho de Consumidores; (vii) Neutralidade Escassez Hídrica; (viii) DIC FIC; (ix) Empréstimo Esc. Hídrica; (x) Ajuste TFSEE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí auferiram receita no montante de R$ 303.604 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 60.725 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que o valor de R$ 245.013 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 113 em 31 de dezembro de 2023) foi obtido por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R$ 58.591 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 60.611 em 31 de dezembro de 2023) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. **9. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

		Controladora			
		2024		2023	
Dividendos a receber	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)
Entidade é controlada direta					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(p)	**85.277**	**–**	92.027	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(p)	**348.878**	**–**	403.678	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(p)	**66.063**	**–**	52.696	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(p)	**11.938**	**–**	19.978	–
Total		**512.156**	**–**	568.379	–
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial S.A.		**(7.429)**	**–**	(16.220)	–
Outros					
Itaú Unibanco		**(479.719)**	**–**	(226.639)	–
Total		**(487.148)**	**–**	(242.859)	–

continua →★

continuação

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

		Consolidado 2024		Consolidado 2023	
Contas a receber	Notas	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Associação para Assinatura de Energia	(a)	**869**	**–**	–	–
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(a)	**–**	**–**	12	29
		869	**–**	12	29
Outros Créditos a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**–**	**–**	521	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**731**	**–**	8.381	–
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	**591**	**–**	870	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	**427**	**–**	735	–
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(o)	**214**	**270**	147	147
		1.963	**270**	10.654	147
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	**16.736**	**34.064**	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	**5.596**	**17.670**	5.784	19.559
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	**6.390**	**27.662**	6.113	26.633
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	**1.445**	**5.446**	832	3.625
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	**84**	**350**	111	461
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	**79**	**345**	109	449
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	**95**	**471**	163	674
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	**403**	**1.136**	265	1.099
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	**87**	**376**	121	499
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	**86**	**406**	135	562
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	**–**	**–**	142	588
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	**172**	**678**	187	776
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(c)	**–**	**–**	178	737
Equatorial Serviços S.A.	(c)	**2.072**	**–**	2.072	–
Total		**33.245**	**88.604**	16.212	55.662
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	**–**	**–**	(3.033)	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(80)**	**–**	(152)	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(b)	**(1.983)**	**–**	(4.268)	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**(36)**	**–**	(198)	–
Equatorial Serviços S.A.	(e)	**(25.435)**	**(104.047)**	(26.274)	(84.310)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(f)	**(2.825)**	**(14.451)**	(3.502)	(26.985)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(g)	**(421)**	**(782)**	–	(7.655)
Instituto Equatorial	(h)	**(1.293)**	**–**	(11.425)	(17.138)
Equatorial Transmissão S.A.	(i)	**–**	**–**	–	–
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	**(314)**	**–**	(367)	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	**(280)**	**–**	(333)	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	**(409)**	**–**	(510)	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	**(850)**	**–**	(871)	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	**(217)**	**–**	(405)	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	**(422)**	**–**	(502)	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(i)	**–**	**–**	(3.508)	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	**(2.183)**	**–**	(2.593)	–
Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa	(i)	**–**	**–**	(360)	–
Controladora direta			**–**	–	–
Equatorial S.A.	(c)	**–**	**–**	(2.789)	(2.789)
Total		**(36.748)**	**(119.280)**	(61.090)	(138.877)

		Consolidado 2024		Consolidado 2023	
	Notas	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	**(15.164)**	**(23.510)**	–	–
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	**(5.830)**	**(16.448)**	(3.988)	(16.127)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	**(6.236)**	**(13.704)**	(5.164)	(18.361)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	**(1.417)**	**(3.661)**	(933)	(2.396)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(c)	**(46)**	**(82)**	(69)	(36)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(c)	**(68)**	**(160)**	(86)	(115)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(c)	**(34)**	**(55)**	(82)	(16)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(c)	**(693)**	**(2.351)**	(872)	(2.047)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(c)	**(42)**	**(80)**	(78)	(45)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(c)	**(24)**	**(43)**	(71)	(15)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(c)	**–**	**–**	(115)	(102)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(c)	**(108)**	**(193)**	(121)	(72)
Integração Transmissora de Energia S.A. – Intesa	(c)	**–**	**–**	(224)	(296)
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(j)	**(18.378)**	**(58.109)**	(19.037)	(63.989)
Entidade é plano de benefício pós-emprego		**–**	**–**	–	–
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(d)	**–**	**(5.122)**	–	(896)
Total		**(48.040)**	**(123.518)**	(30.840)	(104.513)
Valores a pagar de acordo com recuperação judicial					
Controladora direta					
Equatorial S.A	(l)	**(138.114)**	**(12.013)**	(129.055)	(941)
Outros tipos de partes relacionadas					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	(k)	**(597.608)**	**(52.442)**	(545.166)	(27.110)
Total		**(735.722)**	**(64.455)**	(674.221)	(28.051)
Dividendos a receber					
Entidade coligada					
Equatorial Distribuidora de Energia do Alagoas S.A.	(p)	**11.938**	**–**	19.978	**–**
Total		**11.938**	**–**	19.978	**–**
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial S.A		**(7.429)**	**–**	(16.220)	–
Outras partes relacionadas					
Eletrobras		**(47.337)**	**–**	(51.865)	–
Outros					
Itaú Unibanco		**(479.719)**	**–**	(226.639)	–
Outros		**(17.866)**	**–**	(17.711)	–
Total		**(552.351)**	**–**	(312.435)	–
Investimentos em serviço - (bens em comodato)		**2024**		**2023**	
Entidade é membro do mesmo grupo econômico		**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		**662**	**(662)**	–	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(m)	**112**	**(112)**	118	(118)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(n)	**251**	**(251)**	2.144	(2.144)
Total		**1.025**	**(1.025)**	2.262	(2.262)

(a) Os valores com a E-nova e Associação são provenientes do contrato de uso da rede de energia; (b) O valor é proveniente de compra e venda de materiais entre as companhias; (c) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022–SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83; (d) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar; (e) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados; (f) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado; (g) Os valores com a E-Nova Geração Distribuída S.A. são provenientes da compra de material para custeio; (h) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa; (i) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico das controladas da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (j) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas da Companhia, (Contratante) e a (Contratada) Equatorial S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (k) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal; (l) Valores provenientes da aquisição dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da controlada Equatorial Pará; (m) Relação de ativos cedidos em comodato no período findo de 30 de junho de 2022, da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A., para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e de forma não onerosa pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; (n) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da controlada Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A para a Companhia de Eletricidade do Amapá de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses e 24 (vinte e quatro) meses e da controlada Equatorial Pará Distribuição de Energia S.A para a Companhia de Eletricidade do Amapá em caráter emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses, conforme descrito nos respectivos Termos de Comodato, podendo suas devoluções acontecerem antes a critério das partes; (o) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual as controladas da Companhia atuam como arrendadoras e a E-Nova como arrendatária; e (p) Referente aos dividendos a receber do exercício de 2024 das controladas diretas e coligada da Companhia. Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis consolidadas. **9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente e os Diretores. Em 23 de julho de 2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, foi estabelecida a não fixação da remuneração anual para o exercício de 2024 (não fixação da remuneração para o exercício de 2023, conforme Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração. Os benefícios pós-empregos das controladas estão descritos na nota explicativa nº 27 – Benefício pós emprego e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos das controladas possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 22.3 – Planos de opção de compra de ações. **9.2 Garantias:** A Equatorial S.A., controladora da Equatorial Distribuição S.A., presta garantia como avalista ou fiadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí, nas apólices de seguros sem ônus e com ônus (remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor) nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.**10. Investimentos:** As principais informações sobre os investimentos nas controladas e coligadas estão conforme a seguir demonstradas:

	Participação	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Avaliados por equivalência patrimonial					
Controladas					
Equatorial Maranhão	65,11%	**2.768.759**	2.567.090	**–**	–
Equatorial Pará	96,50%	**4.682.590**	4.353.964	**–**	–
Equatorial Piauí	94,94%	**2.409.144**	2.316.342	**–**	–
		9.860.493	9.237.396	**–**	–
Coligada					
Equatorial Alagoas	19,00%	**457.376**	448.599	**457.376**	448.599
Subtotal		**10.317.869**	9.685.995	**457.376**	448.599
Outros investimentos (a)		**–**	–	**7.857**	14.176
Total		**10.317.869**	9.685.995	**465.233**	462.775

(a) O saldo refere-se a investimentos das controladas da Companhia.

10.1 Movimentação dos investimentos em controladas e coligada

Controladas	2023	Dividendos distribuídos	Dividendos adicional proposto	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	*Stock Options*	*Matching Shares*	2024
Equatorial Maranhão (a)	2.567.090	**(85.277)**	**(162.390)**	**467.021**	**(21.470)**	**2.877**	**908**	**2.768.759**
Equatorial Pará	4.353.964	**(348.878)**	**(1.216.089)**	**1.905.826**	**(12.330)**	**(1.040)**	**1.137**	**4.682.590**
Equatorial Piauí (a)	2.316.342	**(66.058)**	**(111.840)**	**291.675**	**(23.136)**	**1.625**	**536**	**2.409.144**
Subtotal	9.237.396	**(500.213)**	**(1.490.319)**	**2.664.522**	**(56.936)**	**3.462**	**2.581**	**9.860.493**
Coligada								
Equatorial Alagoas	448.599	**(11.938)**	**(32.980)**	**59.633**	**(5.938)**	**–**	**–**	**457.376**
Total controladas e coligadas	9.685.995	**(512.151)**	**(1.523.299)**	**2.724.155**	**(62.874)**	**3.462**	**2.581**	**10.317.869**

(a) Os saldos estão líquidos da amortização do direito da concessão, demonstrados na nota explicativa nº 10.3 – Conciliação dos investimentos.

Controladas	2022	Reorganização societária	Dividendos distribuídos	Dividendos adicional proposto	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	*Stock Options*	2023
Equatorial Maranhão	2.383.267	–	(92.027)	(223.889)	490.495	8.946	298	2.567.090
Equatorial Pará	2.528.357	–	(404.034)	(47.887)	2.278.028	(6.153)	5.653	4.353.964
Equatorial Piauí	–	2.124.622	(52.695)	(5)	166.840	74.969	2.611	2.316.342
Total	4.911.624	2.124.622	(548.756)	(271.781)	2.935.363	77.762	8.562	9.237.396
Coligada								
Equatorial Alagoas	–	460.967	(20.835)	–	9.897	(1.430)	–	448.599
Total controladas e coligadas	4.911.624	2.585.589	(569.591)	(271.781)	2.945.260	76.332	8.562	9.685.995

10.2 Informações das controladas - Controladora: A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente:

		Balanço patrimonial 2024					Resultado em 2024					
		Circulante		Não circulante								
	Participação societária	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
Equatorial Maranhão S.A.	65,11%	**3.400.863**	**2.506.315**	**7.849.147**	**4.655.474**	**4.088.221**	**6.212.072**	**1.736.340**	**(701.290)**	**(219.306)**	**(74.407)**	**741.337**
Equatorial Pará	96,50%	**6.838.508**	**4.395.233**	**10.986.391**	**8.441.165**	**4.988.501**	**10.861.897**	**3.457.134**	**(925.552)**	**(337.454)**	**(218.054)**	**1.976.074**
Equatorial Piauí	94,94%	**2.295.016**	**1.906.785**	**4.499.932**	**3.638.750**	**1.249.413**	**3.679.591**	**1.081.828**	**(395.029)**	**(314.990)**	**(7.717)**	**364.092**
		12.534.387	**8.808.333**	**23.335.470**	**16.735.389**	**10.326.135**	**20.753.560**	**6.275.302**	**(2.021.871)**	**(871.750)**	**(300.178)**	**3.081.503**

		Balanço patrimonial 2023					Resultado em 2023					
		Circulante		Não circulante								
	Participação societária	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
Equatorial Maranhão S.A.	65,11%	2.567.345	1.789.774	6.783.068	3.804.173	3.756.466	5.669.353	1.711.673	(755.415)	(137.252)	(41.615)	777.391
Equatorial Pará	96,50%	4.303.948	2.925.100	9.969.370	6.701.372	4.646.848	10.378.384	3.508.899	(624.448)	(331.382)	(327.258)	2.225.811
Equatorial Piauí	94,94%	1.939.366	1.644.869	3.980.397	3.179.977	1.094.917	2.971.158	824.493	(268.745)	(300.274)	(32.736)	222.738
		8.810.660	6.359.743	20.732.835	13.685.522	9.498.231	19.018.895	6.045.065	(1.648.608)	(768.908)	(401.609)	3.225.940

10.3. Conciliação dos investimentos em controladas e coligada

2024									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	*Stock Options/ Matching Shares*	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	**4.088.221**	**741.337**	**482.675**	**(15.654)**	**2.661.788**	**88.704**	**18.267**	**2.768.759**
Equatorial Pará	96,50%	**4.988.501**	**1.976.074**	**1.905.826**	**–**	**4.813.864**	**(132.465)**	**1.191**	**4.682.590**
Equatorial Piauí	94,94%	**1.249.413**	**364.092**	**345.863**	**(54.188)**	**1.186.142**	**1.221.208**	**1.794**	**2.409.144**
		10.326.135	**3.081.503**	**2.734.364**	**(69.842)**	**8.661.794**	**1.177.447**	**21.252**	**9.860.493**
Coligada									
Equatorial Alagoas	19,00%	**1.434.331**	**313.857**	**59.633**	**–**	**457.376**	**–**	**–**	**457.376**
Total controladas e coligadas		**11.760.466**	**3.395.360**	**2.793.997**	**(69.842)**	**9.119.170**	**1.177.447**	**21.252**	**10.317.869**

2023									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	*Stock Options*	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	3.756.466	777.391	506.149	(15.654)	2.445.786	104.358	16.946	2.567.090
Equatorial Pará	96,50%	4.646.847	2.225.811	2.278.028	–	4.484.170	(131.396)	1.190	4.353.964
Equatorial Piauí	94,94%	1.094.917	222.738	211.997	(45.157)	1.039.470	1.276.088	784	2.316.342
		9.498.230	3.225.940	2.996.174	(60.811)	7.969.426	1.249.050	18.920	9.237.396
Coligada									
Equatorial Alagoas	19,00%	1.387.444	376.845	9.897	–	448.599	–	–	448.599
Total controladas e coligadas		10.885.674	3.602.785	3.006.071	(60.811)	8.418.025	1.249.050	18.920	9.685.995

(a) O resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R$ 69.842 (R$ 60.811 em 31 de dezembro de 2023), conforme item 23, letra (a), do ICPC 19; e (b) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na aquisição de suas controladas. **11. Ativo financeiro da concessão (Consolidado):** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2024
Ativo financeiro	14.481.841	**719.243**	**2.625.938**	**(30.620)**	**17.796.402**
Obrigações especiais (c)	(3.702.314)	**(243.023)**	**(971.540)**	**–**	**(4.916.877)**
Total ativo financeiro da concessão	10.779.527	**476.220**	**1.654.398**	**(30.620)**	**12.879.525**

	2022	Reorganização societária	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência - Ativos de contrato (b)	Baixas (d)	2023
Ativo financeiro	11.172.307	458.368	802.658	2.063.485	(14.977)	14.481.841
Obrigações especiais (c)	(2.644.875)	(355.822)	(244.858)	(456.759)	–	(3.702.314)
Total ativo financeiro da concessão	8.527.432	102.546	557.800	1.606.726	(14.977)	10.779.527

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Maiores informações na nota explicativa nº 23 – Receita operacional líquida (Consolidado); (b) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (c) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (d) Valores correspondem às baixas dos ativos vinculados à infraestrutura. A concessão das controladas da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. **12. Intangível (Consolidado):** O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

2024	Taxas* anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,19%	**17.638.811**	**(9.876.035)**	**(1.773.931)**	**5.988.845**
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)		**291.810**	**(203.106)**	**–**	**88.704**
Mais Valia – Equatorial Pará (a)		**172.904**	**(169.594)**	**–**	**3.310**
Mais Valia – Equatorial Piauí (a)		**1.714.448**	**(358.832)**	**–**	**1.355.616**
Total		**19.817.973**	**(10.607.567)**	**(1.773.931)**	**7.436.475**

2023	Taxas* anuais	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,17%	16.506.732	(8.897.710)	(1.787.534)	5.821.488
Direito de concessão – Equatorial Maranhão (a)		291.810	(187.452)	–	104.358
Direito de concessão – Equatorial Pará (a)		172.905	(168.287)	–	4.618
Direito de concessão – Equatorial Piauí (a)		1.714.448	(301.752)	–	1.412.696
Total		18.685.895	(9.555.201)	(1.787.534)	7.343.160

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%). (a) Refere-se ao ajuste a valor justo do ativo intangível em combinação de negócio através da Alocação do Preço Pago – PPA, sendo classificado como intangível, por tratar-se de direitos contratuais e outros direitos legais, em conformidade com o CPC 04 – Ativo intangível. O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até agosto de 2030 na controlada Equatorial Maranhão, até julho de 2028 na controlada Equatorial Pará e até outubro de 2048 na controlada Equatorial Piauí, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

12.1 Movimentação do ativo intangível (Consolidado)

	2023	Adições	Baixas (c)	Transferências (a) Ativo de contrato	Outros	2024
Em serviço	16.506.732	**–**	**(217.707)**	**1.344.535**	**5.251**	**17.638.811**
(-) Amortização	(8.897.710)	**(1.189.894)**	**212.231**	**–**	**(662)**	**(9.876.035)**
Total em serviço	7.609.022	**(1.189.894)**	**(5.476)**	**1.344.535**	**4.589**	**7.762.776**
Obrigações especiais em serviço (b)	(4.162.114)	**–**	**239**	**(288.014)**	**(1.508)**	**(4.451.397)**
(-) Amortização	2.374.580	**302.886**	**–**	**–**	**–**	**2.677.466**
Total em obrigações especiais	(1.787.534)	**302.886**	**239**	**(288.014)**	**(1.508)**	**(1.773.931)**
Direito de concessão - Distribuição	1.893.277	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.893.277**
(-) Amortização - Distribuição	(371.605)	**(74.042)**	**–**	**–**	**–**	**(445.647)**
Total em Direito de Concessão	1.521.672	**(74.042)**	**–**	**–**	**–**	**1.447.630**
Total	7.343.160	**(961.050)**	**(5.237)**	**1.056.521**	**3.081**	**7.436.475**

	2022	Adições	Baixas (c)	Transferências (a) Ativo de contrato	Reorganização societária	2023
Em serviço	11.326.027	–	(239.785)	1.682.786	3.737.704	16.506.732
(-) Amortização	(6.838.845)	(1.042.001)	190.614	–	(1.207.478)	(8.897.710)
Total em serviço	4.487.182	(1.042.001)	(49.171)	1.682.786	2.530.226	7.609.022
Obrigações especiais em serviço (b)	(3.253.912)	–	–	99.280	(1.007.482)	(4.162.114)
(-) Amortização	1.800.169	235.588	–	–	338.823	2.374.580
Total em obrigações especiais	(1.453.743)	235.588	–	99.280	(668.659)	(1.787.534)
Direito de concessão - Distribuição	178.829	–	–	–	1.714.448	1.893.277
(-) Amortização - Distribuição	(52.892)	(64.529)	–	–	(254.184)	(371.605)
Total em Direito de Concessão	125.937	(64.529)	–	–	1.460.264	1.521.672
Total	3.159.376	(870.942)	(49.171)	1.782.066	3.321.831	7.343.160

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (c) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível, os bens foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. As controladas da Companhia avaliaram e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **13. Ativos de contrato (Consolidado):** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2023	Adições (c)	Transferências (a) Ativo intangível	Transferências (a) Ativo financeiro	2024
Em curso	3.421.513	**4.475.991**	**(1.344.535)**	**(2.625.938)**	**3.927.031**
Obrigações especiais (b)	(1.309.119)	**(2.062.891)**	**288.014**	**971.540**	**(2.112.456)**
Total	2.112.394	**2.413.100**	**(1.056.521)**	**(1.654.398)**	**1.814.575**

	2022	Adições (c)	Baixas	Transferências (a) Ativo intangível	Transferências (a) Ativo financeiro	Reorganização societária	2023
Em curso	2.117.423	4.240.076	–	(1.682.786)	(2.063.485)	810.285	3.421.513
Obrigações especiais (b)	(662.607)	(982.528)	4.513	(99.280)	456.759	(25.976)	(1.309.119)
Total	1.454.816	3.257.548	4.513	(1.782.066)	(1.606.726)	784.309	2.112.394

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato para ativo financeiro da concessão e ativo intangível; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (c) O montante de R$ 2.413.100 refere-se às adições líquidas do ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R$ 2.268.895 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa n° 29.1 – Transações não envolvendo caixa, R$ 109.083 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R$ 194.630 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas, R$ 2.328 refere-se a reversão de provisão para perda de estoque, R$ 236.820 adicionado às obrigações especiais referentes a aplicação na sub-rogação da CCC e R$ 74.984 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15 – Empréstimos e financiamentos (Consolidado). As controladas da Companhia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada ao ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. **14. Fornecedores (Consolidado)**

	2024	2023
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	**940.517**	931.819
Encargos de uso da rede elétrica	**132.384**	120.238
Materiais e serviços (b)	**931.914**	886.404
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	**36.748**	61.090
Outros	**27.679**	25.915
Total	**2.069.242**	2.025.466
Não circulante		
Materiais e serviços (b)	**15.485**	20.774
Total	**15.485**	20.774
Total	**2.084.727**	2.046.240

(a) O saldo refere-se aos custos com os contratos de compra de energia e as despesas operacionalizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a variação ocorreu devido à atualização dos preços de contratos em suprimentos e entrada de novos contratos no portfólio em 2024; e (b) A composição corresponde, substancialmente, a despesas de fornecedores de materiais e serviços, atinentes ao custeio operacional e aos investimentos realizados na infraestrutura da área de concessão da Companhia no decorrer do exercício em referência. O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia e suas controladas em prazo médio de até 45 dias (35 dias em 31 de dezembro de 2023). **14.1 Fornecedores – Risco sacado:** Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia e suas controladas autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia e suas controladas realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia e suas controladas ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia e suas controladas não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia e suas controladas disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia e suas controladas não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia e suas controladas, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia e suas controladas não são parte. A Companhia e suas controladas quitam a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R$ 216.341 (R$ 264.194 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R$ 1.594.529 durante o ano de 2024 (R$ 1.353.326 em 31 de dezembro de 2023). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 56 dias (74 dias em 31 de dezembro de 2023).

15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado): 15.1 Composição do saldo:

	Garantias	Custo da dívida (% a.a.)	2024 Circulante	2024 Não circulante	2024 Total	2023 Circulante	2023 Não circulante	2023 Total
Moeda estrangeira (USD)								
Citibank	–	CDI + 1,29%	**498.988**	**–**	**498.988**	3.437	387.304	390.741
Scotiabank	Aval / Fiança	CDI + 1,15% a 1,77%	**1.622.058**	**926.323**	**2.548.381**	165.838	1.385.842	1.551.680
Santander	–	CDI + 1,62 %	**1.059**	**174.529**	**175.588**	591	136.451	137.042
Bank of America	–	CDI + 1,09% a 1,38%	**468.458**	**502.127**	**970.585**	244.703	338.274	582.977
Total moeda estrangeira			**2.590.563**	**1.602.979**	**4.193.542**	414.569	2.247.871	2.662.440
Moeda nacional								
IBM	Aval / Fiança	CDI - 0,17%	**17.142**	**–**	**17.142**	20.042	16.886	36.928
BOCOM	–	CDI + 1,05%	**97**	**200.000**	**200.097**	–	–	–
Caixa Econômica Federal	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	6,00%	**9.963**	**16.453**	**26.416**	10.462	26.318	36.780
Santander	Aval / Fiança	CDI + 1,65 %	**–**	**–**	**–**	205.385	–	205.385
CCEE/RGR/ANEEL	Recebíveis	5,00%	**27.593**	**1.059.464**	**1.087.057**	44.601	1.062.989	1.107.590
China *Construction Bank*	–	CDI + 0,97%	**6.065**	**150.000**	**156.065**	6.603	150.000	156.603
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	IPCA + 3,93% a 5,96%	**587.894**	**4.541.033**	**5.128.927**	561.234	4.879.887	5.441.121
Subtotal			**648.754**	**5.966.950**	**6.615.704**	848.327	6.136.080	6.984.407
(-) Ajuste a Valor Presente - AVP			**–**	**(534.710)**	**(534.710)**	–	(557.145)	(557.145)
(-) Custo de captação			**(1.231)**	**(15.999)**	**(17.230)**	(1.302)	(16.914)	(18.216)
Total moeda nacional			**647.523**	**5.416.241**	**6.063.764**	847.025	5.562.021	6.409.046
Total			**3.238.086**	**7.019.220**	**10.257.306**	1.261.594	7.809.892	9.071.486

15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos: A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	847.025	5.562.021	414.569	2.247.871	9.071.486
Ingressos	–	**200.000**	–	**1.177.630**	**1.377.630**
Encargos	**341.093**	**(9)**	**175.275**	**(132)**	**516.227**
Variação monetária e cambial	**114.950**	**133.519**	**342.675**	**419.008**	**1.010.152**
Transferências	**478.958**	**(478.958)**	**2.241.177**	**(2.241.177)**	**–**
Amortizações de principal	**(812.946)**	**–**	**(447.803)**	**–**	**(1.260.749)**
Pagamentos de juros	**(345.310)**	**–**	**(135.551)**	**–**	**(480.861)**
Custo de captação (a)	**1.318**	**(332)**	**221**	**(221)**	**986**
Ajuste a valor presente	**22.435**	**–**	**–**	**–**	**22.435**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**647.523**	**5.416.241**	**2.590.563**	**1.602.979**	**10.257.306**

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	331.530	3.925.344	347.937	1.384.598	5.989.409
Ingressos	–	222.054	–	981.900	1.203.954
Reorganização Societária	1.873.305	1.925.823	191.361	424.805	4.415.294
Encargos	278.917	43.923	91.892	132	414.864
Variação monetária e cambial	101.084	137.317	(51.298)	(118.564)	68.539
Transferências	688.942	(688.942)	425.000	(425.000)	–
Amortizações de principal	(2.140.125)	–	(499.120)	–	(2.639.245)
Pagamentos de juros	(307.035)	–	(91.203)	–	(398.238)
Custo de captação (a)	1.711	(3.498)	–	–	(1.787)
Ajuste a valor presente	18.696	–	–	–	18.696
Saldos em 31 de dezembro de 2023	847.025	5.562.021	414.569	2.247.871	9.071.486

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.**15.3 Ingressos:**

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Piauí	BOCOM	**200.000**	jun-24	Semestral	*Bullet*	Capital de Giro	CDI + 1,05%	Não se aplica
Equatorial Piauí	*Bank of America*	**177.630**	out-24	Anual	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 5,7294%	CDI + 1,15%
Equatorial Piauí	*Scotiabank*	**280.000**	nov-24	Semestral	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 5,8035%	CDI + 1,15%
Equatorial Maranhão	*Scotiabank*	**420.000**	nov-24	Semestral	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 5,8035%	CDI + 1,15%
Equatorial Pará	*Bank of America*	**300.000**	dez-24	Anual	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 6,0118%	CDI + 1,09%
Total		**1.377.630**						

15.4 Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2024 Valor	%
Circulante	**3.238.086**	**32%**
2026	**1.296.636**	**13%**
2027	**1.868.541**	**18%**
2028	**449.625**	**4%**
2029	**370.939**	**3%**
Até 2048	**3.584.188**	**35%**
Subtotal	**7.569.929**	**73%**
Ajuste a valor presente	**(534.710)**	**-5%**
Custo de captação/AVP (não circulante)	**(15.999)**	**0%**
Não circulante	**7.019.220**	**68%**
Total	**10.257.306**	**100%**

15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. A seguir estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia com período de apuração trimestral nas controladas: **• Equatorial Maranhão**

Covenants Empréstimos	*Scotiabank*	*Citibank*
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 3,5	2,3	2,3
2ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,3	–
2ª EBITDA/ Resultado financeiro líquido >= 1,5	6,3	–

• Equatorial Pará

Covenants Empréstimos	*Scotiabank*	*BofA*
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,4	1,4

• Equatorial Piauí

Covenants Empréstimos	Santander	*Scotiabank*	*BofA*
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,6	3,6

Adicionalmente, abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos com período de apuração trimestral na controladora, Equatorial S.A.:

Covenants Empréstimos	*Scotiabank*
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	3,6

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam, unicamente, dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. No período findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, as controladas da Companhia possuem *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação delas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais. **16. Debêntures (Consolidado): 16.1 Movimentação das debêntures:** A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	67.226	2.337.411	2.404.637
Ingressos – nota explicativa nº 16.3	**–**	**3.825.000**	**3.825.000**
Encargos	**363.828**	**–**	**363.828**
Variação monetária e cambial	**171**	**27.338**	**27.509**
Transferências	**(9.138)**	**9.138**	**–**
Amortizações de principal	**(39.132)**	**–**	**(39.132)**
Pagamentos de juros	**(297.837)**	**–**	**(297.837)**
Custo de captação (a)	**2.606**	**(93.700)**	**(91.094)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**87.724**	**6.105.187**	**6.192.911**

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	361.002	1.681.733	2.042.735
Ingressos	–	300.000	300.000
Reorganização societária	1.914.167	400.000	2.314.167
Encargos	315.481	–	315.481
Variação monetária e cambial	23.684	(9.443)	14.241
Transferências	26.405	(26.405)	–
Amortizações de principal	(2.231.380)	–	(2.231.380)
Pagamentos de juros	(345.036)	–	(345.036)
Custo de captação (a)	2.903	(8.474)	(5.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	67.226	2.337.411	2.404.637

(a) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

16.2 Características das debêntures: Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia, possuem as seguintes emissões vigentes.

Controlada	Emissão	Garantias	Característica	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Venc. final	2024 Passivo Circulante	2024 Passivo Não Circulante	2024 Total
Equatorial Pará	6ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	**18.275**	**1.347.535**	**1.365.810**
Equatorial Pará	7ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	1.000.000	CDI + 0,95% a.a.	ago/24	ago/30	**44.731**	**997.344**	**1.042.075**
Equatorial Pará	8ª (a)	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	1.475.000	CDI + 0,38% a.a.	dez/24	dez/36	**(2.040)**	**1.425.397**	**1.423.357**
Equatorial Maranhão	9ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	300.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	**4.052**	**299.429**	**303.481**
Equatorial Maranhão	10ª	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	IPCA + 6,30% a.a.	dez/23	dez/31	**(319)**	**308.178**	**307.859**
Equatorial Maranhão	11ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	500.000	CDI + 0,95% a.a.	mai/24	mai/30	**6.627**	**498.852**	**505.479**
Equatorial Maranhão	12ª (a)	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	550.000	CDI + 0,285% a.a.	out/24	set/36	**8.461**	**536.150**	**544.611**
Equatorial Piauí	1ª	N/A	(1)/(3)/(4)	Única	400.000	CDI + 1,37% a.a.	dez/21	dez/26	**3.214**	**400.000**	**403.214**
Equatorial Piauí	3ª (a)	N/A	(1)/(3)/(4)/(5)	Única	300.000	CDI + 0,41% a.a.	out/24	set/36	**4.723**	**292.302**	**297.025**
									87.724	**6.105.187**	**6.192.911**

(1) Emissão pública de debêntures simples;
(3) Não conversíveis em ações;
(4) Espécie quirografária;
(5) Debêntures incentivadas;

(a) Considera-se o custo da ponta passiva do swap. As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto n° 8.874, de 11 de outubro de 2016, da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.947, de 27 de janeiro de 2011, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia, cujos prazos não são determinados para a aplicação dos mesmos. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pelas controladas da Companhia para esse fim.

16.3 Ingressos:

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Equatorial Maranhão	11ª Emissão Debêntures - 1ª Série	500.000	mai-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
Equatorial Pará	7ª Emissão Debêntures - Série Única	1.000.000	ago-24	Semestral	Anual após carência	Capital de Giro	CDI + 0,95%	Não se aplica
Equatorial Maranhão	12ª Emissão Debêntures - Série Única	550.000	out-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,6493%	CDI + 0,285%
Equatorial Piauí	3ª Emissão Debêntures - Série Única	300.000	out-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 6,8091%	CDI + 0,41%
Equatorial Pará	8ª Emissão Debêntures - Série Única	1.475.000	dez-24	Semestral	Anual após carência	Investimento	IPCA + 7,7477%	CDI + 0,38%
Total		**3.825.000**						

16.4 Cronograma de amortização da dívida:

Vencimento	2024 Valor	%
Circulante	**87.724**	**2%**
2026	**950.000**	**15%**
2027	**550.000**	**9%**
2028	**1.050.000**	**17%**
2029	**604.923**	**10%**
Até 2036	**3.047.593**	**49%**
Subtotal	**6.202.516**	**100%**
Custo de captação/AVP (não circulante)	**(97.329)**	**(2%)**
Não circulante	**6.105.187**	**98%**
Total	**6.192.911**	**100%**

16.5 *Covenants* das debêntures: As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nas debêntures das controladas da Companhia com o período de apuração trimestral nas controladas:

• Equatorial Maranhão

Covenants debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures	11ª debêntures	12ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,3	2,3	2,3	2,3

• Equatorial Pará

Covenants debêntures	6ª debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,4	1,4	1,4

• Equatorial Piauí

Covenants debêntures	1ª debêntures	3ª debêntures
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	3,6	3,6

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos. **17. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado): 17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	2024	2023
Prejuízo fiscal (a)	**419.342**	349.001
Base negativa (a)	**131.152**	104.893
	550.494	453.894
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	**165.872**	148.360
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(4.725)**	(14.972)
Provisão atuarial	**78.661**	84.616
Provisão para participação nos lucros	**23.342**	22.213
Contingências - aquisição Piauí	**35.195**	35.309
Intangível - concessão - Aquisição Equatorial Pará	**24.700**	24.501
Swap	**(108.368)**	98.830
AIC Reversível	**38.868**	38.868
Atualização do ativo financeiro VNR	**(994.073)**	(832.157)
Ajuste a valor presente	**(231.154)**	(238.039)
Depreciação acelerada	**(471.935)**	(508.742)
Reavaliação bens da concessão	**(11.179)**	(15.818)
Custo receita de Construção – CPC 47	**3.818**	2.540
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	**1.854**	1.781
Outras diferenças temporárias	**23.466**	15.141
Imposto diferido líquido	**(875.164)**	(683.675)
Ativo diferido líquido	**455.195**	439.007
Passivo diferido líquido	**(1.330.359)**	(1.122.682)

(a) A movimentação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no exercício, representa o imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas Equatorial Pará e Equatorial Piauí. Os impostos estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovada pela Administração. Existem saldos ativos e passivos por estarem sendo apresentadas companhias diferentes no consolidado.**17.2 Movimentação dos tributos diferidos:**

	2023	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Baixa	Valor líquido em 2024	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	349.001	**71.114**	**–**	**(773)**	**419.342**	**419.342**	**–**
Base Negativa de CSLL	104.893	**26.537**	**–**	**(278)**	**131.152**	**131.152**	**–**
Provisão para riscos judiciais	148.360	**17.512**	**–**	**–**	**165.872**	**165.872**	**–**
PECLD	(14.972)	**10.247**	**–**	**–**	**(4.725)**	**28.919**	**(33.644)**
Provisão para participação nos lucros	22.213	**1.129**	**–**	**–**	**23.342**	**23.342**	**–**
Riscos judiciais - aquisição Equatorial Piauí – PPA (a)	35.309	**(114)**	**–**	**–**	**35.195**	**35.195**	**–**
Variação de SWAP	98.830	**(249.357)**	**42.159**	**–**	**(108.368)**	**–**	**(108.368)**
Atualização do ativo financeiro VNR	(832.157)	**(161.916)**	**–**	**–**	**(994.073)**	**–**	**(994.073)**
Ajuste a valor presente AVP	(238.039)	**6.885**	**–**	**–**	**(231.154)**	**5**	**(231.159)**
Depreciação acelerada	(508.742)	**36.807**	**–**	**–**	**(471.935)**	**–**	**(471.935)**
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição Equatorial Pará- PPA	24.501	**199**	**–**	**–**	**24.700**	**24.700**	**–**
AICs Ressarcíveis	38.868	**–**	**–**	**–**	**38.868**	**38.868**	**–**
Reavaliação bens da concessão	(15.818)	**4.639**	**–**	**–**	**(11.179)**	**–**	**(11.179)**
Provisão atuarial	84.616	**80**	**(6.035)**	**–**	**78.661**	**78.661**	**–**
Custo receita de Construção – CPC 47	2.540	**1.278**	**–**	**–**	**3.818**	**3.818**	**–**
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.781	**73**	**–**	**–**	**1.854**	**1.854**	**–**
Outras despesas não dedutíveis	15.141	**8.325**	**–**	**–**	**23.466**	**39.012**	**(15.546)**
Total	(683.675)	**(226.562)**	**36.124**	**(1.051)**	**(875.164)**	**990.740**	**(1.865.904)**

continua

→★ continuação

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

	2022	Reorganização Societária	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	–	357.507	(8.506)	–	349.001	349.001	–
Base Negativa de CSLL	–	110.044	(5.151)	–	104.893	104.893	–
Provisão para riscos judiciais	89.103	59.725	(468)	–	148.360	148.360	–
PECLD	227.586	(25.709)	(216.849)	–	(14.972)	38.142	(53.114)
Provisão para participação nos lucros	13.609	9.217	(613)	–	22.213	22.213	–
Riscos judiciais - aquisição Equatorial Piauí – PPA (a)	–	35.601	(292)	–	35.309	35.309	–
Variação de SWAP	(8.042)	36.118	52.944	17.810	98.830	98.830	–
Atualização do ativo financeiro VNR	(638.899)	(3.606)	(189.652)	–	(832.157)	–	(832.157)
Ajuste a valor presente AVP	(51.815)	(184.150)	(2.074)	–	(238.039)	1.566	(239.605)
Depreciação acelerada	(546.593)	–	37.851	–	(508.742)	–	(508.742)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição Equatorial Pará- PPA	48.768	–	(24.267)	–	24.501	24.501	–
AICs Ressarcíveis	–	38.868	–	–	38.868	38.868	–
Reavaliação bens da concessão	(28.772)	–	12.954	–	(15.818)	–	(15.818)
Provisão atuarial	20.333	2.863	2.792	58.628	84.616	84.616	–
Custo receita de Construção - CPC 47	1.048	1.248	244	–	2.540	2.540	–
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.718	15	48	–	1.781	1.781	–
Outras despesas não dedutíveis	(5.526)	10.163	10.504	–	15.141	43.058	(27.917)
Total	(877.482)	447.904	(330.535)	76.438	(683.675)	993.678	(1.677.353)

17.3 Expectativa de recuperação – Ativo Fiscal Diferido: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Equatorial Pará	**154.096**	–	–	–	–	**154.096**
Equatorial Maranhão	**92.290**	–	–	–	–	**92.290**
Equatorial Piauí	**21.105**	**47.449**	**60.497**	**72.453**	**482.954**	**684.458**
Total do ativo diferido bruto	**267.491**	**47.449**	**60.497**	**72.453**	**482.954**	**930.844**
PPA – Equatorial Pará e Piauí	–	–	–	–	–	**59.896**
Total	**267.491**	**47.449**	**60.497**	**72.453**	**482.954**	**990.740**

17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

Controladora	2024 IRPJ	2024 CSLL	2023 IRPJ	2023 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**2.732.232**	**2.732.232**	2.942.870	2.942.870
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal	**(683.058)**	**(245.901)**	(735.718)	(264.858)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	**37**	**13**	(1.997)	(728)
Equivalência Patrimonial	**681.061**	**245.174**	736.534	265.152
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	**(1.960)**	**(714)**	(1.181)	(434)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	**(1.960)**	**(714)**	(1.181)	(434)
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**	0%	0%

Consolidado	2024 IRPJ	2024 CSLL	2023 IRPJ	2023 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**3.378.577**	**3.378.577**	3.734.231	3.734.231
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal	**(844.644)**	**(304.072)**	(933.558)	(336.081)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Outras adições (reversões) permanentes	**(4.216)**	**(2.176)**	(5.120)	9.193
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	**3.550**	**1.278**	4.958	1.785
Atualização de Indébito tributário	**21.197**	**8.515**	12.169	4.381
Incentivo PAT	**6.095**	–	4.186	–
Incentivo prorrogação licença maternidade	**347**	–	425	–
IRPJ Subvenção Governamental	**766.003**	–	706.590	–
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	**30.238**	**15.118**	63.252	40.037
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	**(21.430)**	**(281.337)**	(147.098)	(280.685)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	**114.898**	**(191.103)**	91.537	(188.785)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	**(136.328)**	**(90.234)**	(238.635)	(91.900)
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	**(21.430)**	**(281.337)**	(147.098)	(280.685)
Alíquota efetiva	**1%**	**8%**	4%	8%

18 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará: Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral. A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa, exclusivamente, sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano. Em função da matéria, a Equatorial Pará estima que chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo. A estimativa da controlada é que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado. **18.1 Composição da dívida:**

	2024	2023
Circulante		
Outras concessionárias	**5.695**	5.695
Credores financeiros (a)	**27.751**	30.560
Partes relacionadas	**79.318**	38.614
	112.764	74.869
Não circulante		
Outras concessionárias	**83.853**	83.853
Credores financeiros (a)	**335.871**	344.821
Partes relacionadas	**788.705**	782.435
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	**(150.407)**	(146.829)
(-) Ajuste a valor presente	**(34.186)**	(58.581)
	1.023.836	1.005.699
Total	**1.136.600**	1.080.568

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis. **18.2 Cronograma de amortização:** O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2024 Valor	%
Circulante	**112.764**	**10%**
2026	**27.076**	**2%**
2027	**67.739**	**6%**
2028	**91.723**	**8%**
2029	**56.772**	**5%**
Até 2034	**965.119**	**85%**
Subtotal	**1.208.429**	**106%**
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	**(184.593)**	**-16%**
Não circulante	**1.023.836**	**90%**
Total	**1.136.600**	**100%**

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial:

	Saldo em 2023	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2024
Outras concessionárias	73.288	**5.042**	–	–	**(5.042)**	**1.513**	**74.801**
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	674.221	**42.524**	**7.403**	**(1.228)**	**(1.726)**	**14.528**	**735.722**
Credores financeiros	333.059	**10.494**	**17.372**	**(28.514)**	**(11.109)**	**4.775**	**326.077**
Total	1.080.568	**58.060**	**24.775**	**(29.742)**	**(17.877)**	**20.816**	**1.136.600**

	Saldo em 2022	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2023
Outras concessionárias	71.775	5.029	–	–	(5.028)	1.512	73.288
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	644.727	40.395	(3.721)	(1.039)	(20.669)	14.528	674.221
Credores financeiros	363.855	12.713	(9.098)	(26.321)	(12.876)	4.786	333.059
Total	1.080.357	58.137	(12.819)	(27.360)	(38.573)	20.826	1.080.568

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado): As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024 Provisão	2024 Depósitos vinculados	2023 Provisão	2023 Depósitos vinculados
Cíveis	**455.079**	**152.758**	455.395	131.522
Fiscais	**118.428**	**144.315**	93.753	75.504
Trabalhistas	**76.362**	**81.561**	87.679	71.514
Regulatórios	**9.247**	–	8.347	–
Total	**659.116**	**378.634**	645.174	278.540
Circulante	**83.722**	**4.730**	95.748	4.442
Não circulante	**575.394**	**373.904**	549.426	274.098

19.1 Movimentação dos riscos judiciais no exercício

	2023 Saldo	2024 Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Saldo
Cíveis (a)	455.395	**51.310**	**(58.617)**	**(18.568)**	**25.559**	**455.079**
Fiscais (b)	93.753	**23.977**	**(269)**	**(2)**	**969**	**118.428**
Trabalhistas (c)	87.679	**7.256**	**(19.661)**	**(4.527)**	**5.615**	**76.362**
Regulatórios (d)	8.347	–	–	–	**900**	**9.247**
Total	645.174	**82.543**	**(78.547)**	**(23.097)**	**33.043**	**659.116**

	2022 Saldo	2023 Reorganização Societária	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Saldo
Cíveis (a)	245.540	226.132	66.036	(76.489)	(39.609)	33.785	455.395
Fiscais (b)	235.726	6.437	7	–	(146.865)	(1.552)	93.753
Trabalhistas (c)	38.458	48.071	12.958	(14.630)	(9.229)	12.051	87.679
Regulatórios (d)	7.385	–	–	–	–	962	8.347
Total	527.109	280.640	79.001	(91.119)	(195.703)	45.246	645.174

(1) Contingências provisionadas no exercício;
(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(3) Reversões realizadas no exercício; e
(4) Atualizações monetárias.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. No exercício de 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem passivos contingentes que correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, conforme segue:

	2024	2023
Cíveis (a)	**1.016.349**	848.130
Fiscais (b)	**36.803**	34.845
Trabalhistas (c)	**185.521**	149.785
Total	**1.238.673**	1.032.760

***a.* Cíveis:** As controladas da Companhia figuram como rés em 22.948 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (30.286 processos em 31 de dezembro de 2023), sendo que 10.127 tramitam em Juizados Especiais (10.387 processos em 31 de dezembro de 2023), os quais, em sua maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável, destacam-se:

Contingências cíveis (prognóstico provável)	2024	2023
Falha no fornecimento (c)	**45.750**	48.611
Morte por eletroplessão	**41.113**	43.126
Cobrança indevida (a)	**168.931**	168.229
Fraude questionada	**22.057**	26.404
Corte indevido	**5.104**	5.807
Acidente com terceiros	**12.602**	13.011
Falha no atendimento	**8.173**	8.761
Quebra de contrato	**23.035**	22.715
SPC/SERASA	**3.937**	1.234
Incêndio	**4.170**	4.196
Multa Procon	**2.385**	2.369
Descumprimento de TAC	**1.588**	1.493
Regulatório (b)	**88.000**	88.075
Outras	**28.234**	21.364
Total	**455.079**	455.395

(a) Entre os processos de cobrança indevida o que mais se destaca é o processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140, da controlada direta Equatorial Piauí, em que tem como autor o Município de Água Branca e outros e como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado e, em razão disso, requer a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, bem como a repetição do indébito desses valores, no montante de R$ 53.505 (R$ 50.428 em 31 de dezembro de 2023), considerando-se o posicionamento do Poder Judiciário em processo similar. Atualmente o processo encontra-se em instrução; (b) Entre os processos regulatórios o que mais se destaca é o processo nº 0031306-39.2012.4.01.3900 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, em face da Equatorial Pará, ANEEL e Rede Energia, requerendo a anulação da resolução normativa 3.371/2012 e por consequência determinado a compensação aos consumidores no montante de R$ 88.000 (R$ 88.000 em 31 de dezembro de 2023); e (c) Entre os processos de falha no fornecimento, o que mais se destaca é o processo nº 0801011-10.2024.8.14.0136, controlada direta Equatorial Pará, que está relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de R$ 100.000. Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências cíveis (prognóstico possível)	2024	2023
Quebra de contrato (a)	**283.284**	282.068
Contribuição previdenciária (b)	**251.487**	222.532
Falha no fornecimento	**172.161**	55.886
Morte por eletroplessão	**32.035**	30.363
Cobrança indevida	**12.440**	11.915
Fraude questionada	**2.547**	794
Corte indevido	**2.468**	2.303
Acidente com terceiros	**7.628**	8.412
Falha no atendimento	**2.002**	596
Incêndio	**72.249**	65.329
Servidão de passagem	**13.230**	13.258
Ligação Nova	**5.864**	1.550
Multa Procon	**2.649**	3.064
Regulatório	**119.221**	119.221
Outras	**37.084**	30.839
Total	**1.016.349**	848.130

(a) Entre os processos de Quebra de contrato o que mais se destaca é o processo nº 0026675-52.2013.8.14.0301, da controlada Equatorial Pará, relacionado a ação indenizatória coletiva movida pela *Cred New* Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. por quebra de contrato, no montante de R$ 192.792 (R$ 192.792 em 31 de dezembro de 2023); (b) Entre os processos de contribuição previdenciária o que mais se destaca é o processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, tem como autor SINTEPI – Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado do Piauí e como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R$ 225.268 (R$ 208.260 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o processo está pendente de julgamento de agravo protocolado pela empresa após a sentença declarar a incompetência da Justiça Federal; e (c) Entre os processos de falha no fornecimento o que mais se destaca é o processo nº 0801011-10.2024.8.14.0136 relacionado a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de 100.000. ***b.* Fiscais:** As controladas da Companhia figuram como rés em 570 processos fiscais 31 de dezembro de 2024 (665 processos em 31 de dezembro de 2023). Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável, destacam-se:

Contingências fiscais (prognóstico provável)	2024	2023
ICMS	**20.207**	19.838
PIS/COFINS (a)	**94.233**	73.540
Outras	**3.988**	375
Total	**118.428**	93.753

(a) Processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R$ 84.355, no qual, a controlada Equatorial Maranhão, obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Companhia depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação. Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências fiscais (prognóstico possível)	2024	2023
PIS/COFINS	**25.732**	24.222
ICMS	**4.616**	4.315
Outras	**6.455**	6.308
Total	**36.803**	34.845

c. Trabalhistas: O passivo trabalhista das controladas em 31 de dezembro de 2024 é composto por 2.155 reclamações ajuizadas (2.171 em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacam-se:

Contingências trabalhista (prognóstico provável)	2024	2023
Hora Extra	**8.327**	9.298
Implantação do plano de cargos, carreira e salários (a)	**23.128**	21.983
Responsabilidade subsidiária	**7.239**	11.535
Acidente de trabalho	**10.973**	12.782
Doença ocupacional/profissional	**2.398**	2.006
Gratificação	**1.399**	1.846
Reintegração no emprego	**2.094**	1.683
Diferença salarial	**1.748**	3.179
Desligamento voluntário	**4.636**	5.361
Verbas rescisórias	**4.017**	5.257
Outras	**10.403**	12.749
Total	**76.362**	87.679

(a) Dentre os processos de Implantação do plano de cargos, carreira e salários o que mais se destaca é processo nº 0010325-06.2013.5.08.0010 relacionado a ação civil pública movida pelo Sindicato dos trabalhadores das indústrias urbanas do estado do Pará, em face da Equatorial Pará pleiteando o pagamento de PLR do ano de 2012, de R$ 17.717 (R$ 16.797 em 31 de dezembro de 2023). Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas, cuja possibilidade de perda era avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhista (prognóstico possível)	2024	2023
Hora Extra	**1.845**	5.213
Responsabilidade Subsidiária (a)	**81.882**	56.273
Acidente de Trabalho	**9.380**	6.885
Implantação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (b)	**60.995**	57.922
Reintegração no Emprego	**2.652**	2.532
Verbas rescisórias	**358**	568
Gratificação	**1.372**	1.301
Danos Morais	**1.450**	1.307
Privatização	**6.610**	6.080
Outras	**18.977**	11.704
Total	**185.521**	149.785

(a) Processo: 0000340-58.2024.5.08.0129 relacionado a reclamação trabalhista ajuizada por empregado de empresa terceirizada vítima de acidente de trabalho requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais no montante de R$ 1.300; e (b) Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006 que tem como autor o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI e como objeto o pedido cumprimento do plano de cargos e salário da Eletrobras – PCR 2010 em relação às promoções por maturidade. Os pedidos foram julgados procedentes para sejam implantadas 05 promoções por antiguidade para os representados. A companhia recorreu e seu recurso está pendente de apreciação, no montante de R$ 55.073 (R$ 51.833 em 31 de dezembro de 2023). ***d.* Regulatórios:** Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 9.247 (R$ 8.347 em 31 de dezembro de 2023) corresponde às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a controlada Equatorial Maranhão referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE. **20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores (Consolidado):** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese das controladas Equatorial Maranhão, que obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018, Equatorial Pará em fevereiro de 2018, Equatorial Piauí em outubro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. A partir de 2018 as distribuidoras controladas da Companhia, constituíram saldo ativo, referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo, relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo das controladas diretas e indiretas da Companhia contemplam créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que as controladas da Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021– FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.1.3 – Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP)), sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante. Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, ainda há saldos, classificados no passivo não circulante das controladas, cujos critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram as seguintes movimentações: A controlada indireta Equatorial Maranhão reconheceu um complemento de ativo R$ 41.369; A controlada indireta Equatorial Pará reconheceu um complemento de ativo R$ 99.907; A controlada indireta Equatorial Piauí realizou complemento de ativo no montante de R$ 496; e Adicionalmente, houve amortização do passivo, via CVA de R$ 49.296. Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados abaixo:

Ativo circulante	2024 Equatorial Maranhão	2024 Equatorial Pará	2024 Equatorial Piauí	2024 Consolidado	2023 Consolidado
PIS e COFINS a recuperar	**41.369**	**99.907**	**496**	**141.772**	–
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	–	**9.654**	–	**9.654**	**58.950**

21. Dividendos a pagar (Controladora): Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**2.729.558**	2.941.255
(–) Reserva legal	**(136.478)**	(147.063)
Lucro líquido ajustado	**2.593.080**	2.794.192
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	**648.270**	698.548
Realização da reserva de lucros a realizar	**(161.122)**	–
Total de dividendos mínimos	**487.148**	698.548
Dividendos adicionais propostos	**1.353.938**	1.854.032
Dividendos intermediários	–	740.609
Total dividendos	**1.841.086**	3.293.189

A Administração aprovou proposta de distribuição de dividendos em reunião da Diretoria em 26 de março de 2025. A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	172.066	224.450
Reorganização societária	–	2.647
Dividendos adicionais 2022	142.446	264.166
Pagamento de dividendos	(664.196)	(838.159)
Constituição do acervo líquido – Equatorial Alagoas (a)	(846.614)	(846.614)
Dividendos intermediários (b)	740.609	740.609
Dividendos mínimos obrigatórios – antecipados (b)	471.909	471.909
Dividendos mínimos obrigatórios	226.639	292.846
Juros sobre capital próprio	–	87
Realização da reserva de lucro a realizar	–	494
Saldo em 31 de dezembro de 2023	242.859	312.435
Dividendos adicionais 2023	**1.854.032**	**1.627.425**
Pagamento de dividendos	**(2.096.891)**	**(1.936.535)**
Dividendos mínimos obrigatórios 2024	**648.270**	**549.026**
Realização da reserva de lucro a realizar	**(161.122)**	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**487.148**	**552.351**

(a) Em 21 de dezembro de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a absorção do Acervo Líquido pela Companhia, que passará a ser titular direta de 19% das ações da Equatorial Alagoas. **22. Patrimônio líquido. 22.1 Capital social:** O capital social integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 5.493.218 (R$ 5.493.218 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B	Ações preferenciais Classe C	Total	%
Equatorial S.A.	**3.637.513.057**	–	–	–	**3.637.513.057**	**74,21%**
Itaú Unibanco	–	**397.661.749**	**630.230.497**	**236.406.620**	**1.264.298.866**	**25,79%**
Total	**3.637.513.057**	**397.661.749**	**630.230.497**	**236.406.620**	**4.901.811.923**	**100%**

22.2 Reserva de lucros

	2024	2023
Reserva legal (a)	**524.802**	388.324
Reserva de lucros a realizar (b)	**161.122**	–
Reserva de remuneração de capital (c)	**832.484**	241.612
Reserva de dividendos adicionais (d)	**1.353.098**	1.854.032
Total de reservas de lucros	**2.872.346**	2.483.968

(a) Reserva legal: Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R$ 524.802 (R$ 388.324 em 31 de dezembro de 2023). O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto–Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, ele reduz a base de cálculo da reserva legal. **(b) Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí–la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era R$ 161.122 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023). A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado à medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As controladas possuem dividendos mínimos obrigatórios que variam de 1% a 25% do lucro líquido do exercício. Como explicado anteriormente, essas receitas oriundas da aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente nas transmissoras (controladas) possuem prazo de realização que variam conforme o prazo de concessão, podendo chegar a 35 anos. As reservas de lucros a realizar constituem–se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, assim como facultado pela Lei das S.A. (6.404/76). **(c) Reserva de remuneração de capital:** A reserva estatutária prevista ao artigo nº 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a assegurar recursos para o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, ou outra forma de remuneração aos acionistas prevista em lei, e absorção de prejuízos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R$ 832.484 (R$ 241.612 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do exercício reflete a constituição de reserva de remuneração de capital de R$ 590.872, deliberado na Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária em 26 de março de 2025. **(d) Reserva de dividendos adicionais propostos:** Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva era R$ 1.353.938 (R$ 1.854.032 em 31 de dezembro de 2023). A movimentação do exercício é referente a aprovação de distribuição dividendos adicionais de R$ 1.854.032, oriundos do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária em 23 de julho de 2024 e a constituição de dividendos adicionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de R$ 1.353.938. **22.3 Planos de opção de compra de ações (Consolidado):** A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **22.3.1 Quinto Plano de remuneração baseado em ações:** Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam–se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano. As informações das Opções outorgadas estão descritas abaixo:

1ª Outorga *Vesting Date*	1ª Outorga Opções exercíveis	2ª Outorga *Vesting Date*	2ª Outorga Opções exercíveis	3ª Outorga *Vesting Date*	3ª Outorga Opções exercíveis	4ª Outorga *Vesting Date*	4ª Outorga Opções exercíveis	5ª Outorga *Vesting Date*	5ª Outorga Opções exercíveis	6ª Outorga *Vesting Date*	6ª Outorga Opções exercíveis	7ª Outorga *Vesting Date*	7ª Outorga Opções exercíveis
17/12/2020	2.618.750	14/12/2021	43.750	05/08/2022	207.050	11/03/2023	136.700	26/07/2023	60.000	02/04/2024	182.500	02/08/2024	106.250
17/12/2021	2.618.750	14/12/2022	43.750	05/08/2023	207.050	11/03/2024	136.700	26/07/2024	60.000	02/04/2025	182.500	02/08/2025	106.250
17/12/2022	2.618.750	14/12/2023	43.750	05/08/2024	207.050	11/03/2025	136.700	26/07/2025	60.000	02/04/2026	182.500	02/08/2026	106.250
17/12/2023	2.618.750	14/12/2024	43.750	05/08/2025	207.050	11/03/2026	136.700	26/07/2026	60.000	02/04/2027	182.500	02/05/2027	106.250
	10.475.000		175.000		828.200		546.800		240.000		730.000		425.000

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do plano são:

2024	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga	6ª Outorga	7ª Outorga
Valor justo na data de outorga	6,78	6,83	9,34	11,71	10,33	12,15	15,24
Data da outorga:	17/12/2019	14/12/2020	14/08/2021	11/03/2022	26/07/2022	03/04/2023	02/08/2023
Quantidade outorgada	10.475.000	175.000	828.200	546.800	240.000	730.000	425.000
Preço da ação na data de outorga	22,08	22,5	24,23	25,34	23,48	26,88	33,05
Valor justo ponderado do *vesting period*	19,38	20,71	24,78	23,59	23,58	26,38	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	22,96%	29,05%	30,30%	30,89%	30,58%	31,53%	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	6,40%	6,01%	10,36%	12,26%	13,11%	12,16%	11,25%

a. Forma de determinação da volatilidade esperada: Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Consolidado	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Em ações	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1° de janeiro	13.845.000	–	10.925.000	–
Outorgadas durante o exercício	–	–	935.000	–
Reorganização societária	–	–	1.985.000	–
Encerradas durante o período	(10.025.500)	–	–	–
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	–	–	10.745.000	18,9
Existentes ao fim do exercício 2ª Outorga	**80.800**	**19,55**	175.000	24,14
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	**450.700**	**23,63**	1.153.200	24,19
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	**408.000**	**23,00**	571.800	23,28
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	**95.000**	**22,98**	265.000	23,58
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	**580.000**	**26,04**	730.000	26,38
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	**205.000**	**30,45**	205.000	30,79
Existentes ao fim do exercício	**1.819.500**	–	13.845.000	–

A despesa reconhecida nas controladas da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 7.390 (R$ 8.562 em 31 de dezembro de 2023), e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. **22.3.2 *Matching Shares:*** Em 30 de abril de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Equatorial S.A. a criação de um novo incentivo de longo prazo do Grupo, no formato de Plano de Investimento em Ações ("Plano") e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações (*Matching Shares*) ("1º *Programa Matching*"). O 1º Programa *Matching* tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações *Matching,* alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor. Os critérios para fins de determinação do número de Ações *Matching* a que os participantes farão jus são: (i) se o participante investir até 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada 1 (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida. O direito de receber as Ações *Matching* dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes ("Condição de Investimento"), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle ("Condição de Serviço"), durante o período de carência. As Ações *Matching* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência. Ademais, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de *Matching Shares* ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação. As informações das Opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo:

1ª Outorga (Consolidado) *Vesting Date*	Opções exercíveis
15/05/2025	63.185
15/05/2026	63.185
15/05/2027	63.185
15/05/2028	63.185
	252.740

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Programa são:

1ª Outorga (Consolidado)	2024
Valor justo na data de outorga	**31,12**
Data da outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	**252.740**
Valor justo ponderado do *vesting period*	**31,12**

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.581 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base. **22.3.3 Plano de outorga de *"Phantom Shares"* – Contrato 2019:** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar na valorização e potencial de crescimento da Companhia no longo prazo. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A. e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (iii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia. **a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de performance definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de performance fossem atingidas:

Consolidado:	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício	Número de ações	Média ponderada do preço de exercício
Em ações	2024	2024	2023	2023
Existentes em 1º de janeiro	**1.440.000**	**33,35**	1.345.000	24,77
Reorganização societária	–	–	100.000	–
Canceladas durante o exercício	**(150.000)**	–	(150.000)	–
Outorgadas durante o exercício	–	–	145.000	–
Existentes ao fim do exercício	**1.290.000**	**31,15**	1.440.000	33,35

A reversão de provisão reconhecida, em contrapartida a outras contas a pagar, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi R$ 8.488 (provisão de R$ 25.208 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. Este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. ***22.3.4 Plano de outorga de "Phantom Shares" – Contrato 2023:*** Em 09 de novembro de 2023, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivo: (a) o alinhamento dos interesses dos acionistas da Companhia aos dos Beneficiários contemplados pelo Programa; (b) a retenção dos Beneficiários, e (c) o foco de longo prazo na valorização e potencial de crescimento na Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 1º Período de Carência; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 2º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 2º Período de Carência; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 3º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 3º Período de Carência; e (iv) 25% (vinte e cinco por cento) serão pagas no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de término do 4º Período de Carência, desde que o Beneficiário cumpra a Condição de Serviço no 4º Período de Carência. A Companhia deverá calcular o valor adicional a que o Beneficiário faz jus ao final de cada Período de Carência, correspondente ao valor dos Proventos Acumulados até então em relação à quantidade de *Phantom Shares* Vestidas a que o Beneficiário faz jus, após verificação das Metas de Performance sobre a Quantidade Alvo nos termos acima. ***a. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:*** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A., na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a: (i) até o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga ("1º Período de Carência"); (ii) até o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga ("2º Período de Carência"); (iii) até o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga ("3º Período de Carência"); e (iv) até o 4º (quarto) aniversário da Data de Outorga ("4º Período de Carência"). ***b. Forma de cálculo da despesa do programa:*** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2024, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2024	Média ponderada do preço de exercício 2024	Número de ações 2023	Média ponderada do preço de exercício 2023
Existentes em 1° de janeiro	**959.399**	**33,28**	–	–
Outorgadas durante o período/exercício	–	–	959.399	–
Canceladas durante o período/exercício (a)	**(26.008)**	–	–	–
Existentes ao fim do período/exercício	**933.391**	**32,19**	959.399	33,28

A despesa reconhecida, em contrapartida a outras contas a pagar, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 294 (R$ 8.707 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base. Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo. **23. Receita operacional líquida (Consolidado):** A conciliação da receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2024	2023
Receita de distribuição	**18.973.043**	16.368.660
Remuneração financeira WACC	**1.307.307**	965.860
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	**(59.887)**	639.636
Subvenção CDE – Outros	**1.105.440**	725.772
Fornecimento de energia elétrica	**21.325.903**	18.699.928
Suprimento de energia elétrica	**122.906**	56.151
Receita pela disponibilidade – uso da rede	**945.440**	744.311
Receita de construção	**4.475.991**	4.240.076
Atualização do ativo financeiro	**476.220**	557.800
Outras receitas	**594.671**	659.371
Receita operacional bruta	**27.941.131**	24.957.637
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	**(4.138.343)**	(3.240.316)
PIS e COFINS	**(1.674.275)**	(1.453.929)
Encargos do consumidor	**(176.948)**	(167.947)
ISS	**(4.449)**	(3.965)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	**(1.116.823)**	(1.010.584)
Penalidades DIC/FIC e outras	**(100.526)**	(85.385)
Deduções da receita operacional	**(7.211.364)**	(5.962.126)
Receita operacional líquida	**20.729.767**	18.995.511

a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve–se, principalmente, por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta–Covid a menor que o exercício anterior (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no reajuste, está mais aderente aos custos efetivamente pagos, quando comparados com o período anterior; (iii) variações dos financeiros amortizados, onde em 2023 gerou uma receita, o que não ocorreu em 2024; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) variação do efeito da CVA da Bandeira Faturada, devido as bandeiras que ocorreram a partir de julho de 2024, o que não ocorreu em 2023.
24. Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2024 Custo do serviço de energia elétrica	2024 Despesas com vendas	2024 Despesas administrativas	2024 PECLD	2024 Total	2023 Custo do serviço de energia elétrica	2023 Despesas com vendas	2023 Despesas administrativas	2023 PECLD	2023 Total
Pessoal	**(116.704)**	**(104.229)**	**(262.765)**	–	**(483.698)**	(109.366)	(72.321)	(288.120)	–	(469.807)
Material	**(26.359)**	**(36.489)**	**(4.640)**	–	**(67.488)**	(32.804)	(32.956)	(88)	–	(65.848)
Serviços de terceiros	**(611.701)**	**(451.515)**	**(126.956)**	–	**(1.190.172)**	(647.340)	(382.608)	(54.056)	–	(1.084.004)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	**(8.411.807)**	–	–	–	**(8.411.807)**	(7.215.157)	–	–	–	(7.215.157)
Custo de construção	**(4.475.991)**	–	–	–	**(4.475.991)**	(4.240.076)	–	–	–	(4.240.076)
PECLD do contas a receber de clientes	–	–	–	**(406.774)**	**(406.774)**	–	–	–	(325.166)	(325.166)
Provisão para riscos judiciais (b)	–	–	**(35.469)**	–	**(35.469)**	–	–	116.702	–	116.702
Amortização	**(750.636)**	–	**(215.205)**	–	**(965.841)**	(717.130)	–	(157.605)	–	(874.735)
Subvenção CCC	**(58.327)**	–	–	–	**(58.327)**	9.384	–	–	–	9.384
Outros	**(2.940)**	**(14.170)**	**(13.053)**	**(728)**	**(30.891)**	2.043	(14.370)	2.782	(3.151)	(12.696)
Total	**(14.454.465)**	**(606.403)**	**(658.088)**	**(407.502)**	**(16.126.458)**	(12.950.446)	(502.255)	(380.385)	(328.317)	(14.161.403)

(a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 – Energia elétrica comprada para revenda; e (b) A variação deve-se, principalmente, pela baixa do processo n° 0000151–28.2006.4.01.3900 junto à União Federal no valor de R$ 146.745, que ocorreu em 2023.
24.1 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2024	2023
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	**5.988**	21.905
Reversão de provisão para perda de estoque (b)	**68.750**	94.591
Outras receitas operacionais	**5.155**	5.346
Total de outras receitas operacionais	**79.893**	121.842
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	**(137.720)**	(327.432)
Indenização por danos a terceiros	**(8.575)**	(8.956)
Provisão para perda de estoque (b)	**(66.422)**	(3.519)
Baixa de recebíveis incobráveis (a)	**(201.327)**	(84.261)
Outras despesas operacionais	**(86.716)**	(36.612)
Total de outras despesas operacionais	**(500.760)**	(460.780)
Total outras despesas operacionais, líquidas	**(420.867)**	(338.938)

(a) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos do contas a receber; e (b) No e exercício de 2022, a Companhia reconheceu uma provisão que tinha como objetivo absorver uma futura perda dos custos de materiais ou serviços nas obras para resultado, entretanto, em 2023, em função do processo de revisão tarifária, todas as obras energizadas foram devidamente encerradas fisicamente, conciliadas e capitalizadas contabilmente. O resultado dessa conciliação resultou em sobras contábeis, reconhecidas como perdas e, consequentemente, a provisão foi revertida. Este processo foi finalizado em 2023, não impactando os saldos de 2024, motivo pelo qual, os montantes reconhecidos no período atual são menores em relação ao mesmo período do ano anterior.
25. Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2024 GWh (*)	2024 R$	2023 GWh (*)	2023 R$
Energia de leilão (a)	**22.264**	**(4.928.862)**	19.396	(4.050.189)
Contratos eletronuclear	**727**	**(239.712)**	695	(238.959)
Contratos cotas de garantias	**3.487**	**(892.418)**	3.755	(652.857)
ESS/ Energia reserva (b)	–	**(589.722)**	–	(573.666)
Energia bilateral	**226**	**(91.007)**	226	(97.146)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	–	**(297.048)**	–	(352.176)
PROINFA	**427**	**(187.242)**	384	(192.518)
(–) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	–	**783.628**	–	687.714
Geração distribuída	–	**(232.875)**	–	(121.554)
Subtotal	**27.131**	**(6.675.258)**	24.456	(5.591.351)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	–	**(1.736.549)**	–	(1.623.806)
Total (e)	**27.131**	**(8.411.807)**	24.456	(7.215.157)

(*) não auditado.
(a) Compreende os custos com os contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits). A variação nesta linha decorre de aumento de 14,79% no volume contratado para atendimento do mercado; acrescido de atualizações dos preços médios de pagamento que sofreram variação de 6,02%; (b) O aumento nas despesas associada ao ESS–EER deve–se ao aumento no pagamento do encargo de energia de reserva, devido ao preço baixo do PLD, que ocasiona redução da receita dos geradores contratos, fazendo com que as distribuidoras contribuam com o fundo que paga esses geradores; e (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R$ 55.128 no período de janeiro a dezembro, em virtude da redução da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao mesmo período de 2023; e (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).
26 Resultado financeiro (Consolidado)

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	**425.229**	369.141
PIS/COFINS sobre receita financeira de aplicações financeiras	**(42.620)**	(39.050)
Valores a receber/devolver parcela A	**65.128**	125.713
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**768.249**	87.030
Acréscimo moratório de energia vendida	**285.024**	220.193
Variação monetária e cambial da dívida (c)	**97.377**	495.532
Juros de mora sobre PECLD	**13.672**	–
Receita financeira de AVP	**43.756**	59.180
Outras receitas financeiras	145.105	123.610
Total de receitas financeiras	**1.800.920**	1.441.349
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	**(136.789)**	(121.479)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**(170.136)**	(470.384)
Variação monetária e cambial da dívida (c)	**(1.159.813)**	(565.494)
Encargos da dívida (d)	**(863.811)**	(744.246)
Atualização de contingências	**(33.043)**	(44.942)
Despesa financeira de AVP	**(59.387)**	(51.846)
Descontos concedidos	**(101.225)**	(74.878)
Juros de mora sobre PCLD	**(4.641)**	(15.264)
Outras despesas financeiras	**(135.573)**	(123.652)
Total de despesas financeiras	**(2.664.418)**	(2.212.185)
Resultado financeiro líquido	**(863.498)**	(770.836)

(a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente, a melhora do caixa e aplicações da Companhia em comparação ao exercício anterior; (b) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, na qual a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 31 de dezembro de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 27,9%, saindo de R$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R$ 6,19 em 31 de dezembro 2024. No período findo de 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023; (c) Em 2024, a despesa foi originada principalmente pela variação cambial da dívida, devido à valorização do dólar em 27,9%, contribuindo para uma despesa líquida no exercício; e (d) O principal fator responsável pelo aumento dos encargos foi o crescimento de 29,38% no saldo da dívida, quando comparado entre 2024 e 2023. **27. Benefício pós emprego (Consolidado). 27.1 Características do plano de aposentadoria.** As controladas distribuidoras são patrocinadoras Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativo, e planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir: Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pelas Controladas estão descritos a seguir: **27.1.1 Plano Equatorial CD.** O Equatorial CD é um plano

continua →★

continuação

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco, administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadorias: normal e por incapacidade para o trabalho; e • Pensão por Morte de participante Ativo e Assistido. **27.1.2 Planos de Benefícios Definidos.** O Plano Equatorial BD é estruturado na modalidade "Benefício Definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos aposentados e pensionistas) e está fechado para novas adesões. O Plano é administrado pela EQTPREV e patrocinado pelas controladas Equatorial Pará, Equatorial Maranhão, Equatorial Piauí. De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes: • Pensão por Morte; • Abono Anual; • Aposentadorias: por invalidez, idade, tempo de contribuição, tempo de serviço, tempo de serviço proporcional e especial; • Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. **27.1.3 Plano de Contribuição Variável.** O Plano de Contribuição Variável Equatorial é estruturado na modalidade de "Contribuição Variável", existindo compromisso no período de pós-emprego dos participantes, administrado EQTPREV e patrocinado pela controlada Equatorial Piauí, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadorias: normal, programada e por invalidez; • Abono Anual; • Pensão por Morte; e • Auxílio-Enfermidade e Auxílio-Funeral. **27.1.4 Plano Celpa OP.** O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade "Benefício Definido" (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano R. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes: • Renda Mensal com Reversão em Pensão. De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a: • Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de "Contribuição Variável"; ou • Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de "Contribuição Definida"; • Pecúlio por Invalidez ou por Morte; e • Contribuições: normal de participante, normal de assistido, normal de patrocinadora, esporádica do participante ou da patrocinadora. **27.1.5 Plano Celpa R.** O Celpa R é estruturado na modalidade "Benefício Definido", existindo compromisso pós-emprego com o pagamento de aposentadorias por invalidez e pensões. Além disso, o plano é não-contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. O Plano é administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV), patrocinado pela controlada Equatorial Pará e é executado de forma indissociável ao Plano Celpa OP. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes: • Suplementação de Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez; • Pensão por Morte; • Abono Anual. Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano. **27.1.6 Resolução nº 10/1989.** A Controlada Equatorial Pará possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996. Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Equatorial. **27.1.7 Planos de Saúde e Odontológicos. a) Unimed Nacional.** A Controlada Equatorial Pará oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed – Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. Este plano é oferecido para os colaboradores da Equatorial Pará, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. **b) UNIODONTO.** A Controlada Equatorial Pará oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. **c) Bradesco Saúde.** A Controlada Equatorial Maranhão oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Bradesco Saúde. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Maranhão, bem como a seus dependentes. **d) Odontoprev.** A Controlada Equatorial Maranhão oferece um plano odontológico administrado pela OdontoPrev S/A a seus empregados, bem como para seus dependentes. **e) Assistência Médica Humana.** A Controlada Equatorial Piauí oferece a seus empregados um plano de saúde administrado pela operadora Humana Assistência Médica Ltda. Este plano é oferecido para os empregados da Equatorial Piauí, bem como a seus dependentes. **27.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido.** A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Passivo ou Ativo Atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2024.

2024

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Consolidado
	CD	BD1	Planos de saúde	CD	BD	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Déficit/(Superávit) apurado														
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	592	144.514	15.405	357	176.201	1.780	9.944	15.400	45.090	84	401.480	2.551	4.939	818.337
Valor justo dos ativos do plano	(12.700)	(190.827)	–	(12.971)	(314.591)	(3.526)	(6.138)	–	–	(1.304)	(479.329)	(20.896)	–	(1.042.282)
Déficit/(Superávit) apurado	(12.108)	(46.313)	15.405	(12.614)	(138.390)	(1.746)	3.806	15.400	45.090	(1.220)	(77.849)	(18.345)	4.939	(223.945)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais														
Efeito do Teto de Ativo	6.415	46.313	–	3.869	138.390	619	1.364	–	–	913	77.849	18.345	–	294.077
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	6.415	46.313	–	3.869	138.390	619	1.364	–	–	913	77.849	18.345	–	294.077
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)														
Ativo líquido apurado	(5.693)	–	15.405	(8.745)	–	(1.127)	5.170	15.400	45.090	(307)	–	–	4.939	70.132

2023

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí				Consolidado
	CD	BDI	Planos de saúde	CD	BD	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Déficit/(Superávit) apurado														
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	583	157.571	13.030	382	195.699	1.926	10.870	17.183	57.447	63	453.491	3.243	4.093	915.581
Valor justo dos ativos do plano	(9.515)	(204.157)	–	(10.718)	(330.978)	(4.749)	(5.971)	–	–	(784)	(516.257)	(4.521)	–	(1.087.650)
Déficit/(Superávit) apurado	(8.932)	(46.586)	13.030	(10.336)	(135.279)	(2.823)	4.899	17.183	57.447	(721)	(62.766)	(1.278)	4.093	(172.069)
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais														
Efeito do Teto de Ativo	4.703	46.586	–	3.084	135.279	1.810	373	–	–	507	62.766	1.278	–	256.386
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	4.703	46.586	–	3.084	135.279	1.810	373	–	–	507	62.766	1.278	–	256.386
Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)														
Ativo líquido apurado	(4.229)	–	13.030	(7.252)	–	(1.013)	5.272	17.183	57.447	(214)	–	–	4.093	84.317

27.3 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	Equatorial Maranhão				Equatorial Pará							Equatorial Piauí				
	CD	BD1	Plano de Saúde	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Resultado do Exercício 2023																
Custo do serviço corrente líquido	72	4	–	76	45	4	8	–	–	1.649	1.706	8	–	–	–	8
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	407	407
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	44	14.632	1.274	15.950	29	17.880	1.020	177	1.571	5.447	26.124	5	41.629	315	393	42.342
Rendimento esperado dos ativos do plano	(893)	(19.189)	–	(20.082)	(1.008)	(30.943)	(574)	(449)	–	–	(32.974)	(74)	(47.651)	(438)	–	(48.163)
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	442	4.556	–	4.998	290	13.063	36	174	–	–	13.563	48	6.022	124	–	6.194
Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	(335)	3	1.274	942	(644)	4	490	(98)	1.571	7.096	8.419	(13)	–	1	800	788
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(2.142)	15.989	–	13.847	(1.136)	26.386	615	1.471	–	–	27.336	(420)	44.480	(15.936)	–	28.124
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(106)	(11.153)	1.459	(9.800)	(99)	(16.437)	(1.193)	(123)	(1.381)	(16.583)	(35.816)	8	(53.541)	(1.007)	162	(54.378)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	1.271	(4.830)	–	(3.559)	495	(9.953)	955	(1.364)			(9.867)	359	9.061	16.943	–	26.363
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(977)	6	1.459	488	(740)	(4)	377	(16)	(1.381)	(16.583)	(18.347)	(53)	–	–	162	109

	Equatorial Maranhão				Equatorial Pará							Equatorial Piauí				
	CD	BD1	Plano de Saúde	Total	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	Resolução 10/1989	Planos de Saúde	Total	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde	Total
Resultado do Exercício 2023																
Custo do serviço corrente líquido	**140**	**1**	**–**	**141**	**96**	**3**	**9**	**–**	**–**	**1.330**	**1.438**	**14**	**–**	**–**	**–**	**14**
Custo do serviço passado e (ganhos)/perdas na liquidação	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**454**	**454**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	**111**	**16.805**	**1.024**	**17.940**	**86**	**21.004**	**1.081**	**200**	**1.870**	**4.921**	**29.162**	**10**	**47.471**	**284**	**469**	**48.234**
Rendimento esperado dos ativos do plano	**(935)**	**(22.515)**	**–**	**(23.450)**	**(1.238)**	**(36.377)**	**(605)**	**(530)**	**–**	**–**	**(38.750)**	**(70)**	**(56.866)**	**(450)**	**–**	**(57.386)**
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	**375**	**5.708**	**–**	**6.083**	**305**	**15.373**	**98**	**226**	**–**	**–**	**16.002**	**37**	**9.395**	**166**	**–**	**9.598**
Total de despesa (receita) reconhecida no resultado do exercício	**(309)**	**(1)**	**1.024**	**714**	**(751)**	**3**	**583**	**(104)**	**1.870**	**6.705**	**8.306**	**(9)**	**–**	**–**	**469**	**460**
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício																
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	**(569)**	**(1.441)**	**–**	**(2.010)**	**1.136**	**(2.280)**	**(176)**	**165**	**–**	**–**	**(1.155)**	**(90)**	**(3.866)**	**(322)**	**–**	**(4.278)**
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	**(684)**	**8.531**	**3.449**	**11.296**	**(690)**	**10.746**	**1.001**	**127**	**677**	**10.602**	**22.463**	**(70)**	**29.362**	**593**	**(383)**	**29.502**
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	**1.175**	**(7.080)**	**–**	**(5.905)**	**219**	**(8.469)**	**(548)**	**(322)**	**–**	**–**	**(9.120)**	**157**	**(25.496)**	**(271)**	**–**	**(25.610)**
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	**(78)**	**10**	**3.449**	**3.381**	**665**	**(3)**	**277**	**(30)**	**677**	**10.602**	**12.188**	**(3)**	**–**	**–**	**(383)**	**(386)**

27.4 Ativos do plano

2024

	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí		
	CD	BD1	CD	BD	OP	R	CD	BD	Plano CV
Títulos Públicos	**146.435**	**166.016**	**273.620**	**146.435**	**8.462**	**4.385**	**146.434**	**391.024**	**38.489**
Fundos de Investimento	**223.844**	**22.513**	**36.115**	**223.844**	**1.275**	**1.612**	**223.844**	**78.398**	**28.445**
Outros	**92.542**	**5.294**	**14.768**	**92.542**	**355**	**6.427**	**92.542**	**39.014**	**4.547**
(=) Ativo Total	**462.821**	**193.823**	**324.503**	**462.821**	**10.092**	**12.424**	**462.820**	**508.436**	**71.481**

2023

	Equatorial Maranhão		Equatorial Pará				Equatorial Piauí		
	CD	BD1	CD	BD	OP	R	CD	BD	Plano CV
Títulos Públicos	124.898	196.191	124.898	304.725	8.185	3.759	124.898	452.165	40.625
Fundos de Investimento	229.798	3.707	229.798	18.679	2.045	2.066	229.798	51.882	29.437
Outros	70.640	7.428	70.640	16.732	362	6.103	70.640	39.831	4.272
(=) Ativo Total	425.336	207.326	425.336	340.136	10.592	11.928	425.336	543.878	74.334

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada. **27.5 Obrigação do benefício definido. (a) Premissas atuariais**

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí			
Premissas em 31 de dezembro de 2024	CD	BD1	Plano de saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	RESOLUÇÃO 10/1989	Plano de saúde	BD	Plano CV	Plano de saúde	CD
Taxa de inflação	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**
Taxa de desconto	**12,97%**	**12,31%**	**12,49%**	**12,97%**	**12,16%**	**12,03%**	**12,04%**	**12,78%**	**12,29%**	**12,45%**	**12,49%**	**12,49%**	**12,97%**
Futuros aumentos salariais	**4,96%**	**4,96%**	**Não aplicável**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**Não aplicável**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**
Futuros aumentos de pensão	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**	**4,96%**
Mortalidade geral	**AT-2000 M/F Suavizada em 10%**	**AT-2000 M/F Suavizada em 10%**	**AT-2000 M/F Suavizada em 10%**	**AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%**	**AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%**	**BR-EMSsb 2015 Segregada por Sexo**	**BR-EMSsb 2015 Segregada por Sexo**	**AT-2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%**	**AT 2000 Segregada por Sexo Suavizada em 10%**	**AT 2000 Suavizada em 10%**	**AT 2000 Suavizada em 10%**	**AT 2000 Suavizada em 10%**	**AT 2000 Suavizada em 10%**

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí			
Premissas em 31 de dezembro de 2023	CD	BD1	Plano de saúde	CD	BD	CELPA R	CELPA OP	RESOLUÇÃO 10/1989	Plano de saúde	BD	Plano CV	Plano de saúde	CD
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	9,41%	9,78%	9,90%	9,41%	9,66%	9,71%	9,63%	9,72%	9,72%	9,59%	9,71%	9,59%	9,41%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	BR-EMSsb 2015 M/F	BR-EMSsb 2015 M/F	AT-2000 M/F Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10% M/F	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%	AT 2000 Suavizada em 10%

(b) Análise de sensibilidade. Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

		Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Piauí			
		CD	BD	Plano de Saúde	CD	BD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	BD	CD	Plano CV	Plano de saúde
Premissas 2024	**Análise de sensibilidade**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**	**Impacto R$**
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	**(13)**	**(4.751)**	**(899)**	**(5.604)**	**(7)**	**(66)**	**(479)**	**(459)**	**(2.708)**	**(14.709)**	**(236)**	**(284)**	**-2**
	Redução de 0,5%	**14**	**5.064**	**996**	**5.969**	**7**	**71.647**	**524**	**487**	**3.009**	**15.783**	**263**	**315**	**2**
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	**(29)**	**3.903**	**507**	**5.202**	**(18)**	**37.426**	**101**	**454**	**1.754**	**8.571**	**152**	**197**	**(4)**
	Redução de 1 ano	**32**	**(3.954)**	**(503)**	**(5.241)**	**19**	**(38.824)**	**(106)**	**(456)**	**(1.724)**	**(8.773)**	**(153)**	**(193)**	**5**
HCCTR	Aumento de 0,5%	**–**	**–**	**982**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.957**	**–**	**–**	**311**	**–**
	Redução de 0,5%	**–**	**–**	**(894)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.689)**	**–**	**–**	**(282)**	**–**

		Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Piauí			
		CD	BD	Plano de Saúde	CD	BD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	BD	CD	Plano CV	Plano de saúde
Premissas 2023	**Análise de sensibilidade**	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$	Impacto R$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(5.767)	(14)	(844)	(8)	(6.865)	(80)	(582)	(549)	(3.411)	(1)	(18.949)	(335)	(247)
	Redução de 0,5%	6.182	15	941	9	7.351	86	642	584	3.788	2	20.496	379	275
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	4.488	(29)	453	(19)	6.114	43	125	582	1.300	(3)	10.653	215	187
	Redução de 1 ano	4.530	32	(450)	21	6.135	(45)	(130)	(581)	(1.318)	4	(10.833)	(212)	(184)
HCCTR	Aumento de 0,5%	–	–	918	–	–	–	–	–	3.679	–	–	–	288
	Redução de 0,5%	–	–	(831)	–	–	–	–	–	(3.342)	–	–	–	(260)

Embora a análise não tenha levado em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. O método de avaliação da análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 das controladas da Companhia, não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. **27.6 Fluxo de caixa**

2024

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí			
1 Fluxo de caixa no exercício	CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde
Contribuições do empregador	**151**	**9**	**358**	**–**	**109**	**–**	**968**	**–**	**2.870**	**27**	**–**	**–**	**116**
Contribuição do participante	**1**	**9**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	**–**	**16.549**	**358**	**20.944**	**–**	**200**	**761**	**–**	**2.870**	**–**	**40.099**	**–**	**116**
Benefícios pagos diretamente pela empresa	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.972**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte													
Contribuições do empregador	**146**	**11**	**439**	**–**	**96**	**–**	**930**	**–**	**3.379**	**24**	**–**	**–**	**274**
Contribuição do participante	**–**	**11**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	**303**	**16.999**	**439**	**21.735**	**184**	**186**	**787**	**–**	**3.379**	**52**	**41.547**	**–**	**274**
Benefícios pagos diretamente pela empresa	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.085**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

2023

	Equatorial Maranhão			Equatorial Pará						Equatorial Piauí			
1 Fluxo de caixa no exercício	CD	BD1	Plano de Saúde	CD	BD	Equatorial OP	Equatorial R	Resolução 10/1989	Plano de saúde	CD	BD	Plano CV	Plano de saúde
Contribuições do empregador	171	9	351	134	–	–	513	–	2.485	21	–	–	87
Contribuições de participante	–	9	–	–	21.822	167	760	–	2.485	–	–	–	–
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	78	16.690	351	–	–	–	–	2.006	–	–	40.885	–	87
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte													
Contribuições do empregador	204	11	319	152	–	–	627	–	2.870	26	–	–	106
Contribuições de participante	–	11	–	159	21.581	177	751	–	2.870	–	–	–	–
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	233	16.346	319	–	–	–	–	2.087	–	29	40.108	–	106

28. Instrumentos financeiros: 28.1 Considerações gerais. A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 15.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 16.5 – *Covenants* das debêntures. **28.2 Política de utilização de derivativos.** As controladas da Companhia utilizam operações com derivativos (*swap),* apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as controladas da Companhia possuíam operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.** Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito no item a seguir. **(i) Mensuração do valor justo.** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			2024		2023	
Ativo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**5**	**5**	92	92
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	**139**	**139**	149	149
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**6.358**	**6.358**	6.665	6.665
Total ativo			**6.502**	**6.502**	6.906	6.906
Passivo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Fornecedores	–	Custo amortizado	**3**	**3**	2	2
Total do passivo			**3**	**3**	2	2

Consolidado			2024		2023	
Ativo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	**99.084**	**99.084**	108.107	108.107
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	**1.569.015**	**1.569.015**	724.372	724.372
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**4.614.605**	**4.614.605**	2.229.899	2.229.899
Contas a receber de clientes	–	Custo amortizado	**4.478.015**	**4.478.015**	4.524.711	4.524.711
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	**2.325**	**2.325**	20.234	20.234
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	3	Custo amortizado	**349.930**	**349.930**	20.444	20.444
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**342.940**	**342.940**	–	–
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	**12.879.525**	**12.879.525**	10.779.527	10.779.527
Total ativo			**24.335.439**	**24.335.439**	18.407.294	18.407.294

			2024		2023	
Passivo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Mercado**	**Contábil**	**Mercado**
Fornecedores	–	Custo amortizado	**2.084.727**	**2.084.727**	2.046.240	2.046.240
Fornecedores – risco sacado	–	Custo amortizado	**216.341**	**216.341**	264.194	264.194
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	**10.257.306**	**10.791.626**	9.071.486	9.649.808
Debêntures	2	Custo amortizado	**6.192.911**	**6.245.799**	2.404.637	2.444.767
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	–	Custo amortizado	**1.136.600**	**1.321.193**	1.080.568	1.285.977
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	2	Custo amortizado	**754.218**	**754.218**	549.495	549.495
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**24.205**	**24.205**	290.673	290.673
Passivo de arrendamento	–	Custo amortizado	**20.530**	**20.010**	24.254	24.254
AICs Ressarcíveis	3	Valor justo por meio do resultado	**9.406**	**9.406**	10.502	10.502
Total do passivo			**20.696.244**	**21.467.525**	15.742.047	16.565.908

• **Caixa e equivalente de caixa -** são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. • **Aplicações financeiras (equivalentes de caixa) -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 1 na hierarquia de valor justo; • **Aplicações financeiras -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. Em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, tais como CDI. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Contas a receber de clientes -** decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros -** são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; • **Sub-rogação da CCC -** valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional – SIN; • **Ativo financeiro de concessão -** são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo; • **Fornecedores -** decorrem diretamente da operação da Companhia e de suas controladas e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Fornecedores risco sacado -** decorrem de transações entre as controladas da Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Empréstimos e financiamentos -** têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e de suas controladas e, eventualmente, gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo. • **Debêntures -** são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial -** decorrente do plano de recuperação judicial da controlada indireta Equatorial Pará que são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Passivo de arrendamento -** composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Instrumentos financeiros derivativos -** são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; e • **AICs Ressarcíveis -** são classificados como nível 2 na hierarquia de valor justo através de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo de avaliação de especialista e homologação total ou parcial pela Eletrobrás. O montante do ressarcimento devido à Eletrobrás, a título de pagamento pelos AICs Ressarcíveis (ativo imobilizado em curso ressarcíveis) correspondente a 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso. Nível 3 na hierarquia do valor justo. **28.4 Instrumentos financeiros derivativos.** A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedge* de 100% da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos, contratando *swaps* de fluxo de caixa, em que na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa estão moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa. A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o critério dos termos críticos - método prospectivo. O teste de efetividade é feito uma única vez no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros, garantido a efetividade do fluxo de caixa em 100%. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as controladas da Companhia possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	US$ 66.500	R$350.000	Anual	Câmbio	Semestral	USD + 1,48% a.a / CDI + 1,65% a.a	**18.797**	(60.553)
Equatorial Maranhão	Citibank	17/11/2023	09/05/2025	US$ 80.000	R$389.600	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + Sofr + 0,79% a.a./CDI + 1,29% a.a.	**101.781**	(7.455)
Equatorial Maranhão	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	R$550.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a./ CDI +0,285% a.a.	**(47.240)**	–
Equatorial Maranhão	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	US$ 73.684	R$420.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	**22.552**	–
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US$ 186.237	R$1.000.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,67% a.a/CDI + 1,35% a.a	**130.711**	(120.850)
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	US$ 13.763	R$73.900	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,67% a.a/CDI + 1,35% a.a	**9.659**	(8.931)
Equatorial Pará	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	US$ 50.000	R$300.000	Bullet	Câmbio	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI +1,09% a.a.	**1.611**	–
Equatorial Pará	BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	R$1.475.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	**(31.906)**	–
Equatorial Piauí	Scotiabank	10/10/2020	16/10/2023	US$ 35.778	R$200.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 1,68% a.a. /CDI + 1,58%	**–**	–
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	US$ 53.571	R$300.000	Anual	Câmbio	Semestral	USD + 2,27% a.a. / CDI + 1,77%	**12.316**	(68.373)
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	US$ 28.184	R$146.000	Bullet	Câmbio	Trimestral	USD + 6,24% a.a./CDI + 1,62% a.a.	**24.870**	(10.917)
Equatorial Piauí	Bank of America	27/10/2023	25/10/2024	US$ 50.000	R$250.000	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + 7,5059% a.a./CDI + 1,25% a.a.	**–**	(9.318)
Equatorial Piauí	Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	US$ 70.000	R$342.300	Bullet	Câmbio	Bullet	USD + 7,0235% a.a./CDI + 1,38% a.a.	**78.946**	(4.276)
Equatorial Piauí	XP	04/10/2024	15/09/2036	0	R$300.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	**(25.354)**	–
Equatorial Piauí	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	31000	R$177.630	Anual	Câmbio	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	**6.957**	–
Equatorial Piauí	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	49123	R$280.000	Bullet	Câmbio	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI +1,15% a.a.	**15.035**	–
Total										**318.735**	(290.673)
Ativo circulante										**205.125**	–
Ativo não circulante										**137.815**	–
Passivo circulante										**(51)**	(40.792)
Passivo não circulante										**(24.154)**	(249.881)
Efeito líquido total										**318.735**	(290.673)

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, nas controladas da Companhia, foram os seguintes:

			Valor contábil 2024		Valor contábil 2023		2024	2023
Controlada	Risco cambial	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA	
Equatorial Maranhão	Contrato de *swap Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	**1.709.600**	**95.890**	739.600	(68.008)	(49.476)	11.639
Equatorial Pará	Contrato de *swap Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	**2.848.900**	**110.075**	1.073.900	(129.781)	(37.706)	(8.367)
Equatorial Piauí	Contrato de *swap Hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	Instrumentos financeiros derivativos	**1.995.930**	**112.770**	1.038.000	(92.884)	(36.815)	14.061
Total			**6.554.430**	**318.735**	2.851.500	(290.673)	(123.997)	17.333

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros. A Administração da Companhia, bem como de suas controladas, tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas em suas áreas de especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia e de suas controladas monitoram a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria Estatutário é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria Estatutário. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023. **(a) Risco de crédito.** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber das controladas distribuidoras) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. **(i) Caixa e equivalente de caixa.** A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R$ 144 e R$ 1.668.099, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 241 e R$ 832.479 em 31 de dezembro de 2023). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*. A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber (Consolidado).** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. As controladas estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021, emitida pela ANEEL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

2024

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	**2.550.405**	**389.564**	**1.222.205**	**4.162.174**	**65%**
Industrial	**150.045**	**3.193**	**34.701**	**187.939**	**3%**
Comercial	**428.905**	**58.777**	**117.294**	**604.976**	**10%**
Rural	**388.324**	**23.479**	**81.770**	**493.573**	**8%**
Poder público	**262.755**	**30.932**	**191.522**	**485.209**	**8%**
Iluminação pública	**46.478**	**6.219**	**58.341**	**111.038**	**2%**
Serviço público	**149.963**	**6.698**	**166.323**	**322.984**	**5%**
	3.976.875	**518.862**	**1.872.156**	**6.367.893**	**100%**

2023

Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total	%
Residencial	2.896.157	423.786	1.459.364	4.779.307	66%
Industrial	242.836	3.911	63.909	310.656	4%
Comercial	576.767	77.014	172.099	825.880	11%
Rural	365.083	25.838	90.449	481.370	7%
Poder público	248.676	30.765	221.684	501.125	7%
Iluminação pública	48.077	6.250	62.336	116.663	2%
Serviço público	125.963	6.693	97.953	230.609	3%
	4.503.559	574.257	2.167.794	7.245.610	100%

As controladas da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas referentes a contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa n° 7.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). **Avaliação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).** As controladas adotam o modelo de provisão estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que é mensurada a partir do *aging list* de não recebimento de faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco de recebimento dos valores recebíveis de acordo com o *aging list* das faturas de energia elétrica e das parcelas através da análise. A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pelas controladas da Companhia no decorrer do período. A PECLD é constituída com base nos valores recebíveis dos consumidores, segregando por faturamento e parcelamento pelas classes de consumidores, em valor considerado suficiente pela Administração, para cobrir as possíveis perdas na realização de créditos. **Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa**

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo	Saldo contábil bruto Faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo
A vencer individualizada	153.483	4,94%	7.582	–	–	–
A Vencer	810.949	28,41%	230.391	1.075.816	3,99%	42.874
Vencido 1 a 30	30.359	35,83%	10.878	580.408	7,23%	41.936
Vencido 31 a 60	20.171	45,41%	9.160	194.534	19,54%	38.015
Vencido 61 a 90	17.816	52,34%	9.325	116.423	31,41%	36.573
Vencido 91 a 120	17.983	55,28%	9.941	81.857	37,69%	30.851
Vencido 121 a 150	15.525	57,77%	8.969	66.032	40,00%	26.410
Vencido 151 a 180	16.217	58,39%	9.469	66.192	42,15%	27.901
Vencido 181 a 210	16.763	59,90%	10.041	61.446	42,74%	26.261
Vencido 211 a 240	15.841	62,49%	9.899	55.260	43,04%	23.782
Vencido 241 a 270	14.664	63,64%	9.332	51.240	44,44%	22.769
Vencido 271 a 300	16.104	64,64%	10.410	63.772	45,49%	29.007
Vencido 301 a 330	14.953	65,56%	9.803	57.634	47,01%	27.095
Vencido 331 a 360	14.810	66,33%	9.823	58.999	46,95%	27.702
Vencido 361 a 390	13.111	66,84%	8.763	54.206	48,48%	26.277
Vencido 391 a 420	16.769	66,96%	11.229	54.752	49,15%	26.909
Vencido 421 a 450	13.762	67,29%	9.260	47.091	49,58%	23.349
Vencido 451 a 630	87.059	69,51%	60.515	224.703	50,09%	112.558
Vencido 631 a 720	44.580	72,28%	32.222	94.593	52,35%	49.522
Vencido 721 a 810	44.294	74,32%	32.919	102.757	54,42%	55.919
Vencido 811 a 990	91.545	77,13%	70.609	174.482	57,52%	100.358
Vencido 991 a 1080	44.228	81,08%	35.860	90.137	60,31%	54.360
Vencido 1081 a 1170	43.442	82,52%	35.848	99.758	64,56%	64.406
Vencido 1171 a 1350	82.650	86,11%	71.170	146.275	69,53%	101.699
Vencido 1351 a 1530	78.962	88,69%	70.031	134.667	72,52%	97.666
Vencido 1531 a 1710	70.089	91,06%	63.823	100.896	75,02%	75.688
Vencido 1711 a 1890	66.026	92,35%	60.976	122.945	78,16%	96.093
Total	**1.872.155**		**918.220**	**3.976.875**		**1.285.980**

***Aging* parcelamento saldos a vencer**

	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Residencial	**255.059**	**120.484**	**62.271**	**62.083**	**499.897**
Industrial	**8.701**	**3.579**	**2.127**	**1.070**	**15.477**
Comercial	**23.670**	**8.861**	**4.649**	**2.950**	**40.130**
Rural	**20.176**	**7.584**	**3.567**	**3.283**	**34.610**
Poder público	**44.748**	**31.191**	**24.446**	**64.290**	**164.675**
Iluminação pública	**16.604**	**11.592**	**8.902**	**17.297**	**54.395**
Serviço público	**73.779**	**58.036**	**10.525**	**12.910**	**155.250**
Total a vencer	**442.737**	**241.327**	**116.487**	**163.883**	**964.434**

***Aging* de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias**

	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	Total
Residencial	**112.297**	**141.083**	**147.807**	**165.847**	**106.371**	**673.405**
Industrial	**2.506**	**3.573**	**3.434**	**4.238**	**4.034**	**17.785**
Comercial	**9.974**	**13.029**	**15.357**	**19.060**	**14.747**	**72.167**
Rural	**8.002**	**8.682**	**8.638**	**10.392**	**7.345**	**43.059**
Poder Público	**6.428**	**5.929**	**3.439**	**3.564**	**2.081**	**21.441**
Iluminação Pública	**606**	**811**	**447**	**597**	**349**	**2.810**
Serviço Público	**3.048**	**2.172**	**945**	**1.357**	**1.188**	**8.710**
Total de parcelamentos	**142.861**	**175.279**	**180.067**	**205.055**	**136.115**	**839.377**

PECLD Outros

Faixa	Saldo contábil Outros	%Taxa média ponderada da perda média	Saldo PECD outros
A Vencer	72.918	4,30%	3.136
Vencido 1 a 30	21.290	7,41%	1.577
Vencido 31 a 60	9.361	18,83%	1.763
Vencido 61 a 90	3.156	31,59%	997
Vencido 91 a 120	2.253	37,99%	856
Vencido 121 a 150	1.978	39,99%	791
Vencido 151 a 180	1.257	41,77%	525
Vencido 181 a 210	796	42,59%	339
Vencido 211 a 240	716	43,02%	308
Vencido 241 a 270	824	45,02%	371
Vencido 271 a 300	923	46,80%	432
Vencido 301 a 330	1.218	47,54%	579
Vencido 331 a 360	1.404	47,44%	666
Vencido 361 a 390	3.477	48,32%	1.680
Vencido 391 a 420	3.860	48,63%	1.877
Vencido 421 a 450	3.392	49,03%	1.663
Vencido 451 a 630	16.503	49,70%	8.202
Vencido 451 a 630 Individualizada	1.149	3,48%	40
Vencido 631 a 720	7.109	52,05%	3.700
Vencido 721 a 810	8.604	54,40%	4.681
Vencido 811 a 990	12.304	57,31%	7.052
Vencido 991 a 1080	4.794	59,78%	2.866
Vencido 1081 a 1170	5.449	64,21%	3.499
Vencido 1171 a 1350	12.296	69,66%	8.566
Vencido 1351 a 1530	11.924	72,82%	8.683
Vencido 1531 a 1710	6.895	75,66%	5.217
Vencido 1711 a 1890	7.720	70,49%	5.441
	223.570		**75.507**

PECLD não faturados. Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A vencer	**518.862**	**3,96%**	**20.572**

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão. A Administração da Companhia, bem como de suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão). **(iv) Derivativos.** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com melhor detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos, nº 16 – Debêntures e nº 18 – Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial – Equatorial Pará. A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 1,82 em 31 de dezembro de 2024 (2,3 em 31 dezembro de 2023). **Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado — **2024**

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários sem garantia	4.010.374	4.221.783	579.516	1.823.277	511.648	1.307.342	–
Empréstimos bancários com garantia	6.246.932	10.436.452	152.784	953.090	1.205.525	2.241.710	5.883.343
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	**10.257.306**	**14.658.235**	**732.300**	**2.776.367**	**1.717.173**	**3.549.052**	**5.883.343**
Títulos de dívida emitidos sem garantia	5.789.698	10.104.910	61.725	526.961	1.080.444	3.374.555	5.061.225
Títulos de dívida emitidos com garantia	403.213	501.611	–	54.321	447.290	–	–
Subtotal - Debêntures	**6.192.911**	**10.606.521**	**61.725**	**581.282**	**1.527.734**	**3.374.555**	**5.061.225**
Títulos de dívida emitidos sem garantia	1.072.974	2.131.892	108	52.684	52.508	353.197	1.673.395
Títulos de dívida emitidos com garantia	63.626	58.039	3.105	32.723	22.211	–	–
Subtotal - Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	**1.136.600**	**2.189.931**	**3.213**	**85.407**	**74.719**	**353.197**	**1.673.395**
Passivo de arrendamento financeiro	20.530	20.530	984	4.718	5.448	9.380	–
Fornecedores	2.084.727	2.084.727	1.565.760	503.404	15.485	30	48
Fornecedores - risco sacado	216.341	216.341	201.672	14.669	–	–	–
Subtotal - Fornecedores	**2.321.598**	**2.321.598**	**1.768.416**	**522.791**	**20.933**	**9.410**	**48**
Total	**19.908.415**	**29.776.285**	**2.565.654**	**3.965.847**	**3.340.559**	**7.286.214**	**12.618.011**

continua

→★ continuação

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ: 32.695.147/0001-30

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures, as controladas da Companhia possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas. **(c) Risco de mercado.** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo, tempo otimizar o retorno. As controladas da Companhia utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, as controladas da Companhia buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024, a exposição de câmbio da controlada direta Equatorial Maranhão era 22,5% (22,5% em 31 de dezembro de 2023), da Equatorial Pará era 17,7% (16,3% em 31 de dezembro de 2023) e da Equatorial Piauí era 35% (28,5% em 31 de dezembro de 2023), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira). A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa n° 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial						
			Impacto no resultado					
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III 50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US$	(4.193.542)	(4.552.601)	(5.590.751)	(6.828.902)	(3.414.451)	(2.276.300)
Impacto no resultado				**(1.138.150)**	**(2.276.301)**	**1.138.150**	**2.276.301**
Swap - Ponta Ativa	US$	4.177.998	4.535.726	5.669.658	6.803.589	3.401.794	2.267.863
Impacto no resultado (swap)				**1.133.932**	**2.267.863**	**(1.133.932)**	**(2.267.863)**
Impacto em outros resultados abrangentes				**(4.218)**	**(8.438)**	**4.218**	**8.438**
Impacto no resultado				**1.138.150**	**2.276.301**	**(1.138.150)**	**(2.276.301)**
Referência para ativos e passivos financeiros		**Taxa projetada**	**Taxa em 31/12/2024**	**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
Dólar US$ R$ (% 12 meses)		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36

Fonte: B3.

(e) Risco de taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade das controladas da Companhia virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. As controladas da Companhia monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional das controladas da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ mil (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III 50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	**6.497**	**7.498**	**7.748**	**7.999**	**7.248**	**6.997**
Impacto no resultado do exercício				**250**	**501**	**(250)**	**(501)**

			Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	**Risco**	**Saldo em R$ mil (exposição)**	**Cenário Provável**	**Cenário II +25%**	**Cenário III 50%**	**Cenário IV -25%**	**Cenário V -50%**
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	6.183.620	7.136.516	7.374.740	7.612.964	6.898.292	6.660.068
Impacto no resultado do exercício				**238.224**	**476.448**	**(238.224)**	**(476.448)**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(6.355.803)	(7.355.232)	(7.580.089)	(7.824.947)	(7.090.375)	(6.845.375)
	IGP-M	(419.103)	(445.926)	(452.632)	(459.337)	(439.220)	(432.515)
	IPCA	(5.444.461)	(5.795.084)	(5.882.740)	(5.970.396)	(5.707.428)	(5.619.772)
Total de passivos financeiros		**(12.219.367)**	**(13.576.242)**	**(13.915.461)**	**(14.254.680)**	**(13.237.023)**	**(12.897.804)**
Impacto no resultado do exercício				**(339.219)**	**(678.438)**	**339.219**	**678.438**
Swap - Ponta Passiva	CDI	(3.754.763)	(4.333.372)	(4.478.024)	(4.622.676)	(4.188.720)	(4.044.068)
Impacto em outros resultados abrangentes				**(2.163)**	**(4.327)**	**2.163**	**4.327**
Impacto no resultado do exercício				**(142.489)**	**(284.977)**	**142.489**	**284.977**
Impacto líquido no resultado do exercício total				**(243.484)**	**(486.967)**	**243.484**	**486.967**

Referência para ativos e passivos financeiros	**Taxa projetada**	**Taxa em 2024**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)	15,41%	10,88%	19,26%	23,13%	11,56%	7,71%
IGP-M (% 12 meses)	6,40%	6,54%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
IPCA (%12 meses)	6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3 e Santander

(f) Risco de vencimento antecipado. As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 – Empréstimos e financiamentos e nº 16 – Debêntures. Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico).** O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses. **(i) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento – Tarifas.** Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e de suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(j) Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços. Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade. Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa. **(h) Risco ambiental.** A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando à preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia e suas controladas possuem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim a minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Adicionalmente, visando a reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte. **28.6 Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **29. Demonstração dos fluxos de caixa: 29.1 Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controladora	**Efeito não caixa**
Atividades de financiamento	
Dividendos distribuídos	**2.502.302**
Total atividades de financiamento	**2.502.302**
Consolidado	**Efeito não caixa**
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual (a)	**1.654.398**
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	**1.056.521**
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores (b)	**109.083**
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento (b)	**194.630**
Adição de sub-rogação com contrapartida em obrigações especiais	**236.820**
Total atividades de investimentos	**3.251.452**
Atividades de financiamento	
Dividendos distribuídos	**2.540.164**
Capitalização de juros de empréstimos (c)	**74.984**
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	**2.193**
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	**131.258**
Total atividades de financiamento	**2.748.599**
Total	**6.000.051**

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (b) Referem-se as adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações e encargos sobre a folha de pagamento, mais detalhes na nota explicativa nº 13 – Ativos de contrato; (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativo contratual de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos; e (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2023	**Fluxo de caixa**	**Pagamento de Juros (*)**	**Novos arrendamentos**	**Mudança no valor justo**	**Outros (**)**	**2024**
Empréstimos e financiamentos	9.071.486	**116.328**	**(480.861)**	**–**	**–**	**1.550.353**	**10.257.306**
Debêntures	2.404.637	**3.692.168**	**(297.837)**	**–**	**–**	**393.943**	**6.192.911**
Instrumentos financeiros derivativos	290.673	**31.897**	**(167.189)**	**–**	**123.997**	**(598.113)**	**(318.735)**
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.080.568	**(29.742)**	**(17.877)**	**–**	**–**	**103.651**	**1.136.600**
Passivos de arrendamento	24.252	**(5.915)**	**(1.930)**	**2.193**	**–**	**1.930**	**20.530**
Dividendos a pagar	312.435	**(2.300.249)**	**–**	**–**	**–**	**2.540.165**	**552.351**
Total	13.184.051	**1.504.487**	**(965.694)**	**2.193**	**123.997**	**3.991.929**	**17.840.963**

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. **30. Compromissos futuros (Consolidado):** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	**2025**	**2026**	**2027**	**Após 2027 (*)**
Energia contratada	2025 a 2036	7.001.386	7.620.059	7.976.176	100.765.556
Energia contratada (em MhW)	2025 a 2036	27.068.453	27.311.380	28.499.943	300.765.706

(*) estimado em 9 anos após 2026. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	**2025**	**2026**	**2027**	**Após 2027 (*)**
Arrendamentos e aluguéis	2024 a 2028	5.700	5.448	5.545	3.837
Sistema isolado	2024 a 2027	570.607	531.004	58.995	56.843
Sistema isolado (MhW)	2024 a 2027	290.062	252.835	67.215	117.898

(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN). **31. Eventos subsequentes: Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 318.887 decorrentes do resultado do exercício. **Captação de empréstimo junto ao *Scotiabank*.** Em 30 de janeiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais no valor de USD 18.000 ao custo de USD + 5,2780% % a.a., com swap de câmbio para CDI + 1,05% a.a., equivalente a R$ 106.920. Em 19 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais, no valor de USD 32.683 ao custo de USD + 5,2710% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R$ 186.223. **Resgate Antecipado da 9ª emissão de debêntures**: Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R$ 311.579. **Requerimento de Prorrogação da Concessão:** Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, nos Contratos de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Maranhão, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 60/2000, com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão. **Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. Distribuição de dividendos adicionais.** Em 26 de março de 2025 conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 1.093.583 sendo R$ 1.084.578 decorrentes do resultado do exercício e R$ 9.005 proveniente de realização de reservas de reavaliação. **Amortização Extraordinária Facultativa da 6ª emissão de Debêntures:** Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures no montante de R$ 750.000. **Requerimento de Prorrogação da Concessão:** Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, no Contrato de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 182/1998 com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão. **Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.: Aumento de capital social.** Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R$ 90.145, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R$ 14.418, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R$ 75.727, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia. **Distribuição de dividendos adicionais.** Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 30.070, decorrentes do resultado do exercício. **Pedido de Revisão Tarifária Extraordinária.** Em 18 de março de 2025, durante a 8ª Reunião Pública Ordinária de 2025 da Diretoria da ANEEL, foi discutida a reconsideração da Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Piauí, cujo pedido havia sido indeferido anteriormente em 2019. Está aberta, atualmente, uma consulta pública, que se estenderá até o dia 05 de maio de 2025, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento dessa revisão tarifária extraordinária, sendo a proposta inicial o reconhecimento tarifário de R$ 178.600. O valor é preliminar e deverá ser confirmado após sua homologação, uma vez que ainda serão incorporados os efeitos nos processos tarifários de 2023 e 2024, além de correção pela SELIC.

DIRETORIA EXECUTIVA

Augusto Miranda da Paz Júnior - Diretor-presidente | **Humberto Luis Queiroz Nogueira** - Diretor | **Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima** - Diretor | **Cristiano de Lima Logrado** - Diretor | **Marcos Antônio Souza de Almeida** - Diretor | **José Silva Sobral Neto** - Diretor

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente Corporativo de Gestão Tributária e Reladotios Contábeis - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

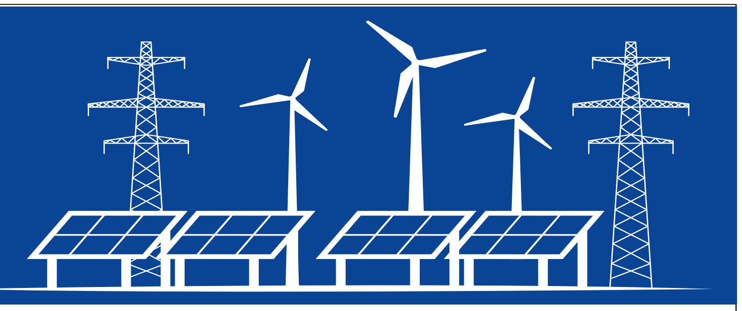
Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Energia Distribuição S.A.** São Luis - MA **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Energia Distribuição S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras Informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. *Controles gerais de tecnologia de informação.* A Companhia e suas controladas, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estejam livres de erros materiais. Essa estrutura, encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pelas Companhias para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. *Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada.* As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 518.862 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunt. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Diretoria da Companhia e de duas controladas, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos**: *Demonstração do valor adicionado.* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, • inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE020728/O

EY Building a better working world

Equatorial S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 03.220.438/0001-73

www.equatorialenergia.com.br



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/; • https://www.gov.br/cvm/pt-br; • https://www.b3.com.br/pt_br/; • https://oimparcial.com.br/; e • https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações na opinião e contendo parágrafo de ênfase sobre a expectativa de recebimento de outros créditos a receber "créditos especiais - Funac", pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**7.797**	1.389.062	**3.306.364**	4.612.248
Aplicações financeiras	**253.576**	1.971.316	**9.731.379**	7.625.439
Contas a receber de clientes	–	–	**8.538.999**	8.414.799
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	–	–	–	97.933
Impostos e contribuições a recuperar	**8**	8	**1.612.102**	1.700.574
Ativos de contrato	–	–	**1.123.855**	1.388.395
Outros ativos circulantes	**1.445.325**	298.376	**4.214.648**	2.980.966
	1.706.706	3.658.762	**28.527.347**	26.820.354
Ativo não circulante mantido para venda	–	341.442	–	1.132.561
Total do ativo circulante	**1.706.706**	4.000.204	**28.527.347**	27.952.915
Não circulante				
Aplicações financeiras	–	–	**702.741**	557.220
Contas a receber de clientes	–	–	**884.797**	857.872
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	–	–	**264.381**	16.277
Impostos e contribuições a recuperar	–	–	**2.752.098**	2.746.025
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	**3.179.400**	2.729.099
Investimentos	**29.219.111**	21.674.339	**6.787.174**	24.546
Ativo financeiro da concessão	–	–	**15.865.088**	13.025.072
Imobilizado	**2.094**	668	**7.579.662**	7.349.632
Intangível	**5.728**	6.301	**32.373.681**	31.447.954
Ativos de contrato	–	–	**14.055.132**	14.183.377
Outros ativos não circulantes	**211.296**	353.651	**3.440.591**	2.753.463
Total do ativo não circulante	**29.438.229**	22.034.959	**87.884.745**	75.690.537
Total do ativo	**31.144.935**	26.035.163	**116.412.092**	103.643.452

Passivo	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante				
Fornecedores	**4.751**	3.796	**4.628.036**	4.809.010
Fornecedores - Risco sacado	–	–	**321.822**	369.172
Empréstimos e financiamentos	–	–	**5.161.051**	3.774.590
Debêntures	–	96.672	**1.219.349**	1.487.352
Impostos e contribuições a recolher	**42.830**	5.251	**1.176.741**	1.093.205
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	–	–	**1.301.652**	479.822
Dividendos a pagar	**961.636**	507.356	**1.509.104**	619.904
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	–	–	**103.567**	65.509
Provisão para riscos judiciais	–	–	**609.143**	648.839
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	–	–	**214.265**	1.140.393
Outros passivos circulantes	**51.475**	15.707	**3.360.480**	2.870.467
	1.060.692	628.782	**19.605.210**	17.358.263
Passivos relacionados a ativo não circulante mantido para venda	–	–	–	791.119
Total do passivo circulante	**1.060.692**	628.782	**19.605.210**	18.149.382
Não circulante				
Fornecedores	–	–	**73.497**	194.811
Empréstimos e financiamentos	**3.295.425**	–	**21.743.520**	18.034.095
Debêntures	**285.891**	3.984.321	**27.703.158**	23.156.107
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	–	–	**417.525**	972.444
Impostos e contribuições a recolher	–	–	**3.017.707**	2.913.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**27.849**	75.135	**2.806.302**	2.640.491
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	–	–	**894.919**	886.004
Provisão para riscos judiciais	–	–	**4.691.872**	5.141.478
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	–	–	**1.925.087**	2.077.303
Provisão para perda em investimento	**337.901**	225.202	–	–
Outros passivos não circulantes	**23.491**	28.480	**3.645.709**	4.194.506
Total do passivo não circulante	**3.970.557**	4.313.138	**66.919.296**	60.210.411
Patrimônio líquido				
Capital social	**12.466.882**	9.308.724	**12.466.882**	9.308.724
Ações em tesouraria	**(58.348)**	–	**(58.348)**	–
Reservas de capital	**2.124.228**	2.095.380	**2.124.228**	2.095.380
Reservas de lucros	**11.625.990**	9.810.127	**11.625.990**	9.810.127
Ajuste de avaliação patrimonial	**(45.066)**	(120.988)	**(45.066)**	(120.988)
Atribuível aos acionistas da Companhia	**26.113.686**	21.093.243	**26.113.686**	21.093.243
Atribuível aos acionistas não controladores	–	–	**3.773.900**	4.190.416
Total do patrimônio líquido	**26.113.686**	21.093.243	**29.887.586**	25.283.659
Total do passivo e patrimônio líquido	**31.144.935**	26.035.163	**116.412.092**	103.643.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	–	–	**45.366.675**	40.985.077
Custos de energia elétrica, construção e operação	–	–	**(32.309.713)**	(28.842.545)
Lucro bruto	–	–	**13.056.962**	12.142.532
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	**(12.890)**	–	**(1.258.105)**	(982.349)
Despesas gerais e administrativas	**(103.633)**	(73.879)	**(2.174.553)**	(2.278.845)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	–	–	**(630.522)**	(642.522)
Resultado da equivalência patrimonial	**3.248.396**	2.750.916	**264.761**	–
Outras despesas operacionais, líquidas	**(30.957)**	(907)	**(622.080)**	(591.407)
Total de receitas (despesas) operacionais	**3.100.916**	2.676.130	**(4.420.499)**	(4.495.123)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	**3.100.916**	2.676.130	**8.636.463**	7.647.409
Resultado financeiro	**(344.995)**	(724.408)	**(4.740.798)**	(4.612.620)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.755.921**	1.951.722	**3.895.665**	3.034.789
Impostos sobre o lucro	**55.754**	123.871	**(127.860)**	(158.505)
Lucro líquido do exercício	**2.811.675**	2.075.593	**3.767.805**	2.876.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	**2.811.675**	2.075.593	**3.767.805**	2.876.284
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultados abrangentes (*Hedge* e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	**75.922**	(65.289)	**53.896**	(46.131)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**75.922**	(65.289)	**53.896**	(46.131)
Total dos resultados abrangentes	**2.887.597**	2.010.304	**3.821.701**	2.830.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.475.100**	536.815	**4.251.207**	4.349.513
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(4.864.996)**	(3.104.115)	**(14.190.999)**	(8.702.663)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**2.008.631**	3.495.609	**8.633.908**	5.799.036
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(1.381.265)**	928.309	**(1.305.884)**	1.445.886
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.389.062**	460.753	**4.612.248**	3.166.362
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**7.797**	1.389.062	**3.306.364**	4.612.248
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**(1.381.265)**	928.309	**(1.305.884)**	1.445.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas	–	–	**60.715.583**	54.220.461
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	**(86.067)**	(39.471)	**(32.677.732)**	(29.095.831)
Valor (aplicado) adicionado bruto	**(86.067)**	(39.471)	**28.037.851**	25.124.630
Depreciação e amortização	**(180)**	(115)	**(2.185.353)**	(1.873.371)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	**(86.247)**	(39.586)	**25.852.498**	23.251.259
Valor adicionado recebido em transferência	**3.744.354**	3.290.265	**4.211.739**	2.936.481
Valor adicionado total a distribuir	**3.658.107**	3.250.679	**30.064.237**	26.187.740
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**55.066**	32.353	**1.015.132**	1.076.410
Impostos, taxas e contribuições	**(31.446)**	(100.891)	**16.106.148**	14.201.842
Remuneração de capitais de terceiros	**822.812**	1.243.624	**9.175.152**	8.033.204
Remuneração de capitais próprios	**2.811.675**	2.075.593	**3.767.805**	2.876.284
Valor adicionado	**3.658.107**	3.250.679	**30.064.237**	26.187.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

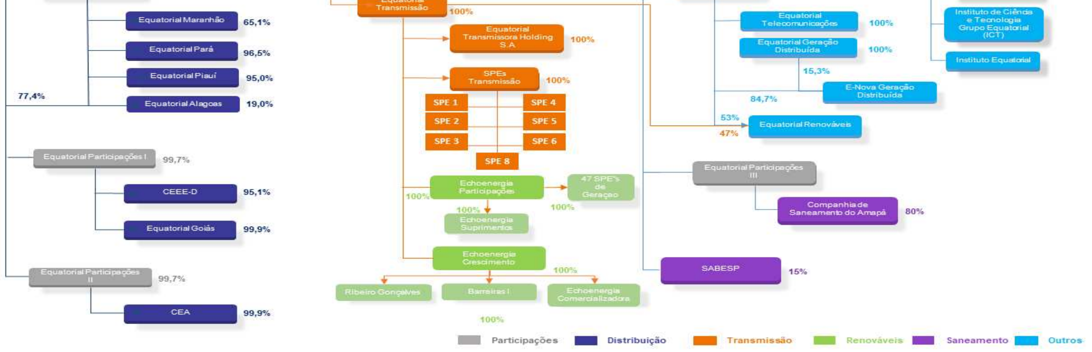
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.872.296	7.147	(642.725)	187.518	8.245.816	(55.699)	–	16.614.353	1.952.627	18.566.980
Aumento de capital	436.428	(7.147)	–	–	–	–	–	429.281	10.000	439.281
Ações em tesouraria vendida	–	–	642.725	346.954	–	–	–	989.679	–	989.679
Valor justo das opções de compra (*Vesting period*)	–	–	–	15.296	–	–	–	15.296	–	15.296
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	3.403.000	3.403.000
Mudança na participação relativa	–	–	–	1.545.612	–	–	–	1.545.612	(1.545.612)	–
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.997)	(9.997)
Dividendos adicionais distribuídos	–	–	–	–	(3.968)	–	–	(3.968)	(144.845)	(148.813)
Realização da reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	(63.595)	–	–	(63.595)	–	(63.595)
Resultado abrangente do exercício										
Resultados abrangentes (*hedge* e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	–	–	–	–	–	(65.289)	–	(65.289)	19.158	(46.131)
Destinação do Lucro										
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	2.075.593	2.075.593	800.691	2.876.284
Constituição da Reserva Legal	–	–	–	–	103.780	–	(103.780)	–	–	–
Constituição dos dividendos obrigatórios	–	–	–	–	49.234	–	(492.953)	(443.719)	(294.606)	(738.325)
Constituição dos dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	8.885	–	(8.885)	–	–	–
Constituição da reserva de investimento e expansão	–	–	–	–	1.469.975	–	(1.469.975)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.308.724	–	–	2.095.380	9.810.127	(120.988)	–	21.093.243	4.190.416	25.283.659
Aumento de capital	**3.158.158**	–	–	–	–	–	–	**3.158.158**	**12.066**	**3.170.224**
Ações em tesouraria	–	–	**(58.348)**	**810**	–	–	–	**(57.538)**	–	**(57.538)**
Valor justo das opções de compra (*Vesting period*)	–	–	–	**23.317**	–	–	–	**23.317**	–	**23.317**
Valor justo das opções de compra *Matching Shares* - (*Vesting period*)	–	–	–	**4.721**	–	–	–	**4.721**	–	**4.721**
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	–	–	–	–	–	–	–	–	**(338.085)**	**(338.085)**
Dividendos adicionais distribuídos	–	–	–	–	**(8.885)**	–	–	**(8.885)**	**(480.730)**	**(489.615)**
Realização da reserva de lucros a realizar	–	–	–	–	**(319.154)**	–	–	**(319.154)**	**(145)**	**(319.299)**
Resultado abrangente do exercício										
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	**(348.568)**	–	**(348.568)**	**(54.817)**	**(403.385)**
Tributos diferidos sobre resultado de instrumentos finaceiros derivativos	–	–	–	–	–	**143.054**	–	**143.054**	**17.177**	**160.231**
Resultados abrangentes - benefício pós emprego	–	–	–	–	–	**286.572**	–	**286.572**	**17.025**	**303.597**
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego	–	–	–	–	–	**(5.136)**	–	**(5.136)**	**(1.411)**	**(6.547)**
Destinação do Lucro										
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	**2.811.675**	**2.811.675**	**956.130**	**3.767.805**
Constituição da Reserva Legal	–	–	–	–	**140.584**	–	**(140.584)**	–	–	–
Constituição dos dividendos obrigatórios										
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	**(322.164)**	**(322.164)**	–	**(322.164)**
Dividendos	–	–	–	–	–	–	**(345.609)**	**(345.609)**	**(543.726)**	**(889.335)**
Constituição da reserva para investimento e expansão	–	–	–	–	**2.003.318**	–	**(2.003.318)**	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**12.466.882**	–	**(58.348)**	**2.124.228**	**11.625.990**	**(45.066)**	–	**26.113.686**	**3.773.900**	**29.887.586**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial S.A. (atual razão social da antiga Equatorial Energia S.A.) ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora" ou, conjuntamente com suas controladas, referidas como "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 30, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.070-900, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição, transmissão de energia elétrica e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* "EQTL3" e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1. Estrutura societária (Simplificada)



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável *("impairment")* de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e suas controladas foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações. **3.1. Base de consolidação: 3.1.1. Investimentos em entidades controladas e coligadas: (i) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. **(ii) Coligadas:** Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, ou seja, tem poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. **3.1.2. Participação de acionistas não controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **3.1.3. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo. **3.2. Reconhecimento de receita:** As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia. As controladas da Companhia reconhecem receita das principais fontes de receitas a seguir: **3.2.1. Distribuição**: **(i) Receita de distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, as controladas da Companhia reconhecem a receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Receita pela disponibilidade – uso da rede:** As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Receita de construção:** As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim das Controladas é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração das controladas distribuidoras da Companhia. **(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios:** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.4. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável). **3.2.2. Transmissão: (i) Receita de implementação e melhoria de infraestrutura:** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. **(ii) Receita de operação e manutenção (O&M):** A receita de O&M é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. **(iii) Remuneração dos ativos da concessão:** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração dos ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2.3. Geração de energia renovável: (i) Receitas provenientes da geração e comercialização de energia elétrica:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas indiretas da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pelas controladas indiretas da Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada); e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos das controladas indiretas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia. As controladas indiretas da Companhia consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. **3.2.4. Saneamento: (i) Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:** A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber. **(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto:** A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado, e a receita reconhecida neste momento. **(iii) Receita de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.4. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável):** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e as controladas distribuidoras da Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas distribuidoras da Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas distribuidoras da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível das controladas distribuidoras da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. As controladas distribuidoras da Companhia contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 – Contrato de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestados. Caso as controladas distribuidoras da Companhia sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber e não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que as controladas distribuidoras da Companhia alterem seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.5. Valores a receber (devolver) da Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétricas, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho das Controladas da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas controladas da Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas Controladas da Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa como receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.6. Ativos intangíveis: 3.6.1. Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38), um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas Companhia. Os valores registrados no ativo intangível da controlada Companhia de Saneamento do Amapá – CSA correspondem a valores pagos a título de outorga aos municípios que integram a concessão como condição à exploração da concessão. Esses direitos de concessão são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado. **3.6.2. Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas distribuidoras da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013. **3.6.3. Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38). A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.7. Ativo imobilizado: 3.7.1. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros". Os bens e instalações utilizados nas atividades de transmissão ou distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. Os montantes registrados de bens e instalações fazem parte do ativo vinculado às respectivas concessões. Portanto, fazem parte do escopo das políticas descritas nas notas 3.4 Ativo financeiro da concessão e 3.6 Ativos intangíveis. **3.7.2. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL que, na avaliação da Administração, representam a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas no ("MCPSE"), aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Linhas de transmissão	33 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Outros equipamentos	16 anos

3.7.3. Provisão para desmobilização: Os contratos de arrendamento das terras onde os parques eólicos encontram-se instalados, com exceção das controladas indiretas Complexo de São Clemente, Tianguá e Eólica Paraíso S.A, contém cláusulas que obrigam que as controladas indiretas, ao final do prazo contratual, devolvam as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. As controladas indiretas obtiveram, por meio de orçamentos, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização. Desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceram as respectivas obrigações a valor presente. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: desmontagem dos aerogeradores, locação de gruas, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para desmontagem e destinação final dos itens descartados. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores existentes no parque eólico, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal média de 3,5% a.a, em 2024. **3.8. Ativos de contrato: 3.8.1. Distribuição:** Os ativos de contrato são um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.8.2. Transmissão:** O serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e as controladas transmissoras da Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que as controladas transmissoras da Companhia realizem a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. As controladas da Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebem a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo Poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual das controladas da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL. Após emissão do aviso de crédito (AVC), que é o documento de faturamento da RAP emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), momento em que as controladas da Companhia obtém o direito incondicional de caixa, os valores são classificados como ativo financeiro. A Administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. Os ativos de contrato se originam à medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de concessão, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que as controladas da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção. Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, as controladas transmissoras da Companhia estimam a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato. A taxa aplicada aos ativos de contrato reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa das controladas da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia tem direito a receber, o valor contábil dos ativos de contrato é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício. Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando as controladas da Companhia avaliam que a sua ocorrência é provável. Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. **3.9. Subvenções e assistências governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando as controladas da Companhia recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **3.9.1. Benefícios fiscais:** A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que outorgam às controladas da Companhia o direito à redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, diversificação de empreendimento de infraestrutura e implantação de linhas de transmissão na área de atuação da SUDENE e da SUDAM:

Companhia	Benefício fiscal	Emissão	Laudo constitutivo	Vigência
Equatorial Maranhão	SUDENE	20/04/2023	37/2023	2023 a 2032
Equatorial Pará	SUDAM	28/12/2018	180/2018	2018 a 2027
Equatorial Piauí	SUDENE	20/04/2023	38/2023	2023 a 2032
Equatorial Alagoas	SUDENE	07/07/2023	91/2023	2023 a 2032
CEA	SUDAM	24/10/2023	88/2023	2023 a 2032
Equatorial Telecom	SUDAM	29/12/2023	214/2023	2023 a 2033
Equatorial Telecom	SUDENE	01/09/2023	139/2023	2023 a 2032
SPE 01	SUDENE	26/10/2020	80/2020	2021 a 2030
SPE 02	SUDENE	26/10/2020	79/2020	2021 a 2030
SPE 03	SUDENE	19/10/2021	146/2021	2022 a 2031
SPE 04	SUDENE	18/08/2021	104/2021	2021 a 2030
SPE 05	SUDENE	18/08/2021	105/2021	2022 a 2031
SPE 06	SUDENE	22/12/2021	216/2021	2022 a 2031
SPE 08	SUDAM	30/12/2020	98/2020	2020 a 2029

Crédito presumido de ICMS: Em 22 de julho de 2021, a Secretaria de Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ) e a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, firmaram o termo de acordo 001/2021 em que o Estado concederá crédito presumido de 10% (dez por cento) calculados sobre o valor do faturamento bruto dos estabelecimentos da acordante localizados no Estado, no segundo mês anterior ao crédito que deverão ser utilizados, exclusivamente na liquidação de débitos vencidos e vincendos decorrentes do consumo de energia elétrica da Administração Pública Estadual, incluídas suas autarquias e fundações. **REIDI:** A Equatorial Transmissora 1 SPE S.A e a Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., controladas indiretas da Companhia, obtiveram habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, instituído pela Lei nº 11.488/2007, que concede o benefício fiscal de suspensão das contribuições para o PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) nas aquisições de bens ou serviços para as obras de infraestrutura pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme Ato Declaratório Executivo DRF nº 185, de 15 de fevereiro 2024 e DRF nº 16, de 11 de maio de 2022. **3.9.2. Benefícios para reinvestimentos:** São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas consideradas de setores prioritários para economia conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área de atuação da SUDAM/SUDENE, reinvestir 30% do imposto de renda, calculados sobre a parcela remanescente ao benefício do lucro da exploração, acrescido de outra parcela de 50% de Recursos Próprios desses 30%, em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamentos, ou para investimento em capital de giro no ano-calendário ou ano-calendário subsequente. Os valores são depositados junto ao Banco do Nordeste (BNB).

Companhia	Autarquia	Instituição Financeira
SPE 06	SUDENE	Banco do Nordeste

3.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas avaliam a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia e suas controladas efetuaram as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal. **3.11. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

continua

continuação

EQUATORIAL S.A. | Companhia Aberta de Capital Autorizado | CNPJ/MF nº 03.220.438/0001-73

3.12. Instrumentos financeiros: 3.12.1. Ativos financeiros: (a) Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. • A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.12.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.12.3. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.12.4. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.12.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Determinadas controladas diretas e indiretas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo: ***Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*. **3.13. Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 (IAS 37) **–** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e ICPC 08 (R1) **–** Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos. Além disso, a reserva de lucros a realizar, constituída de acordo com o art. 197 da Lei 6.404/76, vem sendo realizada como dividendos a pagar, de acordo com a realização prevista do lucro não realizado de anos anteriores. A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional proposto". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tal fato deve ser mencionado na nota explicativa de eventos subsequentes. **3.14. Ativos financeiros com problema de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.14.1. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas (PECLD) - Distribuição:** As controladas distribuidoras da Companhia adotam a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados. Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. As controladas distribuidoras da Companhia entendem que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, as controladas distribuidoras da Companhia adotam uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, as controladas distribuidoras da Companhia baixam do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 05 anos baixados em sua integralidade. As controladas distribuidoras da Companhia não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas distribuidoras da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.14.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas (PECLD) - Saneamento:** A controlada indireta CSA adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera o percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 2 anos, período da concessão da Equatorial. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de fornecimento de água e saneamento básico e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Após estudos desenvolvidos pelo Grupo para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a controlada indireta adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A CSA entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a controlada indireta baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, de clientes cujos títulos sejam considerados irrecuperáveis. A controlada indireta não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CSA para a recuperação dos valores devidos. **3.14.3. Ativos não financeiros:** As controladas da Companhia possuem apenas uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), quando consideradas individualmente, que geram entradas e saídas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa produzidas por outros ativos do grupo ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, procede-se ao teste de *impairment* (redução ao valor recuperável) que consiste na comparação entre o valor líquido contábil dos ativos com o seu valor recuperável, definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia realizou avaliação de perda ao valor recuperável, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **3.15. Provisões para riscos judiciais:** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.16. Questões climáticas:** A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia e suas controladas monitoram mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. O Grupo monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. • Obrigações de desmobilização: O impacto das legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas é considerado na estimativa do *timing* e dos custos futuros de descomissionamento do segmento de geração. **4. Assuntos regulatórios: 4.1. Distribuição:** • Bandeiras tarifárias: são um sistema de cores que indica o custo de geração de energia elétrica, e que está presente nas faturas de energia. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2023 e 2024.

	Cor da Bandeira	
	2024	**2023**
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

• Cobertura contratual: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Em 2024, as controladas da Companhia permaneceram dentro do limite de repasse para as tarifas e apresentaram os seguintes níveis de cobertura contratual:

Empresas	Nível de cobertura 2024	Nível de cobertura 2023
Controladas indiretas		
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	102,96%	99,07%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	103,53%	99,34%
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	102,79%	101,62%
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	105,31%	104,49%
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	103,92%	106,91%
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	110,08%	114,15%
Controlada direta		
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	106,56%	105,72%

• Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP): a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em Reunião de Diretoria pública, aprovou os seguintes Reajustes Tarifários Anuais e Revisões Tarifárias Periódicas para as controladas distribuidoras da Companhia em 2024:

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
Equatorial Maranhão	Reajuste Tarifário Anual	28/08/2024	3.376/2024	(1,22%)
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	13/08/2024	DSP 2.335/2024	(3,23%)
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2024	3.414/2024	(4,28%)
Equatorial Alagoas	Revisão Tarifária Periódica	03/05/2024	3.326/2024	(3,49%)
Equatorial Goiás	Reajuste Tarifário Anual	22/10/2024	3.407/2024	4,33%
CEEE-D	Reajuste Tarifário Anual	22/11/2024	3.413/2024	4,67%
CEA	Reajuste Tarifário Anual	13/12/2024	3.430/2024	13,70%

• Encargos Regulatórios: a receita de prestação de serviços de distribuição está a impostos, taxas e contribuições, por alíquotas básicas de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE), Conta de desenvolvimento energético (CDE), Encargo de serviços do sistema (ESS) e Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). • Marco Legal - Geração Distribuída: a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. **4.2. Transmissão:** As controladas da Companhia receberão pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será revisada em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, durante o período da concessão, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. A RAP das controladas da Companhia após a revisão tarifária passou a ser de:

	RAP	REH	Efeito revisão tarifária	RTP	Aplicação
SPE 01	104.144	3.050/2022	9,38%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 02	94.466	3.050/2022	9,39%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 03	137.705	3.050/2022	9,39%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 04	248.458	3.050/2022	9,43%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 05	114.641	3.050/2022	9,42%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 06	142.154	3.050/2022	9,44%	Revisão Tarifária Periódica	01/06/2022
SPE 08	193.469	3.348/2024	4,56%	Revisão Tarifária Periódica	01/07/2024

Além das revisões quinquenais, a ANEEL procederá anualmente com o ajuste da RAP pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), entre os meses de junho ou julho de cada ano. Para o ciclo 2024-2025, que teve seu início no mês de julho de 2024, a RAP das controladas indiretas da Companhia é de:

	RAP	REH	Efeito reajuste tarifário	RTP	Aplicação
SPE 01	113.812	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 02	102.039	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 03	148.745	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 04	268.376	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 05	123.832	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024
SPE 06	153.550	3.348/2024	3,93%	Reajuste Tarifário Periódico	01/07/2024

A extinção da concessão implicará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço. O contrato de concessão é classificado como ativos de contrato e passa a ser classificados como ativo financeiro após emissão do Aviso de Crédito (AVC). • Taxas regulamentares: Os encargos setoriais (CDE, P&D, TFSEE e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA) fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial. **4.3. Saneamento básico:** • Reajuste tarifário: as tarifas de aplicação e os valores relativos aos serviços complementares da CSA, constantes na Resolução da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá – ARSAP Nº 003, de 13 de julho de 2023, ficaram reajustados em 5,48% (cinco vírgula quatro e oito por cento), em consonância à Resolução nº 006, de 11 de julho de 2024, com efeito a partir de 30 de agosto de 2024. **5. Dividendos a pagar (Controladora):** Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**2.811.675**	2.075.593
(-) Reserva legal	**(140.584)**	(103.780)
Lucro líquido ajustado	**2.671.091**	1.971.813
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	**667.773**	492.953
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar	**–**	(49.234)
Base para distribuição de dividendos	**667.773**	443.719
Dividendos propostos		
Juros sobre capital próprio - valor bruto	**322.164**	–
Dividendos	**345.609**	443.719
	667.773	443.719
(+) Realização da reserva de lucros a realizar **–** dividendos mínimos	**25.338**	–
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	**693.111**	443.719
(+) Realização da reserva de lucros a realizar - dividendos mínimos adicionais	**293.816**	63.595
(+) Dividendos adicionais propostos	**558**	8.885
(=) Total dividendos	**987.485**	516.199
% sobre o lucro ajustado	**37%**	26%

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos em reunião do Conselho de Administração em 26 de março de 2025, estando sujeitos a aprovação da assembleia geral ordinária. A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	381.207
Dividendos adicionais (0,01 centavos por ação)	3.968
Pagamento de dividendos (0,35 centavos por ação)	(385.133)
Dividendos propostos de 2023 (0,44 centavos por ação)	443.719
Dividendos reservas de lucros a realizar 2023 (0,44 centavos por ação)	63.595
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (0,44 centavos por ação)	507.356
Dividendos adicionais 2023 aprovados em 2024 (0,01 centavos por ação)	**8.885**
Pagamento de dividendos (0,44 centavos por ação)	**(516.194)**
Dividendos mínimos obrigatórios 2024 (0,70 centavos por ação)	**667.773**
Imposto de renda retido na fonte (JSCP)	**(25.338)**
Dividendos reservas de lucros a realizar 2024 **–** complemento do mínimo obrigatório (0,70 centavos por ação)	**25.338**
Dividendos reservas de lucros a realizar 2024 **–** (0,70 centavos por ação)	**293.816**
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (0,70 centavos por ação)	**961.636**

6. Créditos FUNAC – Equatorial Goiás: Em 20 de janeiro de 2012, foi editada a Lei Estadual nº 17.555 com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão entre as partes Eletrobras e Estado de Goiás, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC entre Equatorial Goiás e Estado (por intermédio da Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Economia) e regulamentação definida pelo decreto estadual nº 7.732 de 28 de setembro de 2002. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebidos de ações ganhas pela Equatorial Goiás a serem repassadas ao Fundo. Conforme disposto do contrato de compra e venda da Equatorial Goiás, assinado entre Equatorial Goiás, Eletrobras e CELGPAR em 14 de fevereiro de 2017, o Estado de Goiás se comprometeu a indenizar os compradores da Equatorial Goiás por quaisquer danos e prejuízos que possam ocorrer em decorrência de, entre outros motivos, "alteração, revogação ou edição de lei estadual ou decisão administrativa ou judicial referente a qualquer condição ou validade do FUNAC. Desde então a Equatorial Goiás mantém controlado separadamente os ativos creditórios vinculados às contingências de natureza provável com fatos geradores anteriores a data de mudança do controle, conforme disposto no contrato de compra e venda desta. A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do pacta sunt servanda, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas. O direito da Equatorial Goiás, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo. Adicionalmente, a Administração da Equatorial Goias está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da sua compra, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

6.1. Movimentação do saldo de Créditos Especiais - Ativo FUNAC

	2023	2024						
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (a)	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (b)	Saldo final
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	1.154.836	**18.195**	**(167.641)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.005.390**
(-) *Impairment* - Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial (a)	(632.961)	**–**	**–**	**69.767**	**–**	**–**	**–**	**(563.194)**
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	521.875	**18.195**	**(167.641)**	**69.767**	**–**	**–**	**–**	**442.196**
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	922.189	**–**	**167.641**	**–**	**(25.050)**	**5.400**	**–**	**1.070.180**
(-) *Impairment* - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (a)	(423.514)	**–**	**–**	**(89.855)**	**–**	**–**	**–**	**(513.369)**
(-) PECLD - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (b)	(165.818)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(51.138)**	**(216.956)**
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	332.857	**–**	**167.641**	**(89.855)**	**(25.050)**	**5.400**	**(51.138)**	**339.855**
Total	854.732	**18.195**	**–**	**(20.088)**	**(25.050)**	**5.400**	**(51.138)**	**782.051**

	2022	2023						
	Saldo inicial	Adições/ Reversões	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (a)	Baixa por recebimento	Transferências de depósitos judiciais	PECLD (b)	Saldo final
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	857.521	433.993	(136.678)	–	–	–	–	1.154.836
(-) *Impairment* - Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial (a)	(358.408)	–	–	(274.553)	–	–	–	(632.961)
Créditos especiais - FUNAC - Em decisão judicial	499.113	433.993	(136.678)	(274.553)	–	–	–	521.875
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	782.180	–	136.678	–	(1.176)	4.507	–	922.189
(-) *Impairment* - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (a)	(331.510)	–	–	(92.004)	–	–	–	(423.514)
(-) PECLD - Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento (b)	(238.601)	–	–	–	–	–	72.783	(165.818)
Créditos especiais - FUNAC - Aguardando ressarcimento	212.069	–	136.678	(92.004)	(1.176)	4.507	72.783	332.857
Total	711.182	433.993	–	(366.557)	(1.176)	4.507	72.783	854.732

(a) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R$ 1.076.563 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.056.475 em 31 de dezembro de 2023), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto da referida provisão e atualização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 39.231(R$ 223.626 em 31 de dezembro de 2023) e R$ 19.143, respectivamente; e (b) Sobre o saldo de "Créditos Especiais - Aguardando ressarcimento" é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 31 de dezembro de 2024, foi calculada uma reversão da provisão de R$ 51.138 (complemento de provisão de R$ 72.783 em 31 de dezembro de 2023). Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais. **7. Eventos subsequentes: Equatorial S.A.: Aumento de capital social:** Em 07 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia deliberou a homologação do aumento de capital dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, no valor mínimo de R$ 25.000 e, no valor máximo de R$ 111.165, mediante a emissão para subscrição privada de, no mínimo, 961.538 ("Subscrição Mínima") e, no máximo, 4.275.569 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Liberação de recurso da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures:** Em 21 de março de 2025, ocorreu a liberação de recursos da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 1.500.000, com a taxa de CDI + 0,72% a.a., prazo de 5 anos, amortização no 3º, 4º e 5º ano, juros semestrais e sem carência. Os recursos da emissão serão utilizados para pré-pagamento parcial das notas comerciais da Emissora com *ticker* "NC002400KOI", no montante de R$ 1.500.000, conforme Escritura de Emissão. **Amortização Extraordinária Facultativa da 3ª emissão de Notas Comerciais:** Em 24 de março de 2025 foi publicado o Anúncio aos Titulares das Notas Comerciais, o qual consta a previsão para 28 de março de 2025 da amortização extraordinária parcial da 3ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R$ 1.500.000. **Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.: Captação de empréstimo junto ao Scotiabank:** Em 30 de janeiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao *Scotiabank* via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais no valor de USD 18.000 ao custo de USD + 5,2780% % a.a., com swap de câmbio para CDI + 1,05% a.a., equivalente a R$ 106.920. Em 19 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais, no valor de USD 32.682,79 ao custo de USD + 5,2710% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R$ 186.223. **Resgate Antecipado da 9ª emissão de debêntures:** Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R$ 311.579. **Requerimento de Prorrogação da Concessão:** Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, nos Contratos de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Maranhão, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final dos Contrato de Concessão nº 60/2000, com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, as distribuidoras têm 60 dias, contados da convocação, para assinar os aditivos aos novos contratos de concessão. **Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.: Amortização Extraordinária Facultativa da 6ª emissão de Debêntures:** Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures no montante de R$ 750.000. **Requerimento de Prorrogação da Concessão:** Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, nos Contratos de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Pará, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final dos Contrato de Concessão nº 182/1998, com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024. Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, as distribuidoras têm 60 dias, contados da convocação, para assinar os aditivos aos novos contratos de concessão. **Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.: Aumento de capital social:** Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R$ 90.145, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R$ 14.418, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R$ 75.727, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia. **Pedido de Revisão Tarifária Extraordinária:** Em 18 de março de 2025, durante a 8ª Reunião Pública Ordinária de 2025 da Diretoria da ANEEL, foi discutida a reconsideração da Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Piauí, cujo pedido havia sido indeferido anteriormente em 2019. Está aberta, atualmente, uma consulta pública, que se estenderá até dia 05 de maio de 2025, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento dessa revisão tarifária extraordinária, sendo a proposta inicial o reconhecimento tarifário de R$178.600. O valor é preliminar e deverá ser confirmado após sua homologação, uma vez que ainda serão incorporados os efeitos nos processos tarifários de 2023 e 2024, além de correção pela SELIC. **Equatorial Transmissão 3 SPE S.A.: Aumento de capital social:** Em 26 de março de 2025, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R$ 22.943, mediante a integralização da Reserva Legal, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia. **Equatorial Transmissão 8 SPE S.A.: Desembolso do subcrédito do financiamento junto ao Banco do Brasil:** Em 28 de dezembro de 2018, foi celebrado na controlada SPE08 contrato de financiamento com o Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA") nos termos aprovados pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Em 20 de fevereiro de 2025, ocorreu o desembolso final do recurso referente ao crédito no valor de R$ 12.721 que se destina à realização de investimentos em projeto da linha de transmissão, com custo de IPCA + 1,6% a.a., e vencimento final em 30 de outubro de 2038. **Ribeiro Gonçalves Energia Solar: Captação de empréstimo junto ao Banco Safra:** Em 18 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Safra via Lei 4.131, com prazo de ~2 meses, amortização e juros *bullet,* no valor de USD 26.267 ao custo de USD + 6,87% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,70% a.a., perfazendo o montante de R$ 150.000. **Captação de empréstimo junto ao Banco Santander:** Em 18 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Santander via Lei 4.131, com prazo de ~2 meses, amortização e juros *bullet,* no valor de USD 25.893 ao custo de USD + 6,20 % a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,41% a.a., perfazendo o montante de R$ 150.000. **Ribeiro Gonçalves Solar I: Desembolso do subcrédito do financiamento junto ao BNB:** Em 28 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Banco do Nordeste, com prazo de 22 anos e 8 meses, amortização e juros mensais no valor de R$ 49.300 ao custo de IPCA + 5,4030% a.a..

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Parente Menezes (Presidente)
Guilherme Mexias Aché (Vice-Presidente)
Luís Henrique de Moura Gonçalves
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa
Tania Sztamfater Chocolat
Tiago de Almeida Noel
Tinn Freire Amado
Dennis Herszkowicz

CONSELHO FISCAL

Titulares
Saulo de Tarso Alves de Lara
Maria Salete Garcia Pinheiro
Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes
Paulo Roberto Franceschi
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta
Ricardo Bertucci

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Tiago de Almeida Noel (Coordenador)
João Alberto da Silva Neto / Jorge Roberto Manoel

DIRETORIA EXECUTIVA

Augusto Miranda da Paz Júnior (Diretor-Presidente)
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Humberto Luís Queiroz Nogueira (Diretor)
José Silva Sobral Neto (Diretor)
Fernanda Verzenhassi Sacchi (Diretor)
Cristiano de Lima Logrado (Diretor)
Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira (Diretor)
Marcos Antônio Souza de Almeida (Diretor)
José Ailton Rodrigues (Diretor)

Geovane Ximenes de Lira - Superintendente Corporativo de Gestão Tributária, Normas e Relatórios Contábeis - Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Equatorial S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por videoconferência, examinou as referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê"), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., sem ressalvas, de 26 de março de 2025, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia. São Luís/MA, 21 e 26 de março de 2025. Saulo de Tarso Alves de Lara; Maria Salete Garcia Pereira e Vanderlei Dominguez da Rosa

FIQUE A PAR DE TUDO, LEIA O IMPARCIAL.
O melhor e mais diversificado conteúdo de notícias do Estado

ASSINATURA: (98) 99144-5645
COMERCIAL: (98) 99116-1624
oimparcial.com.br

O casal Anya e Sérvio Túlio dos Santos com o Dep. Wellington do Curso, autor da homenagem

Presidente da Equatorial MA, Sérvio Túlio, agora é 'Cidadão Maranhense'

O presidente da Equatorial Maranhão, Sérvio Túlio dos Santos é o mais novo Cidadão Maranhense, com título concedido pela Assembleia Legislativa do Maranhão, através da sugestão do Dep. Wellignton do Curso. A cerimônia, realizada no plenário Nagib Haickel, reuniu parlamentares, autoridades, colaboradores da companhia, familiares, amigos e representantes da sociedade civil. Em seu discurso, Sérvio expressou sua emoção ao receber o título e reforçou o vínculo afetivo com o Maranhão. "Sou paraibano de nascimento, mas me sinto maranhense de coração — por afeto, por escolha e por pertencimento", afirmou. A homenagem reconhece a trajetória de duas décadas de Sérvio à frente de importantes cargos na Distribuidora de energia elétrica e sua contribuição efetiva para o desenvolvimento socioeconômico da região, por meio do acesso à energia. Natural de Campina Grande (PB), Sérvio construiu sua carreira no Maranhão, onde reside há 20 anos. Desde 2021, ele comanda a Equatorial Maranhão, distribuidora de energia que atende os 217 municípios maranhenses. Também merece destaque sua atuação à frente do Programa do Governo Federal Luz Para Todos, que leva energia a milhares de famílias em áreas remotas do estado. Além dos investimentos em infraestrutura elétrica, o presidente da Equatorial Maranhão destacou o papel estratégico da Companhia em todas as regiões do estado, contribuindo para impulsionar o turismo, o agronegócio, o comércio e a valorização do patrimônio maranhense. O título concedido chega em um momento simbólico para a Distribuidora, que comemorou em 2024, 20 anos de atuação no Maranhão. Durante esse período, a Equatorial consolidou-se como uma das maiores empresas do setor no país, com forte presença territorial e papel ativo na transformação da matriz de desenvolvimento do estado. "A minha história no Estado se confunde com a história da Equatorial Maranhão" frisou emocionado o mais novo Cidadão Maranhense. (Fotos/Danielle Vieira)

Carlos Hubert entre Victória Nicácio e Jessika Farias (MKT).

Walney Medeiros e Ivan Nachtigall da Equatorial MA.

Francisco Soares, Sérvio Túlio e Marcelino

Francila Soares, Alinez Martins e Rafaela Moreira

Jornalistas Célio Sérgio (O Imparcial) e Henrique Castelo Branco (TV Cidade)

Dep Stênio Rezende,Bráulio Martins, José Jorge Soares e Luiz Bandeira

NM Nedilson Machado
nm@oimparcial.com.br

Segundo o gerente de Marketing, Paulo Magalhães, a festa continua no fim de semana: no sábado (19) o show na praça de alimentação é especial com Grupo Argumento; e,no domingo, a animação continua com o cantor Gabriel Leandro

Rio Anil Shopping celebra aniversário de 15 anos

O Rio Anil Shopping completou 15 anos de funcionamento nesta terça(15) e, para marcar esse marco histórico, preparou uma programação recheada de ações comemorativas, prêmios e atividades voltadas para todo o público, com o tema "15 Anos Rio Anil: Caminhão de Prêmios".
A grande estrela da comemoração é a promoção que vai sortear um caminhão recheado de prêmios do Supermercado Mateus, incluindo móveis e eletrodomésticos. Para participar, basta acumular R$400 em compras nas lojas participantes e cadastrar as notas no aplicativo do shopping, disponível gratuitamente. Compras feitas nas lojas patrocinadoras, como Mateus Supermercados e Oliver Semijóias, dão direito a números da sorte em dobro. A campanha vai de 15 de abril a 11 de maio. Além da promoção, o mês de aniversário contará com a atração "Aventura na Bolha – Especial 15 Anos". Todos os clientes que acessarem o aplicativo do Rio Anil Shopping poderão resgatar um cupom por dia, para se divertir dentro de uma bolha gigante em busca de balões premiados. A atividade vai de 15 a 30 de abril. "Nosso objetivo é combinar o entretenimento e a experiência de compra com as iniciativas que já desenvolvemos no campo da inclusão e da acessibilidade, de modo que o Rio Anil não seja só um centro de compras, mas sim seja um polo de convivência da comunidade e pertencimento na capital maranhense", afirma o gerente de marketing do shopping, Paulo Magalhães.

A maranhense Cornélia Rodrigues na Brazil Conference, evento promovido por estudantes brasileiros em Boston (EUA)

Nelinha do Babaçu brilha na Brazil Conference 2025 em Boston – EUA

Vozes das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão ecoadas por todo o mundo! Na luta pela redução das desigualdades buscando conectar as pessoas por meio da inovação sustentável, a maranhense Cornélia Rodrigues, mais conhecida como Nelinha do Babaçu, brilhou como uma das embaixadoras da Brazil Conference 2025, evento ocorrido nos últimos dias 12 e 13 de abril, em Boston – EUA. De Palmeirândia (MA), Nelinha carrega consigo saberes ancestrais sobre o babaçu, e transformou sua trajetória em um movimento de impacto social. Atualmente é sócia do projeto Reflyta, que une sustentabilidade, inclusão social e empreendedorismo, gerando oportunidades para mulheres em situação de vulnerabilidade. O projeto que me levou à Brazil Conference foi a criação de um sachê para combater a fome e a desnutrição de crianças de 6 meses a 5 anos, substituindo o amendoim pelo coco babaçu.